

Nikolas Corrent
Juliane Martenovetko
(Organizadores)

CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS:

desafios e perspectivas para
a sociedade contemporânea

Nikolas Corrent
Juliane Martenovetko
(Organizadores)

CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS:

desafios e perspectivas para
a sociedade contemporânea

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremo

Ellen Andressa Kubisty

Luiza Alves Batista

Nataly Evilin Gayde

Thamires Camili Gayde

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2024 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2024 Os autores

Copyright da edição © 2024 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora
 Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
 Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade de Coimbra
 Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
 Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
 Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
 Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
 Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
 Profª Drª Caroline Mari de Oliveira Galina – Universidade do Estado de Mato Grosso
 Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
 Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
 Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
 Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
 Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
 Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
 Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
 Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
 Profª Drª Geuciane Felipe Guerim Fernandes – Universidade Estadual de Londrina
 Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes
 Claros
 Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
 Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
 Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
 Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
 Prof. Dr. Jodeyson Islony de Lima Sobrinho – Universidade Estadual do Oeste do
 Paraná
 Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
 Profª Drª Juliana Abonizio – Universidade Federal de Mato Grosso
 Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
 Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
 Profª Drª Kátia Farias Antero – Faculdade Maurício de Nassau
 Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
 Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
 Profª Drª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
 Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
 Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
 Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
 Profª Drª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
 Profª Drª Marcela Mary José da Silva – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
 Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
 Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
 Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
 Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
 Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
 Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
 Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-
 Oeste

Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Federal da Bahia /
Universidade de Coimbra

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de
Janeiro

Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências sociais aplicadas: desafios e perspectivas para a sociedade contemporânea

Diagramação: Ellen Andressa Kubisty
Correção: Andria Norman
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadores: Nikolas Corrent
Juliane Martenovetko

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)	
C569	<p>Ciências sociais aplicadas: desafios e perspectivas para a sociedade contemporânea / Organizadores Nikolas Corrent, Juliane Martenovetko. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2024.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-258-2366-9 DOI: https://doi.org/10.22533/at.ed.669242602</p> <p>1. Ciências sociais. I. Corrent, Nikolas (Organizador). II. Martenovetko, Juliane (Organizadora). III. Título.</p> <p>CDD 301</p>
Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código Penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

Esta compilação de artigos traz à luz uma diversidade de temas relevantes, destacando-se pela abordagem cuidadosa e pela análise aprofundada de questões que permeiam as áreas de Contabilidade, Controladoria, Políticas Públicas, Desenvolvimento Sustentável e Responsabilidade Socioambiental.

O primeiro capítulo nos conduz por uma análise detalhada das metodologias de ensino adotadas por docentes de Contabilidade em uma Instituição de Ensino Superior no Brasil e em Angola. Esta comparação oferece *insights* valiosos sobre as diferentes abordagens pedagógicas em contextos culturais distintos, enriquecendo o debate sobre práticas educacionais em uma perspectiva internacional.

O segundo capítulo nos leva a um estudo de caso em uma clínica de saúde ocupacional, onde é realizado um diagnóstico da Controladoria como ferramenta para a tomada de decisão. Este trabalho prático e aplicado demonstra como os princípios da Controladoria podem ser fundamentais para a gestão eficaz em instituições de saúde, destacando a importância da informação contábil para decisões estratégicas.

O terceiro capítulo nos leva a uma reflexão sobre as políticas federais de crédito e benefícios fiscais concedidos ao Arquipélago do Marajó, encontrando pontos comuns com o Semiárido Nordeste. Esta análise comparativa destaca como regiões geograficamente distintas podem enfrentar desafios semelhantes em termos de políticas públicas e desenvolvimento econômico, proporcionando um olhar crítico sobre a efetividade dessas políticas.

O quarto capítulo mergulha nas abordagens metodológicas e epistemológicas da pesquisa sobre desenvolvimento sustentável no Brasil, no contexto da Administração. Esta análise crítica abre espaço para reflexões sobre como as diferentes abordagens metodológicas podem influenciar as conclusões e recomendações no campo da sustentabilidade, contribuindo para uma pesquisa mais robusta e impactante.

O quinto capítulo nos convida a refletir sobre os desafios enfrentados pela Região Nordeste do Brasil na promoção do desenvolvimento sustentável. Esta análise aprofundada examina questões econômicas, sociais e ambientais, destacando iniciativas e políticas que podem impulsionar um desenvolvimento mais equitativo e sustentável na região.

Por fim, o sexto capítulo nos conduz a uma reflexão sobre a sustentabilidade econômico-financeira e a responsabilidade socioambiental das organizações da sociedade civil no Bioma Amazônia Legal. Esta análise crítica do Fundo Amazônia e suas implicações oferece uma visão detalhada de como as organizações podem contribuir para a preservação ambiental e o desenvolvimento sustentável em uma das regiões mais importantes do planeta.

Esta obra nos brinda com uma gama de perspectivas e análises profundas sobre temas cruciais nas Ciências Sociais Aplicadas. Cada capítulo representa um mergulho em problemáticas atuais, apresentando não apenas desafios, mas também possíveis caminhos e soluções para uma sociedade contemporânea mais justa, equilibrada e sustentável.


Boa leitura!

Nikolas Corrent
Juliane Martenovetko

CAPÍTULO 1 1

ANÁLISE COMPARATIVA DAS METODOLOGIAS DE ENSINO ADOTADAS PELOS DOCENTES DE CONTABILIDADE DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR DO BRASIL E DE ANGOLA


Kuama Berline Manuel
 Antonio Carlos Ribeiro da Silva
 Thayse Santos Cruz
 Daniel Kouloukou
 Anacleto João Dimoxi
 Ladislau Gomes
 Nelson Bernardo
 João Alberto

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6692426021>

CAPÍTULO 220

DIAGNÓSTICO DA CONTROLADORIA PARA TOMADA DE DECISÃO: UM ESTUDO DE CASO EM UMA CLÍNICA DE SAÚDE OCUPACIONAL


Charles Miller de Góis Oliveira
 Kennedy Paiva da Silva
 João Victor de Lima Barroso
 Maria Angélica Aires Gil
 Helen Kaliane Dantas de Medeiros Santos
 Wiliane de França Felipe
 Bruno Seixas Dantas
 Érika Katayane lima da costa
 Flávia Rafaela Fernandes de Oliveira
 Gizelda de Oliveira Batista
 Kimbely Ilara Dantas Lopes
 Liduina Araujo Medeiros
 Lívia Fernandes de Souza

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6692426022>

CAPÍTULO 3 31

TRATAMENTO DIFERENCIADO DAS POLÍTICAS FEDERAIS DE CRÉDITO E BENEFÍCIOS FISCAIS CONCEDIDOS AO ARQUIPÉLAGO DO MARAJÓ: O QUE HÁ EM COMUM COM O SEMIÁRIDO NORDESTINO?


Breno Augusto Garcia Sales

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6692426023>

CAPÍTULO 439

ABORDAGENS METODOLÓGICAS E EPISTEMOLÓGICAS DA PESQUISA SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO BRASIL NO CAMPO DA ADMINISTRAÇÃO


Juvancir da Silva
 Luiz Fernando Lara
 Marcio Henrique Coelho

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6692426024>

CAPÍTULO 557

REGIÃO NORDESTE: REFLEXÕES SOBRE OS DESAFIOS PARA PROMOVER
O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Tagore Villarim de Siqueira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6692426025>

CAPÍTULO 672

BIOMA AMAZÔNIA LEGAL E FUNDO AMAZÔNIA: SUSTENTABILIDADE
ECONÔMICO-FINANCEIRA E RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL DAS
ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

José Antonio de França


Isabela Ribeiro de Sousa

Paulo César Melo Mendes

Eduardo Tadeu VIEIRA

Clesia Camilo Pereira

Sérgio Ricardo Miranda Nazaré

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6692426026>

SOBRE OS ORGANIZADORES95**ÍNDICE REMISSIVO96**

ANÁLISE COMPARATIVA DAS METODOLOGIAS DE ENSINO ADOTADAS PELOS DOCENTES DE CONTABILIDADE DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR DO BRASIL E DE ANGOLA

Data de aceite: 01/03/2024

Kuama Berline Manuel

Mestre em Contabilidade
Professora Auxiliar do Instituto Superior
Politécnico do Cuanza Sul-Angola

Antonio Carlos Ribeiro da Silva

Professor Doutor do Programa de
Pós - Graduação em Contabilidade da
Universidade Federal da Bahia

Thayse Santos Cruz

Doutora em Administração
Professora substituta da Universidade
Federal de Sergipe
Professora da Faculdade Anísio Texeira

Daniel Kouloukoui

Universidade Federal da Bahia (UFBA)
Faculdade de Ciências Contábeis
Programa de Pós-graduação em
Engenharia Industrial
Salvador, Bahia, Brazil

Anacleto João Dimoxi

Licenciado em Gestão de empresas
agrárias
Docente do Instituto Superior Politécnico
do Cuanza Sul

Ladislau Gomes

Docente assistente estagiário do Instituto
Superior Politécnico do Cuanza Sul

Nelson Bernardo

Docente assistente estagiário do Instituto
Superior Politécnico do Cuanza Sul

João Alberto

Docente assistente estagiário do Instituto
Superior Politécnico do Cuanza Sul

RESUMO: O presente estudo teve como objetivo analisar e comparar as metodologias de ensino adotadas pelos docentes de Contabilidade de uma Instituição de Ensino Superior (IES) pública do Brasil e da Angola. Foi realizada uma pesquisa empírica, no município de Salvador/Bahia-Brasil na Faculdade de Ciências Contábeis (FCC) da Universidade Federal da Bahia e no município do Sumbe/Cuanza Sul-Angola no Instituto Superior Politécnico do Cuanza Sul (ISPKS). A abordagem escolhida foi qualitativa tendo como instrumento para coleta de dados a aplicação de um questionário aos docentes das duas IES pesquisadas, e para analisar os dados utilizaram-se de técnicas de estatística descritiva. Os resultados da investigação, apontam dentre outros achados que o perfil dos professores tanto brasileiros quanto angolanos nas IES pesquisadas há

predominância do gênero masculino. Notou-se ainda a preocupação com relação a formação didático-pedagógico que os docentes em Contabilidade deveriam possuir para ensinar, no entanto, a expressiva participação em eventos científicos denota uma busca pela qualificação e capacitação docente por parte dos profissionais investigados. Dos objectivos desta pesquisa, se verificou que a metodologia utilizada com maior frequência pelos professores nas duas instituições, é a aula expositiva, sendo apontada por aproximadamente 45% desses professores e corroborando com os achados de pesquisas anteriores. A pesquisa revelou que além de aula expositiva, os professores brasileiros também utilizam metodologias activas como é o caso da simulação em relação aos professores angolanos. No que concerne aos tipos de avaliações, constatou-se, a utilização preferencial de provas escritas e orais, além destes, os professores investigados utilizam também a participação dos discentes como uma forma diferente, pouco usual, porém eficaz para avaliarem seus estudantes. De modo geral, este estudo revelou uma mudança de paradigma ainda embrionária, quanto as metodologias de ensino adotadas pelos professores investigados.

PALAVRAS-CHAVE: Metodologias de ensino. Processo de ensino e aprendizagem. Docente.

INTRODUÇÃO

A educação tem contribuído para o desenvolvimento dos indivíduos e consequentemente de uma nação. Tendo em vista a transformação ocorrida na sociedade no decorrer dos tempos, percebe-se que o processo educacional é fator determinante para melhoria do nível das pessoas, assim sendo, a qualidade da educação perpassa no aperfeiçoamento do corpo docente e as metodologias de ensino utilizadas pelos professores afectam a relação de ensino e aprendizagem.

Desta forma, o processo de ensino e aprendizagem, para o ensino superior em Contabilidade tem sido marcado por um fator apontado por seus discentes como um dos principais influenciadores do desempenho acadêmico que é a didática (CORNACHIONE JR. *et al.* 2010; PLETSCH, SILVA; BIAVATTI, 2014). Este fator, também é comentado por Libanêo (2009), que a questão didática tem como resultado a aprendizagem de algo, ou seja, o objetivo do professor não é apenas apresentar a matéria, mas fazer com que seu saber se converta em saber do aluno, seja ele um transmissor, um facilitador, um mediador. Para o autor, a didática configura-se como o estudo dos processos de ensino e aprendizagem referentes ao ensino de conteúdo específicos dos processos em situações sociais concretas.

Em conjunto com a didática existem alguns fatores que devem ser observados pelo professor no ensino da Contabilidade, no momento do planeamento da aula, dentre os quais podem se destacar: os objetivos educacionais, estrutura do assunto, tipo de aprendizagem, tempo disponível, condições físicas e tipos de alunos. Miranda, Leal e Casa Nova (2012), realçam que a experiência didática do professor no ensino da Contabilidade constitui um elemento relevante na construção dos saberes mobilizados no processo ensino e aprendizagem. Para os autores, as atividades desenvolvidas em salas de aula

proporcionam saberes e também validam tais conhecimentos, resultando no que eles chamam de saberes experienciais.

Com os saberes no percurso da docência os professores desenvolvem capacidade de perceber quando uma metodologia ou estratégia de ensino não funciona, e conseqüentemente demonstrar flexibilidade para mudar. Corroborando com as ideias anteriores Comunelo (2011) e Miranda (2013) afirmam que os professores da área Contábil sofrem como principais críticas o ensino tecnicista e mecanicista obtidos durante a graduação e a falta de preparação pedagógica que não recebem durante a formação. Vale lembrar que está crítica, não só tem sido feita pelos professores de Contabilidade, mas também aos profissionais docentes de outras áreas, principalmente as de ensino técnico.

Além das críticas feitas ao ensino da Contabilidade, conforme mencionado anteriormente, discussões nesta área de ensino podem ser verificadas por meio dos estudos de (ALBRETH; SACK, 2000; BOYCE, 2003; MARION; MARION, 2006; LAFFIN 2009; COMUNELO, 2011; BIGGS, 2011; STANLEY; MARSDEN, 2012; MIRANDA, 2013; BOTES; LOW; CHAPMAN, 2014; KOULOUKOU, *et al.* 2015). As discussões vão desde a formação do bacharel em contabilidade, as competências docentes, o perfil e as habilidades dos discentes, o currículo do ensino em Contabilidade, os estilos de aprendizagem dos discentes e até as metodologias de ensino em Contabilidade.

A partir dessas discussões, países emergentes e em vias de desenvolvimentos tem demonstrado preocupações no que tange as formas de atuações de seus profissionais da educação Contábil. Sob este aspecto, destacam - se o Brasil e Angola, países lusófonos e em vias de desenvolvimentos, marcados pela colonização portuguesa, e nos quais tem procurando capacitar seus profissionais de Contabilidade que exercem à docência, tendo em vista as exigências atuais do mercado no que se refere à formação dos futuros bacharéis em Contabilidade. No Brasil, este esforço tem sido verificado por meio dos cursos de pós-graduação *Stricto Sensu* até mesmo *Lato sensu*, onde, as matrizes curriculares de alguns programas de Mestrado Acadêmico e Doutorado, contemplam a disciplina de Metodologia do Ensino Superior como disciplina obrigatória e noutras como optativa, e também oferecem como atividade obrigatória o tirocínio docente, para os formandos que nunca exerceram à docência (COMUNELO, 2011; MIRANDA, 2013). A oferta desta disciplina e da atividade de estágio docente tem como intuito proporcionar aos profissionais da área Contábil e não só, que recorrem à formação de pós-graduação uma preparação prévia ao exercício da docência.

Enquanto que em Angola, verifica-se a preocupação do Governo angolano quanto à melhoria da qualidade do ensino superior e, principalmente a consciência do quanto a falta de capacitação pedagógica dos docentes universitários contribui para que não se tenha um ensino de qualidade neste país a partir das linhas mestras da gestão de subsistema do ensino superior (NASCIMENTO, 2005). Logo, os profissionais docentes angolanos recorrem a formações de pós-graduação em países estrangeiros como forma de capacitação ou até

mesmo agregação pedagógica, e um dos países selecionados para o alcance desse objetivo tem sido o Brasil, por meio dos acordos de cooperação estabelecido por intermédio do Ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) e atualmente reforçado pelo ministro das relações exteriores do Brasil a partir dos programas de convênio estudantes de graduação e pós graduação PEC-G e PEC-PG (LIBERATO, 2014).

Todavia, apesar dos docentes brasileiros e angolanos buscarem alternativas de formação de modo a se munirem de habilidades necessárias para as suas atuações, acredita-se que os aspectos políticos que diferenciam estes dois países, cita-se como exemplo a guerra civil vivido por Angola de 1975 a 2002, colocam os professores brasileiros do ensino de Contabilidade, numa posição avançada com relação aos aspectos voltadas tanto nas políticas de ingresso à docência, sistema de avaliação e nas metodologias de ensino nas instituições de ensino superior pública e privadas. Sob este prisma, questiona-se: **Quais as metodologias de ensino são adotadas pelos docentes de Contabilidade de uma Instituição de Ensino Superior pública do Brasil e de Angola?**

Nesse contexto, o objetivo principal dessa pesquisa é analisar e comparar as metodologias de ensino adotadas pelos docentes de Contabilidade de uma Instituição de Ensino Superior (IES) pública do Brasil e de Angola. Dentre os estudos da área Contábil existentes na literatura, não se constatou algum que tenha feito comparação entre metodologias adotadas por docentes de instituições públicas de países diferentes do curso de Ciências Contábeis. Por esta razão, esta investigação se justifica, e ganha relevância, não só pelo fato de cobrir a carência de estudos comparativos nesta área de ensino, preenchendo uma lacuna importante no ensino de Contabilidade, mas também, por permitir verificar divergências e convergências que vão desde o perfil dos docentes investigados até as metodologias de ensino e que poderão facilitar a compreensão de forma mais abrangente sobre o fenômeno estudado sob olhares diferentes, tendo em vista, o avanço em termos de tecnologia e políticas de ensino superior que o Brasil possui com relação a Angola. Vale lembrar, que os laços culturais e a língua portuguesa que ambos os países expressam justifica mais ainda a realização deste estudo e com os resultados alcançados poderão se fomentar outros estudos com abordagens semelhantes.

A presente investigação está estruturada em cinco capítulos a contar, esta introdução. O segundo capítulo apresenta a fundamentação teórica, o terceiro trás os procedimentos metodológicos, no quarto capítulo se encontra análise dos resultados e por fim no quinto capítulo apresentam-se as conclusões do estudo.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O Ensino Superior de Contabilidade no Brasil e Angola

Segundo levantamento realizado em 2013 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), existe uma demanda crescente pelo o curso de Contabilidade no Brasil. Nessa perspectiva, a região nordeste se destaca, constando em segundo lugar (113%) no *ranking*, perdendo somente da região sudeste (118%). Nesta região uma das maiores instituições de ensino superior pública é a Universidade Federal da Bahia - UFBA, sendo os docentes de Contabilidade da Faculdade de Ciências Contábeis (FCC) um dos objetos desta pesquisa. Ressalta-se que nesta instituição, o curso de Ciências Contábeis e Atuariais como anteriormente denominado, foi criado a partir do Decreto-Lei 7.988 de 22.09.1945 que tem o dever de regulamentar as funções do profissional de Contabilidade. Em 1951, o curso foi desmembrado em dois, sendo um de Ciências Contábeis e o outro de Ciências Atuariais que, por falta de demanda, não é oferecido. Aos 27 de dezembro de 1994, através da Portaria 1.796 foi criada a Faculdade de Ciências Contábeis-FCC, deixando de ser um departamento da Faculdade de Ciências Econômicas.

A FCC, como instituição de ensino superior, tem por finalidade, produzir, transmitir e difundir conhecimentos pertinentes às Ciências Contábeis, mediante: a) oferta de cursos de graduação em Ciências Contábeis e de componentes curriculares para outros cursos de graduação da UFBA e b) oferta de cursos de pós-graduação *stricto – sensu*. Esta instituição tem ainda como um dos seus principais objetivos, promover programas de qualificação e atualização do seu corpo docente, bem como zelar pelo contínuo aprimoramento das atividades acadêmicas.

Paralelo ao Brasil, do outro lado do oceano atlântico, encontra-se Angola, situada na costa ocidental de África, é um país com superfície territorial de 1.246.700 metros quadrados, com 25 milhões de habitantes atualmente, cuja língua oficial de expressão é o português. O curso superior de Contabilidade e Gestão como denominado em Angola, passou a ser lecionado pela Faculdade de Economia da Universidade Agostinho Neto-FECUAN, criada pelo decreto lei nº 456/70, aos 02 de outubro, por Ministros do Ultramar e da Educação (LIBERATO, 2014). Esta instituição é nos termos da Lei, uma pessoa coletiva de Direito público, com o estatuto de unidade orgânica, dotada de autonomia científica, pedagógica, administrativa, financeira e disciplinar, destinada à formação de Quadros Superiores.

Metodologias, Técnicas ou Estratégias Aplicadas no Ensino Superior de Contabilidade

Metodologia de ensino ou técnicas, práticas e até mesmo estratégias podem ser definidas como a forma pelo qual é conduzido o processo de ensino e aprendizagem (MENDES, 2000). Argumenta ainda o autor que o objetivo principal de uma metodologia de ensino é de servir de auxílio ao professor, podendo assim, permitir a melhor forma de transmitir o conteúdo aos estudantes e a assimilação do mesmo por parte deles. Depreende-se desta ideia que só com a metodologia de ensino, não se pode garantir um resultado satisfatório em sala de aula, visto que esta é apenas um suporte, um recurso ou uma ferramenta à disposição do professor. Aliada a metodologia de ensino, estão elementos como criatividade, didática, domínio do conteúdo, dentre outros.

Nesta senda, Mazzioni (2013) apresenta estratégias de ensino e aprendizagem propostas para área da Contabilidade por Anastasiou e Alves, (2004), Marion e Marion, (2006) e por Petrucci e Batiston (2006). Vale destacar aqui com essas estratégias é possível verificar tanto a perpeção docente com relação a sua utilização, como confrontar estas percepções com o ponto de vista discente. Segundo Mazzioni (2013), a definição do uso de determinada estratégia de ensino-aprendizagem considera os objetivos que o docente estabelece e as habilidades a serem desenvolvidas em cada série de conteúdo. A definição dessas estratégias, permite com que os docentes possam conhecer, os diversos tipos de metodologias ou estratégias de ensino que existem na literatura e que são apropriados para o ensino da Contabilidade. Por esta razão, o autor apresenta no seu estudo as definições de cada tipo de estratégia, que estão apresentadas no quadro a seguir.

Quadro 01- Definições das estratégias de ensino e aprendizagem

Estratégia	Definição
Aula expositiva dialogada	É o tipo de aula onde se expõe o conteúdo, no entanto os estudantes fazem uma participação ativa. Os estudantes são incentivados pelo professor a discutirem o assunto abordado em sala de aula.
Estudo de texto	Trata-se do processo de exploração de ideias de um autor a partir do estudo crítico de um texto.
Portfólio	É uma estratégia, onde o estudante faz a construção de registro, análise, seleção e reflexão de todo conteúdo passado ao decorrer das aulas, explicitando os maiores desafios/dificuldades em relação ao objeto de estudo.
Tempestade cerebral	É uma estratégia que possibilita o estudante discutir de forma espontânea sobre qualquer questão abordado em sala de aula, tornando sua imaginação e criatividade mais fluente.
Mapa conceitual	É um diagrama construído pelo professor que indica a relação de conceitos, procurando mostrar as relações hierárquicas entre os conceitos pertinentes à estrutura do conteúdo.
Estudo dirigido	É um estudo realizado sob orientação e direção de um professor, visando minimizar as dificuldades específicas dos estudantes.
Estudo dirigido com aulas orientadas	É uma estratégia que torna o aluno autônomo e detentor de seu conhecimento, permitindo-o situar-se criticamente, extrapolar o texto para a realidade vivida, compreender e interpretar os problemas propostos.

Lista de discussão por meios informatizados	Permite o debate entre um grupo de pessoas, à distância, a respeito de um tema sobre o qual sejam especialistas ou tenham realizado um estudo prévio, ou queiram aprofundá-lo por meio eletrônico.
Ensino à distância	É uma estratégia da atualidade, e que proporciona as ferramentas como o ensino por correspondência sem apoio ou tutoria, pode ser realizada apenas entre educador e educando.
Solução de problemas	É uma estratégia que exige pensamento reflexivo, crítico e criativo a partir dos dados expressos na descrição de um problema.
Resolução de exercícios	Muito utilizada em disciplinas práticas, é um estudo por meio de tarefas concretas e práticas, onde o estudante pode assimilar com maior facilidade.
Ensino em pequenos grupos	É uma estratégia particularmente válida em grandes turmas, pois consiste em separar a turma em pequenos grupos, para facilitar a discussão.
Philips 66	É uma atividade grupal onde são feitas análises e discussões sobre temas / problemas do contexto dos estudantes.
Grupo de verbalização e de observação	É a análise de tema/problemas sob a coordenação do professor, que divide os estudantes em dois grupos: um de verbalização (GV) e outro de observação (GO).
Dramatização	É uma apresentação teatral, a partir de um foco, problema, tema etc. Pode conter explicitação de ideias, conceitos, argumentos e ser também um jeito particular de estudo de casos.
Seminário	É uma estratégia que permite com que haja um espaço, onde um grupo discuta ou debata temas ou problemas que são colocados em discussão.
Estudo de caso	É a análise minuciosa e objetiva de uma situação real que necessita ser investigada e é desafiadora para os envolvidos.
Júri simulado	É uma simulação de um júri em que, a partir de um problema, são apresentados argumentos de defesa e de acusação.
Simpósio	É a reunião de palestras e preleções breves apresentadas por várias pessoas (duas a cinco) sobre um assunto ou sobre diversos aspectos de um assunto.
Painel	É a discussão informal de um grupo de estudantes, indicados pelo professor (que já estudaram a matéria em análise, interessados ou afetados pelo problema em questão), em que apresentam pontos de vista antagônicos na presença de outros.
Palestras	Possibilidade de discussão com a pessoa externa ao ambiente universitário sobre um assunto de interesse coletivo, de acordo com um novo enfoque.
Fórum	Consiste num espaço, no qual todos os membros de um grupo de estudantes têm a oportunidade de participar do debate de um tema ou problema determinado.
Discussão e debate	Permite aos estudantes a refletirem acerca de conhecimentos obtidos após uma leitura ou exposição.
Oficina (laboratório ou workshop)	É a reunião de um pequeno número de pessoas com interesses comuns, a fim de estudar e trabalhar para o conhecimento ou aprofundamento de um tema, sob orientação de um especialista.
Estudo do meio	É um estudo direto do contexto natural e social no qual o estudante se insere, visando a uma determinada problemática de forma interdisciplinar.
Ensino com pesquisa	É a utilização dos princípios do ensino associados aos da pesquisa: Concepção de conhecimento e ciência em que a dúvida e a crítica sejam elementos fundamentais.
Exposições, visitas e excursões	Trata-se de uma estratégia que exige a participação dos alunos na elaboração do plano de trabalho de campo; como também permite a integração de diversas áreas de conhecimento.
Ensino individualizado	O ensino individualizado é a estratégia que procura ajustar o processo de ensino-aprendizagem às reais necessidades e características do discente.

Fonte: adaptado de Mazzioni, (2013).

A partir das definições das estratégias ou metodologias propostas a serem utilizadas no ensino superior de Contabilidade, estudos no Brasil passaram a ser realizados, de modo a verificar dentre estas estratégias quais teriam maior predominância na utilização pelos docentes em salas de aula, bem como quais metodologias de ensino segundo percepção discente facilitaria seu ensino e aprendizagem. Um desses estudos, foi a pesquisa realizada por Passos e Martins (2003), que investigaram os métodos de sucesso e os recursos didáticos mais utilizados pelos professores do ensino da Contabilidade de quatro IES brasileiras da cidade de São Paulo. Os resultados apontaram que a metodologia com maior frequência utilizada por 90% dos docentes é aula expositiva, seguida de exercícios em sala e extraclasse 70%, sendo que seminário e estudo de caso somente 30% desses docentes utilizavam. Quanto aos recursos didáticos a lousa era a mais utilizada por 90% dos docentes, seguido de transparência e Datashow com 50% e 40% respectivamente.

Ainda dentre os estudos que analisaram as metodologias mais utilizadas pelos docentes, no entanto, confrontando com a percepção discente tem-se o estudo realizado por Madureira, Succar Junior e Gomes, (2011) onde se propuseram a analisar quais métodos de ensino superior são aplicados pelo corpo docente da Faculdade de Administração e Finanças nos cursos de Ciências Contábeis e de Administração de Empresas da Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Os resultados indicaram a utilização de poucas práticas ou metodologias de ensino condizentes com a necessidade e interesse dos alunos, principalmente quanto à aprendizagem ativa 29,5% dos docentes que utilizam esta metodologia, sendo o predomínio do método tradicional com 66,5% no curso de Contabilidade. No entanto, os autores concluem que o método ativo aquele que melhor colabora para a formação eficaz do aluno, notou-se uma maior utilização no curso de Administração do que em Contabilidade.

De modo complementar aos estudos que investigaram as metodologias mais utilizadas no ensino de Contabilidade, destaca-se ainda o estudo de Teodoro, *et al.* (2011) investigou as estratégias de ensino utilizadas no curso de Ciências Contábeis e Ciências da educação buscando analisar e comparar as características do curso de Ciências Contábeis na Universidade Federal do Paraná (UFPR) e Universidade Estadual de Maringá (UEM) em conjunto comparar com as características do curso de Educação-Pedagogia, uma vez que segundo os autores este último pode ser considerado o “berço” das estratégias de ensino-aprendizagem. Os resultados desta pesquisa apontaram que os principais métodos com maior contato pelos estudantes no curso de Ciências Contábeis são Resolução de Exercício 92%, a seguir Estudo de Caso com 83%, discussão e debate com 80% e em quarto a aula expositiva com 72%. O fato curioso é que no curso de pedagogia a metodologia da aula expositiva foi a que os estudantes tiveram maior contato com 98,5%, a seguir de discussão e debate com 89% e aula prática com 83%.

Outra pesquisa relevante na verificação das metodologias de ensino em Contabilidade tanto na percepção docente como discente, foi realizada por Miranda, Leal

e Casa Nova, (2012) cujo objetivo era verificar quais as principais técnicas de ensino aplicadas no ensino da Contabilidade na percepção dos professores e dos alunos. Os autores aplicaram questionários a 150 estudantes e 18 professores do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Uberlândia. Os resultados da pesquisa indicaram que as metodologias mais utilizadas no ponto de vista dos estudantes e professores foi a aula expositiva com 98% de preferência tanto pelos estudantes, quanto pelos professores.

Além dos estudos apresentados até aqui, não se pode deixar de mencionar a pesquisa de Mazzioni (2013) que buscou compreender as estratégias de ensino-aprendizagem mais significativas a partir das perspectivas dos alunos com aquelas utilizadas pelos professores do curso de graduação em Ciências Contábeis. Para tanto, aplicou questionários com perguntas abertas e fechadas, direcionadas a docentes e discentes do curso de graduação em Ciências Contábeis. O estudo foi realizado no Campus Chapecó da Universidade Comunitária da Região de Chapecó – Unochapecó. Os resultados apontaram que para os estudantes desta IES, a aula mais eficaz seria por meio de metodologias de resolução de exercícios com 40,79%, a seguir da aula expositiva com 27,39% e em terceiro lugar ficou seminário com 14%. Já no ponto de vista docente, a preferência ainda é pela utilização da aula expositiva com 41%, a seguir por resolução de exercícios com 38% e em terceiro novamente por seminário com 14%.

METODOLOGIA DA PESQUISA

Seleção e Amostra da Pesquisa

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa descritiva, com abordagem do problema qualitativa. Ressalta-se que a pesquisa foi realizada em duas Instituições de Ensino Superior Público, especificamente no curso de Ciências Contábeis, sendo que uma das Instituições se situa no Sul da África e outra na América do Sul, no entanto, ambas pertencentes à Comunidade dos Países de expressão de Língua Portuguesa (CPLP). Neste caso, tem-se por um lado: o Instituto Superior Politécnico do Kuanza Sul (ISPKS) na cidade do Sumbe/Kuanza Sul-Angola, e, por conseguinte, a Faculdade de Ciências Contábeis (FCC), pertencente à Universidade Federal da Bahia (UFBA), situada na cidade de Salvador/Bahia – Brasil.

Procedimentos para Coleta e Análise dos Dados

Tendo em vista que o estudo abrange dois países, houve a necessidade de realizar a pesquisa em fases, no sentido de possibilitar sua execução, uma vez que a amostra desta pesquisa, abrange um total de 32 professores. Dos quais 14 são professores da IES brasileira equivalente a 42% do total do corpo docente da FCC e 18 professores angolanos representando 75% do total de docentes no ISPKS. Para execução deste trabalho, foram

adotados procedimentos metodológicos divididos em duas fases, a primeira fase da metodologia teve um caráter exploratório e se ateve ao estudo preliminar que visa obter maior familiaridade com o fenômeno que se pretende investigar, limitando-se a entender o seu funcionamento, sua estrutura e suas principais características. Nessa fase, foi realizado levantamento bibliográfico com o propósito de apresentar um contexto teórico sobre as principais abordagens de ensino que fundamentam a prática docente. Também nesta fase apresentaram-se as metodologias existentes na literatura e propostas a serem utilizadas no ensino da Contabilidade, confrontando-as com aquelas mais utilizadas pelos docentes no Brasil segundo ponto de vista docente e discente.

O instrumento de coleta de dados utilizado foi o questionário, que buscou identificar as principais metodologias utilizadas pelos professores das duas IES em sala de aula. A utilização do questionário como instrumento de realização desta pesquisa, justifica-se pelo fato dos estudos anteriores sobre o tema terem usado o mesmo instrumento. Entretanto, o questionário também se constitui num instrumento de coleta de dados que permite uma interpretação dos resultados de forma qualitativa, com o propósito de fornecer a melhor compreensão no que diz respeito ao fenômeno investigado. Ressalta-se, que o questionário utilizado para esta investigação foi aplicado de forma presencial, contatado cada um dos professores em sala de aula e até mesmo fora de sala de aula.

Vale lembrar, que o questionário utilizado para a pesquisa foi adaptado do estudo de Silva (2001), que investigou o estágio do ensino superior em Contabilidade, especificamente nas IES da Bahia. Verificando tanto a percepção docente, quanto a discente. Para o alcance de seu objetivo, aplicou questionários aos respondentes e realizou de forma complementar entrevista aos coordenadores do curso. Nesta pesquisa, apenas optou-se pela avaliação da percepção docente. O questionário foi dividido em dois blocos, com questões objetivas. As questões do primeiro bloco, possuem o nível de concordância de 1 a 7, onde agrupou-se os níveis 1,2,3 como discordo totalmente, 4 como nível nem de concordância e nem de discordância e os níveis 5, 6 e 7 como concordo totalmente.

A segunda fase desta pesquisa, ateve-se a aplicação do questionário aos docentes das IES investigadas com o propósito de alcançar os objetivos específicos deste estudo, que visa identificar e comparar as metodologias de ensino utilizadas pelos professores em suas percepções. E para o alcance desse objetivo, o questionário aplicado continha questões objetivas divididas em dois blocos onde: no primeiro constam cinco (05) questões a saber: questão 01 – trata das abordagens do processo de ensino e aprendizagem destacadas por Mizukami (1986); questão 02 – se refere as principais metodologias de ensino utilizados pelos professores em sala de aula; questão 03 – tem a ver com o tipo de avaliação, questão 04 – avalia a utilização dos recursos didáticos ou instrumentos de ensino em sala de aula e a questão 05 – permitiu verificar que elementos são considerados relevantes na formação do contador no mercado atual. No segundo bloco, constam dados sobre o perfil dos docentes; em análise tais como: área de formação, gênero, idade, experiência de trabalho, tempo em que leciona, área de formação, bem como as motivações para docência etc.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Caracterização do Perfil do Corpo Docente da FCC e do ISPKS

Da investigação realizada, iniciou-se pela análise do perfil dos respondentes, conforme o Gráfico 2 verificou-se que 57,1% dos professores respondentes da FCC, são do gênero masculino, e 42,9% do gênero feminino. Esta realidade, não difere do ISPKS, onde 77,8% dos professores respondentes são do gênero masculino, e 22,2% do gênero feminino como se verifica no gráfico 01. Percebe-se claramente com esses resultados, que nas duas IES, a predominância dos professores respondentes é do gênero masculino. Estes resultados também foram encontrados por Silva (2001), onde 81% dos professores respondentes eram do gênero masculino e somente 19% do gênero feminino. Por outro lado, pode-se aferir, que a situação dos profissionais da docência no ensino superior de Contabilidade é *sui generis*. Segundo Casa Nova (2012), na Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, em dados de 2010, dentre os 184 docentes, que esta instituição possuía 30 eram mulheres. O que já não acontece nas áreas de ciências humanas e saúde, especificamente no curso de Educação e Enfermagem, onde a predominância de docentes são gênero feminino.

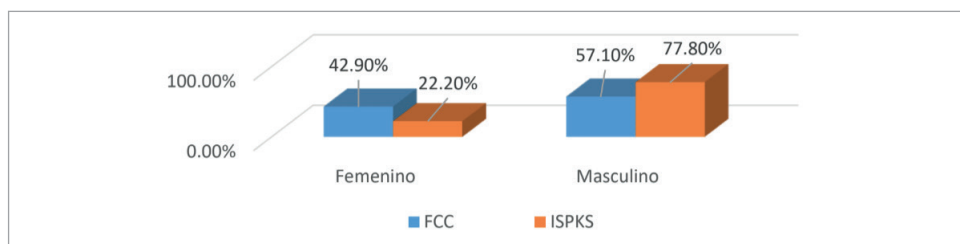


Gráfico 01: Gênero dos respondentes

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Além do gênero, verificou-se também que a maior faixa etária dos professores das duas IES, varia entre 30 a 39 anos de idade com 42,9% dos professores da FCC e 77,8 para os professores do ISPKS. Deste resultado, depreende-se que a força de trabalho na área docente das instituições investigadas é composta por professores majoritariamente jovens no ISPKS, ou seja, recém-egressos das formações de pós-graduações, e com uma idade média na FCC. Constatou-se também que o menor percentual dos docentes, são os que possuem idade compreendida entre 50 a 69 anos. Por esta razão, procurou-se verificar também o tempo de docência que estes profissionais exercem nas duas instituições.

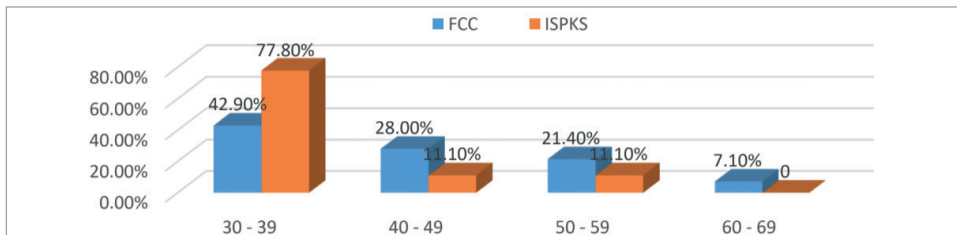


Gráfico 02: Faixa etária dos respondentes

Fonte: Dados da pesquisa, 2016

Na vida de qualquer profissional, gostar do que se faz, é um dos fatores fundamentais para motivação laboral e até mesmo sucesso na carreira, sob este prisma, esta investigação, procurou saber se os professores gostavam da profissão docente. Por unanimidade, 100% dos respondentes das IES investigadas alegaram que gostavam muito da profissão docente. Sendo assim, foram questionados, quais as principais razões ou motivações para a escolha da área Contábil como área de ensino. Dentre as respostas obtidas nesta questão, pode-se verificar com predominância a opção gostava da área, apontado por 66,75% dos professores da FCC, e 41,2% dos professores do ISPKS, os respondentes revelaram ser a opção que mais lhes motivou a ser docente na área Contábil. Vale ressaltar que a opção gostava da área apontado pelos docentes da FCC, é uma realidade somente da UFBA. A segunda opção foi trabalhava na área, sendo um dos motivos para que estes professores exerçam a docência. O gráfico 03 espelha estes dados.

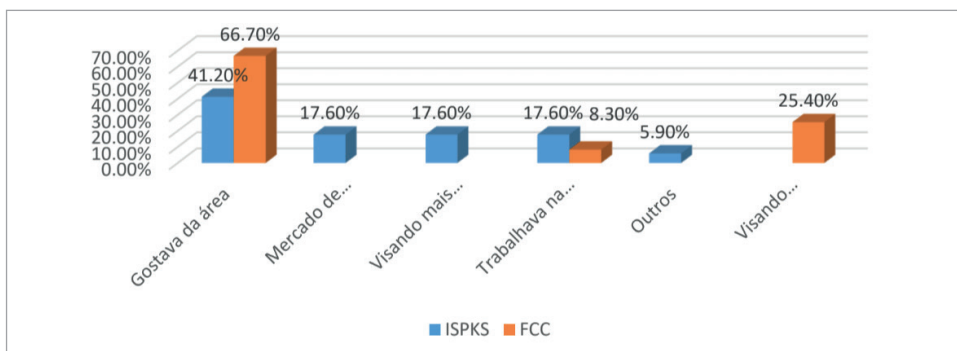


Gráfico 03: Principais motivações para ser docente

Fonte: Dados da pesquisa, 2016

Dentre as características concernentes com atuação docente, questionou-se aos professores das IES pesquisadas, se achavam a formação pedagógica no processo de ensino e aprendizagem para o exercício docente importante. Das três opções, os professores assinalaram com maior percentual que acham que era de fundamental importância com

69,2% e 76,5% de respostas dos professores como demonstra o gráfico 8. Em segundo lugar 23,1% e 23,5% dos professores afirmaram que acham a formação pedagógica de importância relativa. E surpreendentemente na FCC, um respondente afirmou que achava esta formação sem importância. Esses resultados indicam que os professores do ensino superior de Contabilidade estão reconhecendo suas fraquezas quanto à pedagogia e reconhecendo mais ainda, a necessidade de melhorar suas práticas de ensino, por meio de formação pedagógica. Apesar de que, a pesquisa também revelou que alguns docentes acreditam que esta formação possui uma importância relativa.

De modo adicional, a presente investigação procurou saber se nos últimos 5 anos os professores das IES pesquisadas, participaram de alguns eventos. Acreditando que uns dos meios de capacitação dos professores seria por intermédio de seminários, convenções, jornadas científicas, simpósios, congressos, além de cursos de agregação pedagógica ou cursos técnicos. Nos eventos científicos os professores têm a oportunidade de interagir com outros docentes profissionais da área, partilhar suas experiências e adquirir conhecimentos novos, tanto sobre as áreas de ensino, como na área técnica. Os professores da FCC, afirmaram em sua maioria 76,9% que participaram em congressos, fato que demonstra a preocupação desses profissionais na sua capacitação. Enquanto que no ISPKS, 17,6% dos professores participaram de congressos, 41,2% participaram de seminários e 23,5% participaram em jornadas científicas, que aliás a própria instituição realiza a cada ano.

Nesse contexto, questionou-se também se os professores acreditam que deveria existir um curso da área pedagógica direcionado ao professor de Contabilidade. Muito tem se falado sobre o ensino tecnicista e mecanicista que o ensino da Contabilidade forneceu aos seus graduados, autores como Albreth e Sack (2000) e Gauthier e Parker (2015), pedem mudança no tipo de ensino que os bacharéis em Contabilidade devem receber, uma vez que a forma de ensinar continua sendo a mesma de 20 anos atrás. Estes autores sugerem metodologias que exige interação do professor aluno, que envolve a autonomia do saber por parte dos alunos. No entanto, os professores de Contabilidade só poderiam conhecer essas metodologias, conhecendo as teorias pedagógicas de aprendizagem, tais como as de Piaget, Vigotski, Paulo Freire, dentre outros pesquisadores. Nesse sentido, aproximadamente 83% dos professores das duas IES, responderam que precisam de curso da área pedagógica.

No que concerne as metodologias de ensino utilizados pelos docentes, sendo o objetivo principal desta investigação, na tabela 01 apresenta-se o nível de frequência sobre as metodologias ou técnicas de ensino em sala de aula. Nesta questão, verificou-se que a metodologia utilizada com maior frequência pelos professores nas duas IES, é a aula expositiva, sendo apontada por aproximadamente 45% desses professores. Seguida por ensino com pequenos grupos. Este resultado corrobora com os achados encontrados por Mazzioni (2013). Onde percebe-se, que a metodologia de aula expositiva, já não têm sido o líder do *ranking* dentre as mais utilizadas pelos professores constando em quarto lugar como revelou a pesquisa de Teodoro *et al.* (2011).

Dentre as metodologias menos utilizadas estão debates e estudo de caso. No entanto, a pesquisa também revelou que na FCC, a metodologia com maior frequência é a simulação, que justamente para o ISPKS, ela é a segunda menos utilizada. Esses resultados vêm demonstrar que existe uma mudança de paradigma, no modo pelo qual os professores hoje estão concebendo o ensino. Apesar da FCC, possuir docentes com maior tempo de trabalho na docência, o que se esperava e acreditava-se é que estes profissionais tivessem uma postura mais conservadora, uma abordagem de ensino e aprendizagem tradicional, tal como revelou a pesquisa de Silva (2001). Esta mudança também pode ser explicada, pelo fato dos professores, hoje estarem preocupados com a nova geração de estudantes, que é curiosa, que avalia, que questiona, que não possui uma postura passiva, que exige dinamismo e que chega a Universidade informada, apenas buscando instrução, em alguns casos. Porém, a participação dos professores em eventos acadêmicos e científicos, julga-se ser proponente desta mudança.

Metodologias utilizadas em sala de aula	FCC			ISPKS		
	Muita frequência	Nem muita nem pouca	Pouca frequência	Muita frequência	Nem muita nem pouca	Pouca frequência
Aula expositiva	42,9%	14,2%	42,9%	44,4%	38,9%	16,7%
Seminário	28,6%	21,4%	50%	33,3%	16,7%	50%
Debates	7,1%	14,2%	78,6%	11,1%	16,7%	72,2%
Resolução de problemas	28,6	28,6	42,8%	27,8%	11,2%	61%
Estudo de caso	21,4	21,4	57,2	16,7%	33,3%	50%
Ensino em pequenos grupos	35,7%	7,1%	57,2%	55,6%	11,1%	33,3%
Simulações	50%	7,1%	42,9%	16,7%	16,7%	66,7%

Tabela 01 - Metodologias utilizadas pelos professores em sala de aula

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

A metodologia de ensino está associada de igual modo ao tipo de avaliação, a forma com que o professor mensura o conhecimento de seus estudantes. E, para tanto, existem diversas formas praticadas pelos professores para esse mecanismo. A tabela 02, apresenta estas modalidades de avaliação. Mais uma vez, os professores das duas IES, apontaram que dos tipos de avaliação que utilizam com muita frequência, são provas escritas e orais e participações de alunos. Apesar das provas escritas, serem consideradas como critérios objetivos, que impõe ao aluno atingir uma média de resultado para se considerar aprovado ou reprovado, ainda são consideradas por aproximadamente 77% dos docentes investigados como a forma mais eficaz de avaliar os estudantes. No entanto, essa pesquisa, revela um dado novo, os professores, estão considerando outras formas de

avaliar, por meio de participações efetivas dos estudantes em suas aulas. Essa técnica de avaliação se assim se pode considerar tem servido também para estimular os estudantes, a se interessarem pelo assunto. Outro tipo de avaliação apontado somente pelos professores da FCC, é a dedicação e a assiduidade dos estudantes em sala de aula, o que implica dizer, que os professores estão valorizando o esforço do estudante, por meio de sua presença e sua dedicação durante as aulas.

	FCC			ISPKS		
Tipos de avaliação que os professores utilizam em sala de aula	Pouca utilização	Nem muita/ nem pouca utilização	Muita utilização	Pouca utilização	Nem muita/ nem pouca utilização	Muita utilização
Provas escritas e orais como critério de avaliação	14,7%		85,3%	16,7%	11,1%	72,2%
Participação dos alunos como critério de avaliação	28,6%		71,4%	22,2%	5,6%	72,2%
Seminários como forma de avaliação	35,7%	14,3%	50%	55,6%		44,4%
Relatórios e portfólio como forma de avaliação	51,1%	14,3%	28,6%	100%		
Crêterios subjetivos como dedicação e assiduidade como forma de avaliação	42,9%		57,1%	44,4%	28,8%	28,8%

Tabela 02 -Tipos de avaliação utilizadas pelos professores em sala de aula

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Conjuntamente com a forma de avaliação, os instrumentos de auxilio no processo de ensino e aprendizagem que os professores utilizam, permitem conhecer os meios pelos quais estes utilizam para transmitir o conhecimento aos estudantes. Quanto a este quesito, pode-se perceber na FCC, o recurso mais utilizado, é o Datashow, seguido do quadro. No ISPKS, os recursos mais utilizados pelos docentes, são quadros, textos de apoio e Datashow. Nota-se que os professores das duas IES, fazem pouco uso das ferramentas digitais, filmes e áudios e fotos, cartazes, jornais. Tendo em vista que o ensino da Contabilidade é bastante específico, alguns tipos de recursos não se apropriam. No entanto, as ferramentas digitais seriam fundamentais neste ensino, possibilitando maior interação entre professores e alunos, e alunos com alunos. Vale ressaltar que na FCC, existe a ferramenta do *Moodle*, onde os estudantes fazem interações de atividades juntos com colegas e professores. Este recurso, pode servir de exemplo para posterior criação e utilização também no ISPKS. Esta é uma das vantagens que oferecem os estudos comparativos apresentando elementos novos que possam ser úteis para a outra parte a ser comparada.

Recursos	FCC			ISPKS		
	Pouca utilização	Nem muita/ nem pouca utilização	Muita utilização	Pouca utilização	Nem muita/ nem pouca utilização	Muita utilização
Ferramentas digitais de discussão	57,1%	14,3%	28,6%	61,1%	17,7%	22,2%
Quadro como meio de ensino	28,6%	7,1%	64,3%	11,1%	11,1%	77,8%
Data show (projektor de multimídia)		7,1%	92,9%	44,4%		54,6%
Filmes e áudios (músicas e gravações)	35,7%	14,3%	50%	61,1%	11,1%	27,8%
Fotos, gravuras, jornais, cartazes etc.	50%	7,1%	42,9%	77,8%	16,7%	5,6%
Recursos de apoio, Textos e equipamentos.	7,1%		92,9%	27,8%	5,6%	66,7%

Tabela 03 - Tipos de recursos ou meios de ensino utilizados pelos professores em sala de aula

Fonte: Dados da pesquisa, 2016

CONCLUSÃO

De um modo geral conclui-se que a proposta apresentada neste estudo, pode contribuir nas formas de ensinar dos professores da área Contábil tanto os que foram analisados nesta pesquisa, como também os que terão acesso a este estudo. Pesquisas sobre metodologias de ensino no cenário brasileiro existem diversas, por esta razão o presente estudo, transcendeu as linhas fronteiras do Brasil, indo para o sul da África para levantar a percepção docente sobre as estratégias ou técnicas de ensino. Confrontando deste modo, com a percepção dos docentes brasileiros. Vale ressaltar que da mesma forma que os pesquisadores da área Contábil no Brasil, têm demonstrado preocupação com questões didáticas no ensino da Contabilidade, o governo angolano, também demonstra preocupação com estágio atual do ensino superior em Contabilidade nas instituições de ensino públicas principalmente. Tendo em vista que estas, não oferecem condições de aulas práticas, que possibilitariam uma visão empresarial na carreira dos estudantes que frequentam o ensino da Contabilidade.

Do estudo realizado, verificou-se quanto ao perfil dos respondentes, que em ambas as instituições, os professores são maioritariamente, do gênero masculino. Mas com um número expressivo de docentes deste gênero no ISPKS. Este fato, pode revelar que a sociedade angolana ainda é conservadora quanto a questões de gênero na profissão, onde os homens atuam ainda predominantemente nas áreas técnicas quer para ensinar, bem como profissionais. Notou-se que na questão de a formação pedagógica ser importante na

profissão docente, aproximadamente 72% dos professores das IES pesquisadas apontaram ser de fundamental importância esta formação para o exercício de suas atividades docentes. O que significa, que estes profissionais estão percebendo a importância da didática como ferramenta dispensável na transmissão de seus conteúdos e que uma capacitação nessa área seria relevante para contribuir nos seus conhecimentos pedagógicos.

No que tange as metodologias de ensino empregadas pelos docentes, sendo principal objetivo deste estudo. Verificou-se que a metodologia utilizada com maior frequência pelos professores nas duas IES, é a aula expositiva, sendo apontada por aproximadamente 45% desses professores. Mas observou-se que além da aula expositiva, os professores da FCC, também utilizam com maior frequência simulações, que é uma estratégia de ensino construtivista ou ativa. Debates e estudo de caso foram apontadas como as metodologias menos utilizadas por esses professores. Conclui-se com esse resultado, que as pesquisas anteriores em conjunto com esta investigação, vem sinalizando uma mudança ainda embrionária nas formas, técnicas ou estratégias de ensino dos professores investigados, bem como dos professores brasileiros principalmente conforme apontam os estudos de Teodoro, *et al.* (2011) e Mazzioni (2013).

Entretanto, os professores angolanos da área Contábil do ISPKS, precisam experimentar diversificar suas metodologias, utilizado desde a aula expositiva e mesclando com simulações, estudos de casos, ensino em grupos etc. De modo a garantir que o ensino seja oferecido de forma a favorecer o aprendizado aos discentes quer no ponto de vista teórico, como prático. A utilização acentuada de aulas expositivas acaba deixando os estudantes passivos e dependentes dos conteúdos que os professores devem transmitir. Acredita-se que os professores deste estudo estão capacitados para poderem mudar esta realidade. Uma vez que estão preocupados com a formação pedagógica e que possuem uma frequência considerável em participações em eventos científicos.

A constatação, de critérios de avaliação discente como: participação de alunos, seminários e dedicação e assiduidade sendo os mais utilizados quer pelos professores angolanos e para os brasileiros, também vem confirmar o que as metodologias de ensino utilizadas por esses professores apontou como resultado. É de realçar que os sistemas de avaliação assim como os instrumentos ou recursos didáticos constituem ferramentas importantes no desempenho pedagógico dos professores.

Sendo assim, a presente investigação apresenta como principais limitações a fonte para obtenção das informações, afinal, um estudo comparativo, onde envolve duas instituições de países diferentes, exige custos e tempo para ser realizado. Outra grande dificuldade nesta investigação, foi o acesso de forma presencial e a disponibilidade para responder o questionário por parte dos docentes brasileiros, fato que culminou na pouca participação desses professores no estudo. De modo adicional, os resultados aqui encontrados não poderão ser generalizados. Pois, os dados restringem-se a amostra e as IES analisadas. Como sugestões de pesquisas futuras, pede-se: que se utilizem outras

técnicas de coleta de dados, onde se possa compreender melhor o fenômeno em análise, no caso específico, das técnicas de entrevista junto com os professores e/ou entrevista grupo focal com os estudantes no sentido de se confrontar a percepção quer dos docentes, bem como dos discentes quanto fenômeno investigado.

REFERÊNCIAS

- ALBRECHT, W. Steve; SACK, Robert J. The perilous future of accounting education. **The CPA Journal**, v. 71, n. 3, p. 16, 2001.
- ANASTASIOU, Léa das Graças Camargos; ALVES, Leonir Pessate. Estratégias de ensinagem. In: ANASTASIOU, Léa das Graças Camargos; ALVES, Leonir Pessate. (Orgs.). **Processos de ensinagem na universidade**. Pressupostos para as estratégias de trabalho em aula. 3. ed. Joinville: Univille, p. 67-100. 2004
- BIGGS, John B. **Teaching for quality learning at university: What the student does**. McGraw-Hill Education (UK), 2011.
- BOYCE, Gordon. Critical accounting education: teaching and learning outside the circle. **Critical perspectives on Accounting**, v. 15, n. 4, p. 565-586, 2003.
- BOTES, Vida; LOW, Mary; CHAPMAN, James. Is accounting education sufficiently sustainable?. **Sustainability Accounting, Management and Policy Journal**, v. 5, n. 1, p. 95-124, 2014.
- COMUNELLO, André Luis, et al. Programas de pós-graduação Stricto Sensu em contabilidade: sua contribuição na formação de professores e pesquisadores-[doi: 10.4025/enfoque.v31i1.13375](https://doi.org/10.4025/enfoque.v31i1.13375). **Enfoque: Reflexão Contábil**, 2011, 31.1: 7-26.
- CORNACHIONE JUNIOR, Edgard Bruno et al. O bom é meu, o ruim é seu: perspectivas da teoria da atribuição sobre o desempenho acadêmico de alunos da graduação em Ciências Contábeis. **Revista Contabilidade & Finanças, USP**, v. 21, 2010.
- GAUTHRIE, James; D. PARKER, Lee. The global accounting academic: what counts!. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 27, n. 1, p. 2-14, 2014.
- INEPhttp://download.inep.gov.br/download/superior/censo/2013/resumo_tecnico_censo_educacao_superior_2013.pdf acesso aos 05 de janeiro de 2015.
- KOULOUKOU, Daniel, et al. Currículo Mundial e o Ensino de Contabilidade: Um Estudo Comparativo Da Matriz Curricular dos Cursos de Ciências Contábeis em Instituições de Ensino Superior Brasileiras e Francesas. In: **VI Congresso Nacional de Administração e Contabilidade-AdCont 2015**.
- LAFFIN, Marcos. O professor de contabilidade no contexto de novas exigências. **Contabilidade vista & revista**, v. 12, n. 1, p. 57-78, 2009.
- LIBANÊO, José carlos, Docência universitária formação do pensamento teórico-científico e atuação nos motivos dos alunos In: **Ser professor na contemporaniedade. Desafios, iudicidade e protagonismo**. Cristina Da vila (organizadora) 1. Ed.Curitiba:editora CRV, 2009.
- LIBERATO, Ermelinda. Avanços e retrocessos da educação em Angola. **Revista Brasileira de Educação**, v. 19, n. 59, p. 1003-1031, 2014.

MADUREIRA, N. L., SUCCAR Jr, F., & Gomes, J. S. (2011). Estudo sobre os métodos de ensino utilizados nos cursos de ciências contábeis e administração da universidade estadual do rio de janeiro (Uerj): a percepção de docentes e discentes. **Revista de Informação Contábil, Rio de Janeiro** 5(2), 43-53.

MARION, José Carlos; MARION, Arnaldo Luís Costa. **Metodologias de ensino na área de negócios**. Para cursos de administração, gestão, contabilidade e MBA. São Paulo: Atlas, 2006

MAZZIONI, Sady. As estratégias utilizadas no processo de ensino-aprendizagem: Concepções de alunos e professores de ciências contábeis. **Revista Eletrônica de Administração e Turismo-ReAT**, v. 2, n. 1, p. 93-109, 2013.

MENDES, João Batista. Utilização de jogos de empresas no ensino de contabilidade-uma experiência no Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Uberlândia. **Contabilidade Vista & Revista**, v. 11, n. 3, p. 23-41, 2000.

MIRANDA, G. J. et al. Determinantes do Desempenho Acadêmico na Área de Negócios. In: Encontro de ensino e pesquisa em administração e contabilidade, IV, 2013, São Paulo. **Anais...** Congresso USP de Controladoria e Contabilidade. São Paulo: USP, 2013.

MIRANDA, G. J.; LEAL, E. A.; CASA NOVA, SP de C. Técnicas de ensino aplicadas à contabilidade: existe uma receita. **Coimbra, CL Didática para o ensino nas áreas de administração e ciências contábeis**. São Paulo: Atlas, 2012.

NOVA, Silvia Pereira de Castro Casa. Impactos de Mestrados Especiais em Contabilidade na trajetória de seus egressos: um olhar especial para gênero. **Revista Contabilidade e Controladoria**, 4.3. 2012.

PASSOS, Ivan Carlin; MARTINS, Gilberto de Andrade. Métodos de sucesso no ensino da contabilidade. In: **Congresso USP de Controladoria e Contabilidade**, III. 2003.

PETRUCCI, Valéria Bezerra Cavalcanti; BATISTON, Renato Reis. **Estratégias de ensino e avaliação de aprendizagem em contabilidade**. In: PELEIAS, Ivam Ricardo. (Org.) Didática do ensino da contabilidade. São Paulo: Saraiva, 2006.

PLETSCH, S. C.; SILVA, A; BIAVATTI. V.T. Relação entre os elementos causais da teoria atribucional, as causas atribuídas por estudantes do curso de ciências contábeis e as reações emocionais. In: Congresso Anpcont, VIII, 2014, Rio de Janeiro. **Anais...** Congresso Anpcont, Rio de Janeiro, 2014.

SILVA, Antônio Carlos Ribeiro da. **A evolução do ensino e da profissão contábil no Brasil: um enfoque no estado da Bahia**. Dissertação (mestrado) Contabilidade. CEPPEV Salvador 2001.

STANLEY, Trevor; MARSDEN, Stephen. Problem-based learning: Does accounting education need it?. **Journal of Accounting Education**, v. 30, n. 3, p. 267-289, 2012.

TEODORO, Jocelino Donizetti, et al. Estratégias de Ensino-Aprendizagem: Estudo Comparativo no Ensino Superior nas Áreas de Educação e Ciências Contábeis. **III Encontro de ensino e pesquisa em Administração e Contabilidade**. João pessoa/PB, 20-22 Novembro 2011.

DIAGNÓSTICO DA CONTROLADORIA PARA TOMADA DE DECISÃO: UM ESTUDO DE CASO EM UMA CLÍNICA DE SAÚDE OCUPACIONAL

Data de aceite: 01/03/2024

Charles Miller de Góis Oliveira

Kennedy Paiva da Silva

<http://lattes.cnpq.br/7685125383253660>

João Victor de Lima Barroso

<http://lattes.cnpq.br/5535071216919048>

Maria Angélica Aires Gil

<http://lattes.cnpq.br/0287885013169671>

Helen Kaliane Dantas de Medeiros Santos

<http://lattes.cnpq.br/3320634650334097>

Wiliane de França Felipe

<http://lattes.cnpq.br/8370157682613027>

Bruno Seixas Dantas

Érika Katayane lima da costa

Flávia Rafaela Fernandes de Oliveira

Gizelda de Oliveira Batista

Kimbely Ilara Dantas Lopes

Liduina Araujo Medeiros

Lívia Fernandes de Souza

RESUMO: O estudo teve por objetivo examinar as características da controladoria para tomada de decisão em uma clínica de saúde ocupacional. Para tanto, adotou-se como estratégia a realização de um estudo de caso por meio da técnica de entrevista. A análise dos dados tem caráter descritivos e foi feito por meio da narração e exposição da gestão. Onde, pretende-se entender se a controladoria esteve presente na organização. O questionário foi aplicado por meio do google forms e conteve 11 perguntas do tipo fechado, que tal como o nome indica são questionários que apresentam questões de resposta fechada. A fim de tornar a análise de dados mais compreensível, foi criado um quadro, identificado como Quadro nº 1, que relaciona cada pergunta com o objetivo do artigo: 1 a 5 serão relacionadas às características e formas como a controladoria é aplicada, de 6 a 8 sobre o quão a controladoria contribui para tomada de decisão e 9 a 11 a respeito da utilização das informações da controladoria para tomada de decisão. As limitações desta pesquisa estão principalmente relacionadas à dificuldade de acessar estudos de caso recentes de clínicas de saúde ocupacional sobre as características da controladoria e sua influência na tomada de decisão. Os

resultados revelaram, de forma ampla, que a clínica utiliza a controladoria apenas em alguns setores da gestão contábil. Portanto, pode-se dizer que a administração da clínica aplica a controladoria em algumas das suas atividades, porém não a incorpora em suas tomadas de decisões.

PALAVRAS-CHAVE: Controladoria; Saúde Ocupacional; Tomada de decisão.

ABSTRACT: The study aimed to monitor the characteristics of controllership for decision making in an occupational health clinic. Therefore, the case study was adopted as a strategy using the interview technique. Data analysis is of a descriptive nature and was carried out through narration and exposition of the management. Where, it is intended to understand if the controllership was present in the organization. Google Forms was applied through Google Forms and contained 11 closed-type questions, which, as the name implies, are interactive with closed questions. To make the data analysis more understandable, a table was created, identified as Table nº 1, which relates each question with the purpose of the article: from 1 to 5 will be related to the characteristics and ways of applying controllership, from 6 to 8 about how controllership contributes to decision-making and 9 to 11 about the use of controllership information for decision-making. The restrictions of this research are mainly related to the difficulty of accessing recent case studies from occupational health clinics on the characteristics of controllership and its influence on decision-making. The results broadly revealed that the clinic uses controllership only in some sectors of accounting management. Therefore, it can be said that the clinic's administration applies controllership in some of its activities, but does not incorporate it into its decision-making.

KEYWORDS: Controllership; Occupational health; Decision making.

INTRODUÇÃO

As organizações na área da saúde são, em sua essência, compostas por hospitais e instituições similares (como clínicas, postos de saúde e laboratórios), que podem variar entre ser públicas ou privadas, lucrativas ou sem fins lucrativos. Abbas (2001), aponta que boa parte dessas instituições do país não possui uma gestão adequada de seus custos dificultando a obtenção de receitas, compatíveis com as necessidades de manutenção destas organizações.

Figueiredo e Caggiano (2008), comentam que devido à crescente complexidade, as organizações optaram por estabelecer um departamento de controladoria, com o objetivo de examinar e avaliar as informações pertinentes ao progresso social, bem como ao desempenho econômico e financeiro das entidades.

Frente a essas dificuldades, a formulação e consolidação de uma gestão estratégica adequada e seus planos derivados da controladoria pelas organizações podem oferecer contribuições significativas para que as decisões tomadas no presente respaldem as consequências resultantes no futuro.

Para Macedo (2015), a controladoria desempenha um papel crucial e exclusivo nos hospitais, permitindo que os administradores promovam a melhoria tanto das operações

quanto dos colaboradores. O planejamento é fundamental para a organização hospitalar e, por consequência, para a qualidade dos serviços durante a execução.

A controladoria também pode ser tratada como um órgão, pois, Villas Boas (2000), a define como sendo um órgão da empresa que possui uma estrutura funcional formada por conceitos e técnicas derivadas da Contabilidade, Economia e Administração para desenvolver as atividades contábeis, fiscais e administrativas e/ou funções relacionadas com o planejamento estratégico, tático e operacional.

Nesse sentido, a controladoria, presente em todas as áreas da organização, desempenha um papel essencial como ferramenta de apoio à Avaliação de Desempenho e na consecução de seus objetivos principais.

Conforme os autores El Tugoz *et al.* Julien (2017), no setor da saúde, é fundamental que as organizações adotem o planejamento estratégico como princípio fundamental. Esse processo aborda diversos aspectos cruciais para o desenvolvimento e o crescimento das entidades, e, portanto, deve ser conduzido por meio de metas claras e com o suporte de ferramentas organizacionais adequadas.

Tendo como problema de pesquisa quais as características da controladoria para tomada de decisão em uma clínica de saúde ocupacional?

Para atender esse problema de pesquisa se observou os seguintes objetivos, tendo como o objetivo geral deste artigo é identificar as características da controladoria e suas contribuições para a tomada de decisão em uma clínica de saúde ocupacional.

E os objetivos específicos: (i) Analisar as características e formas como a controladoria é aplicada; (ii) Observar o quanto a controladoria contribui para tomada de decisão; (iii) Verificar se há utilização nas informações da controladoria para tomada de decisão.

Este artigo tem como divisão: Introdução para contextualização da pesquisa; Referencial teórico que tem a base de conceito das características da controladoria e sua influência na tomada de decisão; Metodologia que é descrito as técnicas de coleta e análise dos dados.

REFERÊNCIAL TEÓRICO

Características da Controladoria

A Controladoria é uma disciplina emergente que surgiu no início do século XX devido à demanda por um controle mais rigoroso na gestão das grandes empresas norte-americanas (Pletsch; Silva; Lavarda, 2016).

Conforme Mosimann, Alves e Fisch (1999), a controladoria abrange os princípios, procedimentos e métodos provenientes das áreas de administração, economia, psicologia, estatística e, sobretudo, contabilidade, com o propósito de direcionar as organizações rumo à eficiência.

O que é reafirmado pelo autor Carota (2018), que a controladoria pode ser definida como segmento da contabilidade e administração geral, que aliada a um conjunto de princípios contábeis, administrativos, financeiros, econômicos e estatísticos matemáticos.

Buscando estabelecer uma definição abrangente, Borinelli (2006) examina as principais contribuições teóricas de diversos estudiosos no campo, considerando as ideias prévias como complementares, resultando em uma definição mais abrangente e completa.

Portanto, Borinelli (2006) chega a uma conclusão que pode ser resumida da seguinte forma: A controladoria engloba um conjunto de conhecimentos teóricos e conceituais relacionados às áreas operacional, econômica, financeira e patrimonial, voltados para o controle do processo de gestão em uma organização.

Martin, Santos e Dias Filho (2004) defende-se que a Controladoria deve ter foco na governança empresarial, no estabelecimento de controles internos e na gestão de riscos, visando prevenir o colapso das empresas contemporâneas. Já Borinelli (2006), enfatiza as diversas funções desempenhadas pela controladoria, incluindo contabilidade, gestão estratégica, análise de custos, questões tributárias, proteção e controle de ativos, estabelecimento de controle interno, gerenciamento de riscos, gestão da informação, além de auditoria e tesouraria.

Dessa forma, a controladoria exerce influência sobre o processo decisório por meio das informações de planejamento e controle. Nesse sentido, o objetivo principal é otimizar os resultados econômicos da empresa, estabelecendo um modelo de informações alinhado ao modelo de gestão.

Controladoria na tomada de decisão

Na literatura, há um consenso sobre a controladoria como uma unidade funcional da organização, cujo propósito é fornecer aos gestores informações que subsidiem o processo de tomada de decisão. Essas informações abrangem fatos tanto internos quanto externos à organização, abarcando o passado, presente e futuro, com o objetivo de transformá-los em informações relevantes e úteis para a organização (Wahlmann, 2003). Tal suporte informacional desempenha um papel crucial ao capacitar os gestores a tomar as melhores decisões (Maciel; Lima, 2011).

Nos últimos anos, tem havido uma crescente pesquisa no sentido de compreender a estrutura da controladoria adotada pelas empresas brasileiras. Por exemplo, Mendes *et al.* (2016) ressaltaram que o crescimento do porte e a complexidade das organizações têm demandado a estruturação das informações como um meio de acompanhar e apoiar a gestão de forma eficaz.

É a partir dos processos da controladoria que é possível auxiliar a melhor tomada de decisão e obter bons resultados conforme propõe Carota (2018): “absorve e processam as informações com a finalidade de efetuar a gestão, avaliação, controle e monitoramento

do desempenho econômico-financeiro da atividade empresarial, objetivando subsidiar a tomada de decisões por parte dos gestores para melhoria contínua de resultados, sustentabilidade do empreendimento e cumprimento de metas”.

Segundo o autor citado, a controladoria é presente em todos os processos da organização, salienta concomitantemente o grau de importância desse maquinário indispensável para o alcance de metas e objetivos.

Desse modo, é fundamental realizar análises que permitam averiguar o desempenho e lacunas das organizações da saúde para a tomada de novas decisões e mudança processuais.

Conforme os autores Campos *et al.* Marques (2013, p.132) o processo científico está constantemente em processo de mudança e melhorias, isto é, independentemente do tamanho da empresa é possível implementar o mecanismo adaptável a realidade da empresa e seu segmento de atividade.

Segundo os autores citados, além das adversidades de implementação da controladoria perfaz a questão do profissional qualificado em planejar, dirigir e controlar, faz-se necessário além da capacidade de coordenar esse projeto, trabalhar harmoniosamente com a política da empresa, dado que, sem comunicação, pessoas e processo a controladoria não funcione adequadamente.

Garcia (2010), comenta que os resultados obtidos sejam um reflexo das decisões de investimento tomadas, e, como resultado, a controladoria desempenha o papel de avaliar o desempenho dessas decisões.

Em suma, a tomada de decisão dentro de uma empresa é de suma importância e ocorre em um contexto que engloba fatores internos e externos. O objetivo é identificar diversas alternativas para resolver as dúvidas existentes.

Controladoria nas organizações de saúde

Baer, Campino e Cavalcanti (2001) comentam que as organizações hospitalares, ao não adotarem padrões de desempenho e continuarem a utilizar práticas gerenciais ultrapassadas, enfrentam desafios como baixa produtividade, desperdício de recursos em larga escala, falta de conhecimento sobre o custo real dos procedimentos e, conseqüentemente, uma maior vulnerabilidade a problemas financeiros.

Dessa forma a identificação e o controle dos custos hospitalares são cruciais para as organizações de saúde, uma vez que a apuração dos custos permite o acompanhamento e controle da gestão, enquanto o controle dos custos possibilita a implementação de medidas corretivas para melhorar o desempenho das unidades organizacionais.

Conhecer o verdadeiro custo dos serviços e o valor de cada conjunto de atividades relacionadas aos procedimentos médicos é um fator competitivo essencial para a empresa no mercado. A falta de conhecimento dos custos impede que eles tenham parâmetros

claros para identificar suas necessidades e tomar decisões embasadas nesse aspecto. (Rosadas; Macedo, 2003).

Conforme Oliveira *et al.* (2011) a controladoria é o departamento encarregado de desenvolver, preparar, implementar e manter um sistema integrado de informações operacionais, financeiras e contábeis em uma organização específica, independentemente de seu objetivo lucrativo ou não.

Em consonância com a literatura de Kettermann (2019), o papel desempenhado pela controladoria é essencial no processo de gerenciamento de uma organização, especialmente na implementação do planejamento, orçamento, execução e monitoramento. Além disso, o departamento de controle é encarregado de garantir a consistência e eficiência dos sistemas de informação e da gestão de pessoal.

METODOLOGIA

Uma vez que tem uma finalidade imediata, visando a produção de resultados e tendo relevância prática. O método utilizado na coleta de dados da presente pesquisa classifica-se como estudo de caso. Que conforme Yin (1994) embora o estudo de caso seja comumente relacionado à pesquisa descritiva ou exploratória, o método não está limitado a essas áreas e pode ser aplicado para testar teorias.

A apresentação dos dados tem caráter descritivos, que segundo Carvalho *et al.* (2019) essa metodologia desempenha um papel fundamental no projeto de pesquisa, exigindo cuidado e atenção, pois é por meio dela que as pessoas compreendem os procedimentos e métodos a serem empregados na condução da pesquisa. Nenhum detalhe deve ser omitido na descrição do projeto pelo autor, pois o tipo de pesquisa pode variar de acordo com a fase em que é realizada.

A unidade de estudo onde se desenvolveu a pesquisa foi em uma clínica de saúde ocupacional, em Mossoró, no Estado do Rio Grande do Norte, é atuante no mercado há 3 (três anos). É uma pesquisa de caráter aplicado, que segundo Manual Frascatti da OECD (2002) a pesquisa aplicada busca adquirir novos conhecimentos por meio de investigação, visando alcançar objetivos práticos.

Foi aplicado questionário de perguntas objetivas relacionadas as características da controladoria, a influência da controladoria na tomada de decisão e benefícios e limitações encontrada ao aplicar a controladoria. A temática aborda o ano de 2022.

O questionário conterá 11 perguntas e será do tipo fechado, que tal como o nome indica são questionários que apresentam questões de resposta fechada. De 1 a 5 serão perguntas relacionadas às características e formas como a controladoria é aplicada, de 6 a 8 sobre o quão a controladoria contribui para tomada de decisão e 9 a 11 a respeito da utilização das informações da controladoria para tomada de decisão, será aplicado com a gestão por meio do *google forms*.

A análise dos dados será por meio da narração e exposição da gestão. Onde, pretende-se entender se a controladoria esteve presente e quais foram os impactos positivos e negativos na ausência dele, se tiver ocorrido.

ANÁLISE DOS DADOS

A fim de tornar a análise de dados mais compreensível, foi criado um quadro, identificado como Quadro nº 1, que relaciona cada pergunta com o objetivo do artigo.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	QUESTÕES
Características e formas como a controladoria é aplicada	1, 2, 3, 4 e 5
O quão a controladoria contribui para tomada de decisão	6, 7 e 8
Utilização das informações da controladoria para tomada de decisão	9, 10 e 11

Quadro 1: Objetivos e questionário

Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

QUESTÃO 1: Qual é o papel da controladoria na gestão da sua clínica?

O respondente da empresa estudada respondeu que a controladoria é responsável apenas pela gestão contábil (Guias DARF, INSS, FGTS e folha de pagamento funcionário) e emissão das certidões negativas (Federal, Estadual e Municipal).

Porém, a controladoria tem diversas funções em uma organização, conforme Borinelli (2006), as diversas funções desempenhadas pela controladoria, incluindo contabilidade, gestão estratégica, análise de custos, questões tributárias, proteção e controle de ativos, estabelecimento de controle interno, gerenciamento de riscos, gestão da informação, além de auditoria e tesouraria.

QUESTÃO 2: A controladoria da sua clínica participa nos controles internos, externos ou em ambos?

Os responsáveis pela clínica admitiram que somente usa a controladoria para o controle interno da organização. No entanto, o controle interno é imprescindível para a prevenção de riscos em uma organização.

Segundo os autores Martin, Santos e Dias Filho (2004), defende-se que a Controladoria deve ter foco na governança empresarial, no estabelecimento de controles internos e na gestão de riscos, visando prevenir o colapso das empresas contemporâneas.

Ademais, o controle externo, através de informações interessantes podem potencializar as forças da empresa e aproveitar as oportunidades. Wahlmann (2003) acrescenta que essas informações abrangem fatos tanto internos quanto externos à organização, abarcando o passado, presente e futuro, com o objetivo de transformá-los em informações relevantes e úteis para a organização (Wahlmann, 2003).

QUESTÃO 3: A controladoria da sua clínica participa do processo de precificação dos serviços oferecidos?

O processo de precificação dos serviços da clínica estudada é realizado pelo setor comercial, que é responsável por um dos sócios, a controladoria não faz parte desse processo.

Todavia, é crucial que uma empresa estabeleça preços adequados para seus produtos e serviços, uma vez que uma precificação inadequada pode impor desafios significativos ao processo de gestão e reduzir a lucratividade do negócio.

Nesse contexto, Rosadas e Macedo (2003) afirmam que conhecer o verdadeiro custo dos serviços e o valor de cada conjunto de atividades relacionadas aos procedimentos médicos é um fator competitivo essencial para a empresa no mercado. A falta de conhecimento dos custos impede que eles tenham parâmetros claros para identificar suas necessidades e tomar decisões embasadas nesse aspecto. (ROSADAS; MACEDO, 2003).

QUESTÃO 4: Como a controladoria da sua clínica monitora a eficiência dos processos financeiros?

A clínica adota planilhas eletrônicas para o monitoramento dos processos financeiros.

Vale ressaltar que, a utilização de ferramentas adequadas para estabelecer padrões de desempenho permite a comparação de resultados, o controle de objetivos e a busca constante por melhorias nos processos.

Conforme os autores Baer, Campino e Cavalcanti (2001) comentam que as organizações hospitalares, ao não adotarem padrões de desempenho e continuarem a utilizar práticas gerenciais ultrapassadas, enfrentam desafios como baixa produtividade, desperdício de recursos em larga escala, falta de conhecimento sobre o custo real dos procedimentos e, conseqüentemente, uma maior vulnerabilidade a problemas financeiros.

QUESTÃO 5: A controladoria da sua clínica fornece relatórios periódicos sobre o desempenho financeiro aos gestores?

Os relatórios periódicos são fornecidos por um dos sócios, este apresenta mensalmente o desempenho financeiro da clínica por meio de *excel* contemplando os desempenhos anteriores.

Logo depois, o gestor se beneficia grandemente ao possuir um maior volume de informações à sua disposição. Wahlmann (2003) afirma que na literatura, há um consenso sobre a controladoria como uma unidade funcional da organização, cujo propósito é fornecer aos gestores informações que subsidiem o processo de tomada de decisão (WAHLMANN, 2003).

QUESTÃO 6: A controladoria da sua clínica fornece informações financeiras relevantes para auxiliar na tomada de decisão?

Na clínica, essa função não é desempenhada pela controladoria. Contudo, dados que abrangem aspectos como finanças, recursos humanos e vendas, entre outros, agregam valor ao processo de tomada de decisão.

Segundo Maciel e Lima (2011) tal suporte informacional desempenha um papel crucial ao capacitar os gestores a tomar as melhores decisões (MACIEL; LIMA, 2011).

QUESTÃO 7: A controladoria da sua clínica participa da análise de resultados e desempenho financeiro para tomada de decisões corretivas?

Essa função é desempenhada por outros setores da clínica e não pela controladoria.

Posto que, a controladoria é um recurso de extrema relevância para promover a geração e a preservação do conhecimento dentro das organizações, desempenhando um papel fundamental ao fornecer suporte para o processo de tomada de decisões.

Conforme propõe Carota (2018): “a controladoria absorve e processam as informações com a finalidade de efetuar a gestão, avaliação, controle e monitoramento do desempenho econômico-financeiro da atividade empresarial, objetivando subsidiar a tomada de decisões por parte dos gestores para melhoria contínua de resultados, sustentabilidade do empreendimento e cumprimento de metas”.

QUESTÃO 8: A controladoria da sua clínica auxilia na definição de metas e objetivos financeiros?

Na clínica, essa responsabilidade é atribuída a outros setores. Logo, estabelecer metas e objetivos é crucial, uma vez que eles fornecem orientação e propósito para a empresa.

Esses elementos são fundamentais para delinear os destinos desejados e traçar os caminhos que serão percorridos para alcançá-los. Segundo Carota (2018), a controladoria é presente em todos os processos da organização, salienta concomitantemente o grau de importância desse maquinário indispensável para o alcance de metas e objetivos.

QUESTÃO 9: Quem é o responsável pela controladoria na sua clínica?

A controladoria da clínica é feita por um contador terceirizado. O respondente aqui deixa claro, que o serviço de controladoria é prestado por terceiros.

Vale lembrar que, a presença de profissionais altamente capacitados permite às empresas uma avaliação mais precisa de suas competências essenciais para o desempenho de suas funções, reduzindo, assim, os riscos de erros, baixa produtividade e problemas técnicos.

Conforme os autores Campos et al. Marques (2013, p.132), além das adversidades de implementação da controladoria perfaz a questão do profissional qualificado em planejar,

dirigir e controlar, faz-se necessário além da capacidade de coordenar esse projeto, trabalhar harmoniosamente com a política da empresa, dado que, sem comunicação, pessoas e processo a controladoria não funcione adequadamente.

QUESTÃO 10: Quais benefícios você identifica ao aplicar a controladoria na sua clínica?

A clínica relata que tem melhor controle e monitoramento de desempenho na área que a controladoria atua.

Então, ao adotar técnicas de planejamento, é possível garantir um controle mais abrangente sobre os processos da empresa, permitindo uma administração mais precisa dos recursos disponíveis, assim, trazendo benefícios para a organização como uma tomada de decisão mais assertiva.

Garcia (2010), comenta que os resultados obtidos sejam um reflexo das decisões de investimento tomadas, e, como resultado, a controladoria desempenha o papel de avaliar o desempenho dessas decisões.

QUESTÃO 11: Quais limitações você observa ao aplicar a controladoria na sua clínica?

A clínica relatou que não encontrou nenhuma limitação ao aplicar a controladoria na área a qual ela atua.

Vale destacar o que os autores Baer, Campino e Cavalcanti (2001) comentam, que as organizações hospitalares, ao não adotarem padrões de desempenho e continuarem a utilizar práticas gerenciais ultrapassadas, enfrentam desafios como baixa produtividade, desperdício de recursos em larga escala, falta de conhecimento sobre o custo real dos procedimentos e, conseqüentemente, uma maior vulnerabilidade a problemas financeiros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste estudo foi examinar as características da controladoria para tomada de decisão em uma clínica de saúde ocupacional. Esta pesquisa teve como problema, quais as características da controladoria para tomada de decisão em uma clínica de saúde ocupacional?

Sendo respondida, pois, com base na evidência fornecida através do questionário respondido pela gestão da clínica, é possível concluir que: a empresa utiliza somente a controladoria em alguns setores da gestão contábil, na emissão de guias como DARF, INSS, FGTS e cálculos da folha de pagamento dos funcionários; e também na emissão das certidões negativas Federal, Estadual e Municipal.

Respondeu também que a controladoria é aplicada somente no controle interno da organização. A respeito do processo de precificação a controladoria não participa. Para o monitoramento dos processos financeiros pela controladoria, a clínica adota planilhas

de *excel*, na resposta seguinte o respondente se contradiz, que os relatórios financeiros periódicos são fornecidos por um dos sócios.

Além disso, o responsável respondeu que a controladoria não participa da análise de desempenho financeiro e não auxilia na definição de metas e objetivos financeiros. A controladoria é feita por um contador, ou seja, é terceirizada. A respeito dos benefícios o respondente informa que a aplicação da controladoria melhorou o controle e monitoramento e que não tem nenhuma limitação ao aplicá-la na área que é destinada.

As limitações desta pesquisa estão principalmente relacionadas à dificuldade de acessar estudos de caso recentes de clínicas de saúde ocupacional sobre as características da controladoria e sua influência na tomada de decisão. E outro fator foi às respostas curtas dos responsáveis pela clínica.

Ademais, é importante além da contribuição dessa pesquisa para bibliografia, novos estudos ainda se fazem necessários para aprofundamento sobre o tema abordado. Sendo observado que há maiores relevâncias para o conhecimento acerca de controladoria em instituições de saúde.

REFERÊNCIAS

FERNANDES, Ailton et al GALVÃO, Paulo. A controladoria como ferramenta de gestão nas micros e pequenas empresas: Um estudo da viabilidade e a relação custo benefício. Revista de tecnologia aplicada (RTA), v 5, N.1, p 3-16, abril 2016: <https://www.cc.faccamp.br/ojs-2.4.8-2/index.php/RTA/article/view/904>

CAROTA, Jose carlos. Gestão de controladoria. Ed 3. São Paulo. Freitas Bastos. 2017.

CAMPOS, Domingo et al Marques, Isabel. Custeamento abc numa organização hospitalar: um estudo comparativo do custo de cirurgias eletivas com valores remunerados por planos de saúde. E&G - revista economia e gestão ISSN 1984-6606. – v. 13, n. 33, set./dez. 2013

MENDES, René et al DIAS, Elizabeth. Revista saúde pública. São Paulo, v 25, p 9-341, 1991. Acessado: <https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/2977.pdf>. 13.05.2023.

YIN, R. K. Estudo de caso: planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

RIBEIRO, Osni Moura; RIBEIRO, Natália Moura. Gestão Organizacional com ênfase nas organizações hospitalares. São Paulo: Saraiva, 2017.

_____, Osni Moura. Contabilidade Básica Fácil. 29. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

PLETSCH, C. S.; SILVA, A. da; LAVARDA, C. E. F. Conteúdo da disciplina de controladoria e as funções do controller no mercado de trabalho. Revista Pretexto, v. 17, n. 1, p. 118-133, 2016.

CALIJURI, M. S. S.; SANTOS, N. M. B. F.; SANTOS, R. F. Perfil do controller no contexto organizacional atual brasileiro. In: XII CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS. Anais... Florianópolis, SC, Brasil, 2005.

KETTERMANN, Marilene. Diagnostico para implantação da controladoria: estudo de caso em um hospital filantrópico de Montenegro/RS. São Sebastião do Cai: UCS, 2019.

TRATAMENTO DIFERENCIADO DAS POLÍTICAS FEDERAIS DE CRÉDITO E BENEFÍCIOS FISCAIS CONCEDIDOS AO ARQUIPÉLAGO DO MARAJÓ: O QUE HÁ EM COMUM COM O SEMIÁRIDO NORDESTINO?

Data de aceite: 01/03/2024

Breno Augusto Garcia Sales

Sociólogo, Mestre em Ciências Sociais (área de Antropologia) e professor EBTT do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPa)

RESUMO: Considerando as necessidades do desenvolvimento econômico, social e ambiental da mesorregião do Marajó, notabilizada nacionalmente pelos baixos índices de desenvolvimento humano e tendo como referência os dispositivos fiscais que contemplam favoravelmente a região do semiárido nordestino, a proposta fundamental deste texto reside em requerer um tratamento federal diferenciado para o território marajoara através do fortalecimento das linhas de crédito especiais e da aprovação de incentivos fiscais ainda mais atrativos, tendo em vista as similaridades socioeconômicas destas duas mesorregiões. No caso marajoara, há que se destinar uma atenção especial para a porção Sul e Sudoeste desta Mesorregião, que apresenta índices preocupantes, notadamente no que diz respeito ao acesso à educação e saúde.

PALAVRAS-CHAVE: Marajó; Política Fiscal; Desenvolvimento Social; Desenvolvimento Humano

DIFFERENTIATED TREATMENT OF CREDIT POLICIES AND TAX BENEFITS GRANTED TO THE MARAJO ARCHIPELAGO: WHAT DOES IT HAVE IN COMMON WITH THE SEMI-ARID NORTHEAST?

ABSTRACT: Considering the needs for economic, social and environmental development in the Marajó mesoregion, known nationally for its low levels of human development, and taking as a reference the fiscal provisions that favorably contemplate the northeastern semiarid region, the fundamental proposal of this text lies in requesting differentiated federal treatment for the Marajoara territory through the strengthening of special credit lines and the approval of even more attractive tax incentives, given the socioeconomic similarities of these two mesoregions. In the Marajoara case, special attention must be paid to the South and Southwest portion of this Mesoregion, which presents worrying rates, notably with regard to access to education and health.

KEYWORDS: Marajo; Fiscal policy; Social Development; Human Development

INTRODUÇÃO

Com o intuito de reacender as discussões sobre as desigualdades intra e inter-regionais no Brasil, arrefecidas desde o final da década de 80, o Ministério da Integração Nacional (MI), o DNOCS (Departamento Nacional de Obras contra a Seca), a CODEVASF (Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba) e as então Agências de Desenvolvimento no Norte e do Nordeste¹ (ADA E ADENE) institucionalizaram em 2007 a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) com vistas a subsidiar o Governo Federal na implementação de medidas e ações de desenvolvimento regional. Por meio da PNDR, desejava-se também definir as prerrogativas das instâncias organizacionais e operacionais nas diferentes “escalas de intervenção”.

A escala nacional define critérios gerais de atuação no território, identificando as sub-regiões prioritárias e as áreas preferenciais de intervenção da PNDR. A escala macrorregional, por sua vez, elabora os planos de ação nos territórios priorizados, assim como encaminha as ações correspondentes a estes planos. A instância macrorregional é especialmente importante no Norte, Nordeste e Centro-Oeste, onde as regiões contam com órgãos específicos de promoção do desenvolvimento regional, quais sejam, SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia), SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste) e SUDECO (Superintendência de Desenvolvimento do Centro Oeste), respectivamente.

Nas escalas sub-regionais é onde se assenta o escopo da PNDR. A dinâmica de trabalho consiste na construção de fóruns regionais para o firmamento de acordos que irão se constituir em unidades representativas das sub-regiões, estabelecidos em critérios determinados. Desta forma, foram estabelecidas duas áreas prioritárias: semiárido e Faixa de Fronteira. No caso do semiárido, o critério de escolha foi, segundo a PNDR, pelo fato de notoriamente apresentar extremos de pobreza e fragilidade econômica. No que diz respeito a Faixa de Fronteira, por representar uma área estratégica para a integração sul-americana e se constituir em porta de entrada para produtos ilícitos.

Contudo, quando do lançamento da primeira versão da PNDR, não havia uma voz uníssona de aprovação de seu formato tanto entre os diversos órgãos federais quanto entre as demais instâncias governamentais nos estados. Faltariam, segundo Alves e Rocha Neto (2013), estratégias robustas e coordenadas de ação. Desta forma, reconhecendo a necessidade do aperfeiçoamento desta política nacional, no ano de 2013, o Ministério da Integração, por meio de sua Secretaria Nacional de Desenvolvimento Regional, apresentou a nova Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR II), na qual existem as REP's (Regiões especiais prioritárias), onde está inserida a região do semiárido e as chamadas regiões Programa “Natas”, que são regiões prioritárias definidas pelos atores em diferentes escalas, na qual estão inseridas as regiões do Marajó, BR 163 e Xingu, com prioridade para o entorno dos grandes projetos.

¹ Ambas já extintas e substituídas no ano de 2007 por meio da reativação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

A atenção especial da PNDR e da PNDR II para a região do semiárido tem um respaldo, em primeiro lugar, histórico, ambiental e socioeconômico. Há tempos que a região é marcada pela vulnerabilidade social das populações rurais em função de fenômenos ambientais extremos, tais como as secas, quadro que se agrava quando se observa a concentração e a má distribuição secular dos recursos hídricos entre as propriedades desta mesorregião. Em segundo lugar e por conta deste primeiro cenário, a Constituição Brasileira, por meio do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), art. 159, inciso I, alínea C, garante que metade dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) seja destinada a aplicação em atividades produtivas no semiárido.

Ademais, após a redefinição da área geográfica do semiárido brasileiro em Março de 2005², os novos municípios passaram a se beneficiar de bônus de adimplência³ de 25% dos recursos do FNE. Contudo, a resolução nº 4.423 do Conselho Monetário Nacional (CMN), de 26 de Junho de 2015, estabeleceu que o bônus total de adimplência será de 15%, “independente da localização do empreendimento” (BRASIL, 2015: 2).

Em se tratando de índices de vulnerabilidade, a região do Marajó apresenta similaridades interessantes com o semiárido nordestino e especificidades aparentemente ainda mais alarmantes e, contudo, não dispõe de dotação orçamentária específica em relação a entrega de recursos da União.

A mesorregião Marajó é considerada uma das três áreas prioritárias para intervenção federal devido ao baixo IDH e está incluída em ações prioritárias no PPA da União para o quadriênio 2016-2019. Por conta disto, foi criado o Grupo Técnico de Financiamento para o Marajó no âmbito do MI⁴, obedecendo o que estabelece as diretrizes da PNDR.

Tendo como referência os dispositivos que contemplam favoravelmente a região do semiárido, a proposta fundamental deste texto reside em requerer um tratamento diferenciado para o Marajó através do fortalecimento das linhas de crédito especiais e da aprovação de incentivos fiscais ainda mais atrativos, tendo em vista as similaridades socioeconômicas destas duas mesorregiões. No caso marajoara, há que se destinar uma atenção especial para a porção Sul e Sudoeste desta Mesorregião, que apresenta índices preocupantes, notadamente no que diz respeito ao acesso a educação.

Também é objeto desta proposta discutir a viabilidade em estabelecer uma cota mínima de aplicação dos recursos do Fundo Constitucional de Desenvolvimento do Norte (FNO) ou do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA) (a partir de 25% do montante) para a mesorregião do Marajó, de modo que sejam incrementadas as atividades desenvolvidas em municípios marajoaras que beneficiem iniciativas de mini, micro, pequeno e médio portes. Esta proposta é viável, pois entre as três categorias constantes nas

2 Ministério da Integração Nacional (BRA). Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional. Nova Delimitação do Semi-Árido Brasileiro. Brasília: 2005

3 Trata-se de um bônus concedido àqueles produtores que estiverem em dia com o pagamento dos encargos financeiros das operações rurais realizadas com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento.

4 <http://www.sudam.gov.br/comunicacao-social/1068-prioridades-para-o-marajo-serao-incluidas-no-ppa-da-uniao>

prioridades espaciais de aplicação dos recursos do FNO para 2015, a terceira corresponde aos municípios classificados pela tipologia da PNDR como de baixa renda, estagnada ou dinâmica (BRASIL, 2015b).

As similaridades entre a mesorregião do Marajó e o Semiárido nordestino

Ao observar o que estabelece o PNDR, verifica-se que o Arquipélago do Marajó se enquadraria no grupo 2, ou seja, microrregiões dinâmicas, ou seja, com rendimentos médios e baixos, mas com dinâmica econômica significativa. Igualmente, a maior parte da área do semiárido também está enquadrada nesta categoria.

Das similaridades entre as mesorregiões (MRGs) Marajó e Semiárido, é possível notar que a maior parte dos seus respectivos territórios possui rendimento domiciliar mensal médio per capita de até R\$110,27⁵. Também apresentam alta taxa de crescimento do PIB, ou seja, se enquandram no que PNDR definiu como “taxa de crescimento do PIB alta e baixo rendimento”, indicando a potencialidade econômica e produtiva de ambas, mas apontando a baixa rentabilidade nos orçamentos domésticos.

Outra semelhança entre Marajó e Semiárido é que entre os 31 municípios com IDH tido como “muito baixo” – a pior categoria do índice medido pelo PNUD⁶ -, 10 fazem parte do semi-árido⁷ e 5 são municípios marajoaras⁸, perfazendo quase 50% de todos os municípios situados nesta categoria emergencial pertencentes a estas duas MRGs. Entretanto, cabe a ressalva que atualmente o semiárido é composto por nove estados da federação, enquanto o Marajó situa-se exclusivamente no estado do Pará, sendo, portanto, a região de integração que apresenta mais municípios na pior categoria definida pelo IDH.

A tabela abaixo apresenta um comparativo entre as duas mesorregiões a partir de variáveis determinadas pelo levantamento da própria PNDR.

5 Dados de 2015.

6 Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

7 Considerou-se aqui o município de Caxingó como área de influência do Semi-árido pela proximidade geográfica e similaridade socioeconômica com os municípios desta mesorregião, sendo caracterizada pelo PNDR como economia estagnada.

8 O município de Bagre não está incluído na RI Marajó – elaborada pelo governo do estado - porém pelos critérios do IBGE, está incluído na mesorregião Marajó.

Mesorregião/ Variáveis	Marajó	Semi-Árido
Rendimento ⁹	25-33%	25-66% ¹⁰
Urbanização ¹¹	20,71-53,77%	20,71-67,56%
Escolaridade + ¹²	0,00-0,79% (S, SO, NO) 0,79-1,78% (N, NE, SE)	0,00-11,97%
Escolaridade - ¹³	63,21-74,5% (S,SO) 52,11-63,2% (N, NE, SE)	36,11%-63,2% ¹⁴
Densidade	1,01-11,00%	1,01-54,00% ¹⁵

Legenda: N:Norte; NE: Nordeste; NO: Noroeste; S: Sul; SO: Sudoeste; SE: Sudeste

Fonte: PNDR (2007)

Elaboração: Sales, 2015

Questões sociais no Marajó: educação, infâncias e juventudes

Este cenário socialmente caótico que vive o Marajó vem sendo, portanto, alvo de diversas ações por parte dos três poderes constituídos tanto em nível estadual como federal, assim como de organizações da sociedade civil, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Estas iniciativas concentram esforços para conhecer realidades locais e investir recursos humanos, infraestruturais e econômicos no sentido de amenizar situações graves no campo da educação, saúde, segurança pública e institucional, regularização fundiária e principalmente o combate a exploração sexual de crianças e adolescentes, bem como o tráfico de pessoas.

O tema da exploração sexual infanto-juvenil tem sido tratado como um problema emergencial a ser enfrentado, principalmente no âmbito do Ministério Público do estado do Pará¹⁶ (MPPA) e Ministério Público Federal¹⁷ (MPF) através da Procuradoria da República no Pará, bem como pela Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência¹⁸ (SAE/PR) da República e Comissão de Direitos e Minorias da Câmara dos Deputados. Os eventos que envolvem a discussão da temática invariavelmente contam com a presença de membros da Comissão de Justiça e Paz da CNBB.

9 Rendimento médio por habitante em relação a média Brasil, cuja referência é 100%.

10 A maior parte da região apresenta 25-33% com algumas faixas não desprezíveis entre 34-66%

11 O grau de urbanização aqui considera a % da população urbana total da MRG em relação à população total da MRG.

12 % Pessoas com mais de 25 anos de idade e com mais de 12 anos de estudo em 2000 (PNDR, 2007)

13 % de pessoas com mais de 15 anos de idade e com menos de 4 anos de estudo em 2000.

14 Adicionada de uma pequena faixa de 63,21%-74,5% na Região Metropolitana de Teresina.

15 Com maior predominância de 11,01-29,00%

16 FALCÃO, Edyr. MP e CNBB discutem ações para combater exploração de crianças e tráfico de pessoas no Marajó. Belém: MPPA, 2014. Disponível em: <http://www.mppa.mp.br/index.php?action=Menu.interna&id=3273&class=N>. Acesso em: 22/07/2015.

17 MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. MPF discute ações para melhor atender a região do Marajó. Belém: PR/PA, 2015. Disponível em: <http://www.prpa.mpf.mp.br/news/2011/noticias/mpf-discute-acoes-para-melhor-atender-a-regiao-do-marajo/?searchterm=Maraj%C3%B3>. Acesso em: 22/07/15.

18 SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS. Soluções para exploração sexual infantil, baixos IDH e IDEB da Ilha de Marajó estão no centro do debate sobre desenvolvimento. Brasília: SAE/Presidência da República, 2015. Disponível em: <http://www.sae.gov.br/assuntos/amazonia/solucoes-para-exploracao-sexual-infantil-baixos-idh-e-ideb-da-ilha-de-marajo-estao-no-centro-de-debate-sobre-desenvolvimento/>. Acesso em: 22/07/2015.

Os relatos dos membros da Comissão chamam a atenção para as “meninas balseiras”, que circulam pela orla das cidades de Breves e Portel, assim como por vilas dos municípios de Melgaço e Curralinho e que abordam barcos que realizam viagens entre Macapá e Manaus em busca de programas que custam entre R\$10 e R\$15. Quando não há a troca do serviço por dinheiro, o pagamento também é feito com combustível e alimentação.

Ademais, não são raras as falas que denunciam o envolvimento dos próprios familiares destas jovens nos casos de exploração sexual. Em 2006, dois casos chocaram até mesmo quem está acostumado a lidar com as calamidades da região: o primeiro envolveu uma menina que engravidou aos dez anos de idade e o segundo um garoto que ficou sem conseguir caminhar aos cinco anos depois de ser abusado pelo padrasto, ambos na cidade de Breves.

Andreea Silva Vieira (2011), em sua dissertação de mestrado intitulada “Representações sociais de jovens-alunos de uma escola ribeirinha sobre exploração sexual juvenil nas balsas do Marajó e as suas implicações nas suas escolarizações” ressalta como este tipo de prática hedionda fragiliza a formação escolar - isto quando não se constitui diretamente responsável pela evasão – afeta o processo de formação psicossocial das jovens, gerando sentimento de culpa e medo por se sentir ameaçada, julgada ou mesmo enquadrada de forma pejorativa na condição de “balseira”.

Um possível agravante desta situação é a expansão do conjunto logístico do estado do Pará, especialmente no que diz respeito à construção das ETCs (Estação de Transbordo de Cargas) no Distrito de Miritituba (Itaituba) e no município de Rurópolis, região do Tapajós. Apesar da distância significativa entre as duas regiões de integração – Marajó e Tapajós – o sinal de alerta reside no fato de que parte das cargas transbordadas destas ETCs terem como destino os portos de Barcarena e Santana no Amapá, além do porto da Cargill em Santarém. Neste sentido, a rota até Barcarena envolve a passagem por vilas às margens do rio Tapajuru, entre os municípios de Breves e Melgaço, trecho já gravemente afetado pela exploração sexual infanto-juvenil.

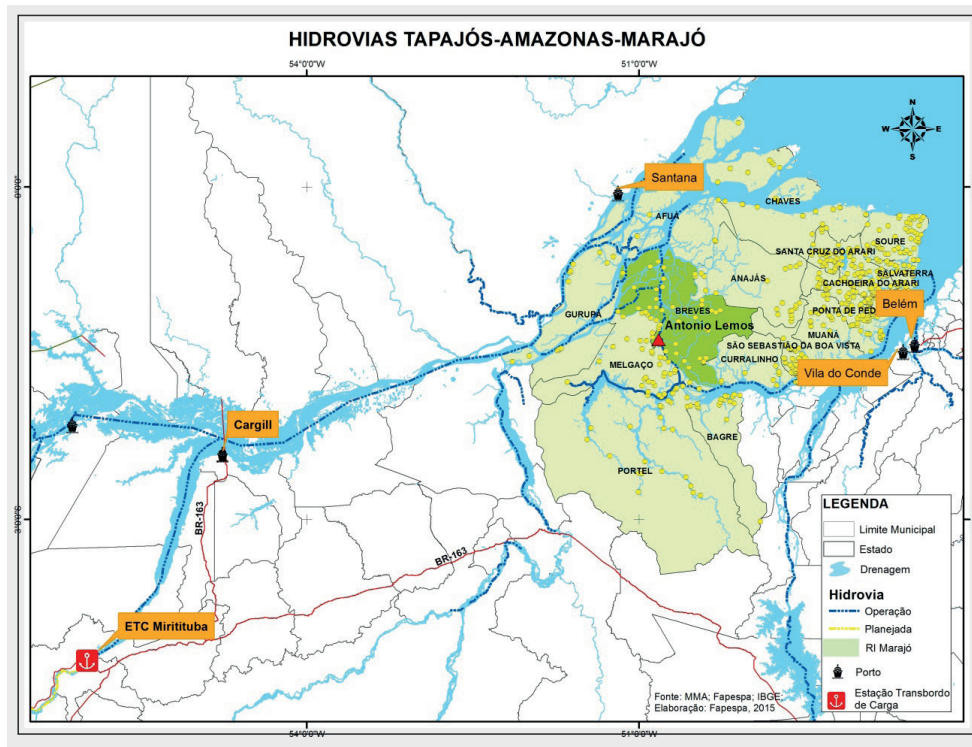


Figura 1: Mapa da rota das barcaças a partir do pleno funcionamento das ETCs, cujo movimento está estimado em 216 barcaças/mês por ETC.

Elaboração: FAPESPA, 2015.

Nesse sentido, verifica-se como a exploração sexual na tenra idade se conecta com outro assunto candente no Marajó: a educação. Não obstante o esforço eficiente de redução da taxa de analfabetismo na região entre 2000 e 2010, os números continuam elevados. Melgaço, por exemplo, o município com pior IDH do Brasil, ainda apresenta mais de 1/3 de seus jovens de 15 anos ou mais e entre 25 e 29 anos sem saber ler e escrever (Pará, 2015). Com efeito, o MPPA acionou o Grupo de Trabalho em Defesa da Educação (GT Educação) com o apoio do Centro de Apoio Operacional da Cidadania (CAO Cidadania) para discutir casos, por exemplo, de crianças de 0 a 6 anos de idade que não tem nenhuma escola para frequentar¹⁹.

19 FALCÃO, Edyr. Grupo de trabalho do MPPA debate realidade educacional do Marajó. Belém: MPPA, 2015. Disponível em: <http://www.mppa.mp.br/index.php?action=Menu.interna&id=5008&class=N>.

Saneamento e problemas fundiários: questões urgentes

Os dados relativos à saúde no Marajó também figuram como os mais preocupantes do estado e do país. Todos os municípios marajoaras apresentam mais de 62% de pessoas com abastecimento de água e esgotamento sanitário inadequado²⁰. Além disso, todos os municípios da mesorregião, com exceção de Soure e Salvaterra, apresentam menos de 50% dos domicílios com banheiro e água encanada ao ponto de termos, em Chaves e Cachoeira do Arari, menos de 10% deste serviço básico (Pará, 2015).

Outro tema que é motivo de atenção por parte do judiciário paraense é a questão fundiária no Marajó. As tensões envolvem especialmente licenças ambientais e titulação de terras quilombolas em propriedades que praticam a rizicultura (cultivo de arroz). Além disto, o MPF também registra um caso no município de Chaves envolvendo desmatamento em assentamentos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) por parte de um proprietário rural da região e outro em Gurupá no qual o fazendeiro praticava criação bubalina em terras quilombolas, destruindo as roças.

Por todos os pontos acima relacionados, parece oportuno reivindicar para a mesorregião do Marajó um tratamento especial, sendo esta uma alternativa em potencial para implementar com mais vigor o seu Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável, cujos resultados sua população aguarda com expectativa.

REFERÊNCIAS

ALVES, Adriana Melo; ROCHA NETO, João Mendes da. A nova política de Desenvolvimento Regional – PNDR II: entre a perspectiva de inovação e a persistência de desafios. Rev. Polít. e Planej. Regional. Jul./Dez. 2014; v. 1 (2): 311 a 338.

BRASIL. Resolução nº 4.423, de 25 de Junho de 2015 (Conselho Monetário Nacional). Define os encargos financeiros e o bônus de adimplência das operações rurais realizadas com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento para o período de 1º de Julho de 2015 a 30 de Junho de 2016. Brasília: Diário Oficial da União, 2015a

BRASIL. Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO. Plano de aplicação de recursos para 2015. Belém: 2015b.

BRASIL. Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE. Plano de aplicação de recursos para 2015. Belém: 2015c.

VIEIRA, Andreea Silva. Representações sociais de jovens-alunos de uma escola ribeirinha sobre exploração sexual juvenil nas balsas do Marajó e as suas implicações nas suas escolarizações [Dissertação]. Belém: Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2011.

PARÁ. Radar de Indicadores das Regiões de Integração: Marajó. Belém: FAPESPA, 2015.

²⁰ Abastecimento de água que não provem de rede geral e cujo esgotamento sanitário não é realizado por rede coletora de esgoto ou fossa séptica.

ABORDAGENS METODOLÓGICAS E EPISTEMOLÓGICAS DA PESQUISA SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO BRASIL NO CAMPO DA ADMINISTRAÇÃO

Data de aceite: 01/03/2024

Juvancir da Silva

Universidade Estadual de Ponta Grossa
– UEPG

Luiz Fernando Lara

Universidade Estadual de Ponta Grossa
– UEPG
Universidade Estadual do Centro Oeste –
UNICENTRO

Marcio Henrique Coelho

Universidade Estadual de Ponta Grossa
– UEPG

RESUMO: O objetivo deste artigo foi realizar um levantamento bibliométrico sobre a temática do desenvolvimento sustentável (DS) em periódicos Qualis A2, organizados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), no período 2016 a 2022, nas áreas de Administração Pública e de Empresas, de Ciências Contábeis e de Turismo, com o intuito de identificar as abordagens de pesquisa e os principais autores. Como resultados foram levantados 46 (quarenta e seis) artigos que foram avaliados considerando os fatores epistemologia e procedimentos metodológicos utilizados

pelos autores. As análises desses fatores demonstraram que na maioria dos artigos não existiu uma definição clara quanto às abordagens epistemológicas, assim como, a falta de clareza do aporte teórico para fundamentar os estudos. Nesse contexto, foi possível concluir que o DS no Brasil está sendo pesquisado de forma exploratória, com pesquisas setoriais e sem uma definição clara dos procedimentos metodológicos e epistemológicos. Esses fatos demonstram que os pesquisadores do tema devem dar continuidade as suas pesquisas aperfeiçoando os procedimentos de pesquisa.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento Sustentável; Pesquisa Bibliométrica; Epistemologia.

ABSTRACT: The objective of the article was to carry out a bibliometric survey on the theme of sustainable development (SD) in Qualis A2 journals, organized by the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (CAPES), in the period from 2016 to 2022, in the areas of Public Administration and Business, Accounting and Tourism, in order to identify research approaches and the main authors. As a result, 46 (forty-six) articles were collected,

which were considered the epistemological factors and methodological procedures used by the authors. The analysis of these factors showed that in most articles there was no clear definition of epistemological approaches, as well as the lack of clarity in the theoretical support for founding the studies. In this context, it was possible to conclude that the DS in Brazil is being researched in an exploratory way, with sectoral research and without a clear definition of the methodological and epistemological procedures. These facts demonstrate that researchers on the subject must continue with their research by improving research procedures.

KEYWORDS: Sustainable Development; Bibliometric Research; Epistemology.

INTRODUÇÃO

O grande dilema que se apresentou aos gestores públicos e privados, no século XX, se estruturou com base na existência de trade-off (compensação) entre o crescimento econômico e a qualidade ambiental. Durante muito tempo, prevaleceu a ideia de um fluxo circular de riquezas contínuo, onde a exploração ambiental representava apenas o aumento da oferta de bens e serviços necessários para o desenvolvimento econômico. No processo produtivo havia a geração de valores e no consumo a sua destruição, com um pensamento de automaticidade, de infinitude do ciclo de renovação (DALY e FARLEY, 2004).

Contudo, a concentração espacial, com grandes adensamentos populacionais e maior participação da manufatura industrial, gerou reflexões sobre a amplitude e a velocidade da exploração ambiental, agregando ao debate o tratamento dos resíduos e de seus impactos na vida dos cidadãos e no desenvolvimento econômico. Nesse sentido, houve um movimento internacional, conforme apresentado na introdução, que permitiu uma construção mais robusta da noção teórica de desenvolvimento econômico, cuja agregação do fator natureza permitiu a formulação do termo desenvolvimento sustentável.

Considerando a relevância da geração e disseminação do conhecimento sobre desenvolvimento sustentável, consubstanciada pela busca de equidade social, econômica e ambiental, para uma humanidade justa e organizações empresariais sustentáveis, o artigo identificou a pesquisa sobre desenvolvimento sustentável nos periódicos relacionados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), órgão vinculado ao Ministério da Educação (MEC), responsável pela aferição da qualidade da produção intelectual das universidades, fundações e institutos de pesquisa, considerando as áreas de Administração Pública e de Empresas como Qualis A2, no quadriênio 2016 a 2022, com o intuito de verificar os fundamentos epistemológicos e metodológicos empregados nos artigos.

O estudo científico do desenvolvimento sustentável se torna relevante para a sociedade e para as organizações públicas e privadas, pois ele tem papel fundamental na difusão de conhecimentos relevantes para sanar os principais problemas do desenvolvimento, como exemplo, a exclusão social, econômica e a recuperação e preservação ambiental. Nesse contexto, se faz relevante entender os estudos realizados sobre o tema e quais os princípios epistemológicos e metodológicos empregados. Assim, novos estudos podem aprofundar

a discussão do tema proposto e os pesquisadores poderão dar mais profundidade nos fundamentos epistemológicos e metodológicos de suas pesquisas.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Meadows, Meadows, Randers e Behrens (1972) constatarem no relatório “Limites do Crescimento”, que a degradação social e ambiental decorrentes do modelo de crescimento econômico evidenciou os limites dos sistemas ecológicos em absorverem e reciclarem as substâncias químicas geradas pelo modelo de crescimento econômico, assim como a instabilidade social, educacional, empregatícia e tecnológica disseminada em tal modelo. Esse relatório foi um disseminador da ideia de que era preciso haver um equilíbrio entre as dimensões social, ambiental e econômica, para que haja um desenvolvimento sustentável.

O relatório Brundtland, “Nosso Futuro Comum”, definiu o desenvolvimento sustentável como aquele que atende as necessidades da geração atual sem comprometer a capacidade das futuras gerações de atender às suas necessidades (WECD, 1987). A partir dessa visão de desenvolvimento sustentável a ONU (Organização das Nações Unidas) iniciou a realização de eventos internacionais para definir estratégias para a implantação do desenvolvimento sustentável (DS). Dentre os eventos históricos mais importantes sobre DS, merecem destaque a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, a “Rio 92”, na qual foi produzida a “Declaração do Rio sobre Meio Ambiente” e a “Agenda 21”, e a Conferência “Rio+20” que resultou na formatação do documento “O Futuro que Queremos”, conjuntamente com a definição de metas para o DS (ONUBR, 2018). Esse documento conduziu os trabalhos para uma consulta global, com vistas a definir objetivos universais de DS para além de 2015, que resultou no relatório “Uma vida digna para todos: acelerar o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e promover a agenda das Nações Unidas para o desenvolvimento pós 2015”.

O desenvolvimento sustentável é entendido como um processo de inter-relação e busca do equilíbrio entre aspectos sociais, econômicos e ambientais (Waas, Hugé, Block, Wright, Capistros-Benites e Verbruggen, 2014), ou mesmo como um fenômeno multidimensional composto por fatores sociais, ambientais e naturais, com a finalidade de garantir a prosperidade econômica e a equidade entre as gerações atuais e futuras, na companhia de processos ecológicos que preservem a diversidade genética e o uso sustentável das espécies e dos ecossistemas (SARTORI, LATRÔNICO e CAMPOS, 2014). No ano de 2015, a Assembleia Geral da ONU aprovou os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas associadas a eles, resultando no documento “Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o DS”, cujo propósito é erradicar a pobreza e promover vida digna para todos, dentro dos limites do planeta (ONUBR, 2018). A partir de então, o DS se estabeleceu como uma política institucional da ONU na condução do processo de desenvolvimento global. Pinsky, Moretti, Kruglianskas e Plonski (2015) destacam que

as novas metas precisam ser assumidas pelos países-membros e que os propósitos estão concentrados em quatro dimensões nas quais as empresas devem colaborar, como exemplo, para o desenvolvimento econômico e promoção do fim da pobreza extrema, para a ampliação da inclusão social, para a sustentabilidade ambiental e para a boa governança considerando a paz e a segurança.

Para Waas et al. (2014), o DS tem sido estruturado pela busca de equidade inter e intragerações, interespécies, geográfica e na democracia e governança, com a perspectiva de um ambiente dinâmico, no qual sociedade e o meio ambiente são indissociáveis; na visão da integração entre objetivos do desenvolvimento e meio ambiente e na normatividade, em que o DS é uma construção social com normas para decisão e escolhas baseadas em valores sobre o desenvolvimento presente e futuro.

O reconhecimento da necessidade do monitoramento do desenvolvimento sustentável por meio de indicadores levou a Organização das Nações Unidas (ONU), por meio da Comissão para o Desenvolvimento Sustentável (CDS) a elaborar o relatório “Indicators of Sustainable Development” (Indicadores de Desenvolvimento Sustentável). Esse relatório foi utilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2015) para monitorar quatro dimensões do desenvolvimento sustentável. A dimensão ambiental que contempla a atmosfera, terra, água doce, oceanos, mares e áreas costeiras, biodiversidade e saneamento. A dimensão social aborda a população, trabalho, rendimento, saúde, educação, habitação e segurança. A dimensão econômica avalia o quadro econômico, padrões de produção e consumo. A dimensão institucional engloba o quadro institucional e a capacidade institucional.

Nesse contexto, é relevante verificar os estudos realizados sobre desenvolvimento sustentável no âmbito Administração Pública e de Empresas considerando a epistemologia e os procedimentos metodológicos aplicados nos estudos científicos. Para se compreender a importância da epistemologia nos estudos organizacionais e de gestão, não se pode preterir a importância da ontologia que caminha pari e passo com a epistemologia. “A ontologia como um ramo da filosofia é a ciência do que **é**, dos tipos e estruturas de objetos, propriedades, eventos, processos e relações em todas as áreas da realidade” (SMITH, 2004, p.155). A palavra ontologia, contudo, pode ser usada com diferentes significados e em diferentes contextos e domínios. Em seu sentido primeiro, como já especificado, trata-se de um ramo da filosofia que lida com a natureza e a estrutura da realidade, como explicou Aristóteles, trata de estudar os atributos que pertencem às coisas por causa de sua natureza própria. Nesse sentido, ao investigar a natureza e estrutura das coisas, ela pode descrevê-las e categorizá-las em termos e relações gerais (GUARINO, OBERLEZ e STAAB, 2009).

Burrell e Morgan (1979) apontam que nas ciências sociais, primeiro vêm as suposições ontológicas, que dizem respeito à própria essência do fenômeno que está sendo investigado. Isso implica que “Primeiramente é preciso refletir sobre a ontologia considerada pelo

pesquisador. Ontologia diz respeito à questão do *ser*, à nossa compreensão sobre como as coisas *são*". (SACCOL, 2009, p.252). Guba e Lincoln (1989, p.83) conceituam ontologia a partir da questão ontológica: O que há para saber ou qual a natureza da realidade? Para os autores "Ontologia é o ramo da filosofia (especialmente a metafísica) que se preocupa com questões de existência ou do ser como tal".

Westwood e Clegg (2003, p.25) apontam que ontologia, epistemologia e metodologia se constituem nos debates fundamentais em estudos organizacionais. "Essas três questões representam as fraturas mais elementares, persistentes e incisivas no discurso dos estudos organizacionais". Apesar de serem questões fundamentais que apontam perspectivas radicalmente diferentes com implicações para toda a conduta dos estudos organizacionais, para a grande maioria dos pesquisadores desse campo, o "status" ontológico das organizações e outros fenômenos organizacionais não são problemáticos, pois são dados com certos. A questão ontológica é por si só fundamental para se compreender como o estudo dos fenômenos identificados pelos estudos organizacionais são concebidos e constituídos. (WESTWOOD e CLEGG, 2003). Assim os cientistas dos estudos organizacionais, em suas pesquisas deparam-se com uma questão básica da ontologia: a realidade a ser investigada é externa ao indivíduo, impondo-se a sua consciência a partir do exterior (está lá fora no mundo exterior ao indivíduo) constituindo-se, portanto, em uma realidade objetiva; ou é um produto da sua consciência, da sua cognição, da sua própria mente (uma realidade subjetiva)? (BURREL e MORGAN, 1979).

Para Amboni, Caminha, Andrade e Pereira (2017) a preocupação da ontologia é a visão de mundo que o indivíduo, no sentido de ser humano, tem e que pode ser objetiva, subjetiva ou ainda intersubjetiva. Ou seja, a realidade que sofrerá investigação pode ser aquela externa ao indivíduo, ou um produto de sua consciência, podendo ainda, ser uma combinação das duas. Saccol (2009) sob uma visão ontológica objetiva discute-se e problematiza-se a natureza da realidade que sob a perspectiva do realismo é considerada como algo objetivo e singular. Tal objetividade assume para Burrel e Morgan (1979), ao mesmo tempo, uma visão determinística da natureza humana e faz uso de um método nomotético, centrado na técnica, na sistematização e quantificação dos dados coletados e em testes de hipóteses. Como perspectivas realistas ontológicas têm-se o positivismo e o funcionalismo. Dessa forma as organizações, sob uma compreensão funcionalista são objetos ou coisas, tangíveis, concretas, objetivas, que têm vida própria (VERGARA e CALDAS, 2005) e sua existência não depende da subjetividade humana (SOUZA, COSTA e PEREIRA, 2015).

Para Donaldson (2003), pode-se dizer que uma compreensão objetiva implica em que as organizações existem e independem dos indivíduos, sobre eles exercem influência a ponto de moldar-lhes o caráter, seu existir é pré-discursivo. "O positivismo acredita que há um mundo real que existe independentemente da mente dos observadores" (DONALDSON, 2003, p.119). No contraponto, uma ontologia idealista ou subjetivista, tem

como ponto de partida o princípio de que um objeto ou entidade passa a existir na medida em que é percebido por alguém (observador) por meio de suas construções mentais. Essa ontologia diz respeito ao mundo das ideias e que existe um ser pensante que possibilita a existência das coisas no mundo real. O mundo só existe por que existem os pensamentos e sentimentos dos indivíduos que são a realidade primária, determinada em razão das percepções dos seres humanos (BURRELL; MORGAN, 1979; SACCOL, 2009; AMBONI et al., 2017). Tal compreensão implica em que o concreto se torna real após ter sua existência no abstrato do pensamento de cada indivíduo implicando em que as organizações surgem a partir das construções e ideias das criaturas humanas e seriam constituídas concretamente com fins precípuos previamente pensados para satisfazer aos objetivos e às necessidades humanas.

Entre os dois extremos, objetivismo e subjetivismo, existe a ontologia que parte do pressuposto de uma interação entre sujeito e objeto. Assim, a realidade social existe a partir de negociação e compartilhamento entre significados desenvolvidos pelas pessoas. É o resultado de uma construção social, não sendo independente do ser humano (objetiva) ou fruto da percepção de cada um individualmente (subjetiva ou idealista), mas é uma criação coletiva, uma construção a partir das percepções dos grupos sociais, uma realidade intersubjetiva (BURRELL; MORGAN, 1979; SACCOL, 2009; AMBONI et al., 2017). Portanto, as organizações sob tal perspectiva surgiriam a partir de concepções sociais, coletivas em que estaria presente um contrato psicológico de ideias de um grupo de indivíduos com objetivos em comum, incluindo-se aqui os vários interessados na existência dessa organização.

Associadas à ontologia temos um segundo conjunto de suposições de natureza epistemológica (BURRELL; MORGAN, 1979) e a metodologia utilizada para a investigação, figura 1. A epistemologia diz respeito à forma com o conhecimento é obtido, e de como separar aquilo que pode ser entendido como verdadeiro ou falso (BURRELL; MORGAN, 1979; AMBONI et al., 2017).

Na avaliação do conceito de epistemologia, Cunha, Heinzmann e Silveira (2010), afirmam ser o “[...] estudo reflexivo e metódico do saber” e que este “[...] ampara a análise sistemática do conhecimento científico”. Serva (2013) considera que a “[...] epistemologia apresenta-se como um saber interdisciplinar” que estuda o conhecimento científico do ponto de vista lógico, linguístico, sociológico, ideológico e antropológico, sendo que o escopo da filosofia do conhecimento foi ampliado da epistemologia geral, com ênfase no saber científico como um todo, para as epistemologias específicas dedicadas às disciplinas de um saber científico.

Em seu sentido etimológico, o termo “[...] Epistemologia significa discurso (logos) sobre a ciência (episteme). (Episteme + logos). Epistemologia: é a ciência da ciência. Filosofia da ciência” (TESSER, 1994, p.92). Se constitui como o estudo crítico de todos os princípios e hipóteses, bem como dos resultados das diversas ciências, conhecida como a Teoria do Conhecimento (TESSER, 1994).

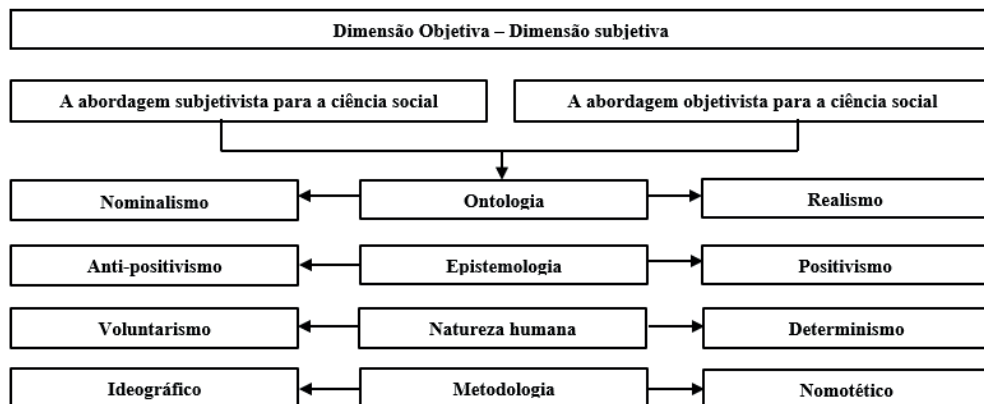


Figura 1 - Esquema para analisar suposições sobre a natureza das ciências sociais

Fonte: Adaptado de Burrell e Morgan (1979, p.3); Amboni; Caminha; Andrade; Fernandes (2017, p.813).

A epistemologia é a teoria do conhecimento e do que este consiste, o que fazer para a sua obtenção, de que maneira pode-se defendê-lo e justificá-lo. Assim, a epistemologia em seu sentido tradicional envolve perguntas que buscam elucidar o que seria o conhecimento, os tipos existentes, as suas fontes, a estrutura do nosso corpo de conhecimentos, os limites do que se é possível conhecer, os dispositivos por meio dos quais se obtém o conhecimento, os dispositivos que permitem sua obtenção, os procedimentos para obtê-lo. Busca-se por meio da epistemologia compreender o que vem a ser a ciência e o porquê de algumas atividades desenvolvidas pelo homem serem consideradas como ciência e outras não terem a mesma compreensão. Além disso, entre os principais problemas epistemológicos estão: as crenças e seus tipos, as modalidades de verdade, os meios de justificação, onde terminam as nossas interrogações, o ceticismo e a ontologia. Como principais abordagens da epistemologia, tem-se: o empirismo, o racionalismo e o construtivismo (JENSEN, 2013).

A teoria do conhecimento, de acordo com Hessen (2012), é uma reflexão filosófica que tem por objetivo investigar as origens, as possibilidades, os fundamentos, e a extensão e o valor do conhecimento. A epistemologia é um ramo da filosofia que estuda a origem, a estrutura, os métodos e a validade do conhecimento produzido pelo homem. É o estudo crítico dos princípios, das hipóteses e dos resultados das diversas ciências, destinado a determinar a sua origem lógica, e não simplesmente psicológica, assim como o seu valor e a sua objetividade. Também, busca verificar se as assertivas que o pesquisador fez do que observou sobre os conceitos ontológicos são válidas em relação aos critérios estabelecidos pela comunidade acadêmica. Oportuniza ainda ao pesquisador a construção do objeto científico e a definição dos limites da problemática de investigação, levando, em muitos casos, à constante reformulação dos parâmetros discursivos, dos paradigmas e dos critérios de cientificidade que devem orientar todo o processo de investigação.

Dentre os estudos considerados seminais sobre a epistemologia da Administração, Serva (2013) destaca cinco publicações, Quadro 1.

Autor (es)	Publicação	Síntese
Gibson Burrell e Gareth Morgan (1979).	Sociological Paradigms and Organizational Analysis	Os autores apontam quatro paradigmas que, segundo eles, orientam a produção científica na análise organizacional: funcionalista, humanista radical, estruturalista radical e o interpretativo.
Chevalier e Loschak (1980).	A Ciência Administrativa	Os autores abordam um conjunto de temas como a “constituição do campo científico da administração” e “obstáculos epistemológicos a superar”
Alberto Guerreiro Ramos (1981).	A Nova Ciência das Organizações	O autor dedica algumas páginas à discussão epistemológica da teoria administrativa.
Michel Audet e Jean-Louis Malouin (1986).	La Production des Connaissances Scientifiques de l'Administration	Os autores expressam o estabelecimento efetivo da epistemologia da administração aprofundando temas como o campo, a cientificidade, a diversidade e os processos.
Martinet e Pesqueux (2013).	Épistémologie des Sciences de Gestion	Os autores fazem “uma leitura epistêmica crítica do corpus de pesquisa sobre as organizações, ao mesmo tempo em que propõem vias para uma epistemologia das ciências de gestão”.

Fonte: Adaptado de Serva (2013)

Outros estudos específicos da epistemologia em Administração, citados por Serva (2013), são os de Martinet (1990a), com uma aproximação entre epistemologia geral e epistemologia da administração, de Clegg (2004), com abordagem da epistemologia sob a perspectiva da estratégia empresarial, de Micallef (1990), com análise da epistemologia do marketing, de Déry e de Audet (1996) e de Hatchuel (2000), com interpretações da trajetória histórica da teoria administrativa sob o ângulo das epistemologias predominantes nesses períodos. No Brasil são elencadas as pesquisas de Garcia e de Bronzo (2000), nas quais ocorreram estudos epistemológicos sobre o pensamento administrativo e de Guimarães (2004), com análise epistemológica do campo do empreendedorismo.

Com agregações, Cunha, Heinzmann e Silveira (2010) ao realizarem uma pesquisa bibliométrica sobre o estudo da epistemologia na Administração e Ciências Contábeis em diferentes bases de dados, constataram que o assunto no ensino de pós-graduação é pouco desenvolvido, que as abordagens epistemológicas nos artigos científicos não tinham uma ênfase comum, revelando estudos fundamentados nos Paradigmas Sociológicos de Burrell e Morgan; do Pluralismo Metodológico (MORGAN, 1983; FEYERABEND, 1989; CHANLAT, 2000; MORIN; LE MOINGNE, 2000; KUHN, 2006); do Positivismo de Comte; do Interpretativismo de Weber; das Abordagens de Myers e de Creswell; dos Estudos de Habermas; da Fenomenologia de Husserl; do Materialismo Dialético de Marx; do Paradigma de Kuhn; das Abordagens de Popper; do Modelo Epistemológico Quadripolar de Bruyne et al.; e das Abordagens de Gamboa (CUNHA; HEINZMANN; SILVEIRA, 2010).

De outra forma, Rosário e Corona (2011) destacaram o positivismo, o empirismo e o funcionalismo (pesquisas convencionais), a fenomenologia e o materialismo histórico-dialético (pesquisas alternativas), como as principais abordagens científicas adotadas em pesquisas em Administração. A pesquisa convencional tem por base uma hipótese avaliada por meio de metodologia fundamentada em dados empíricos coletados e processados quantitativamente, enquanto que a pesquisa alternativa considera a realidade complexa e dinâmica, exigindo análise crítica, totalidade quantitativa e qualitativa, no contexto histórico e subjetivo.

Mais especificamente, Martins (1996), *apud* Rosário e Corona (2011), afirma que as pesquisas positivistas são encontradas em todas as áreas da Administração com maior frequência na área mercadológica e que as pesquisas funcionalistas aparecem em investigações apoiadas em metodologias que envolvem análises e avaliações de funções, funcionamento de organizações, avaliação, planejamento, coordenação e expectativas.

Buscando uma reflexão, Serva, Dias e Alperstedt (2010) consideram que as pesquisas positivistas e funcionalistas em Administração geram o reducionismo ao não abordarem contradições e subjetividade, pois o reducionismo está fundamentado na racionalidade instrumental, em que o comportamento organizacional é visto como ação humana, o lucro como rentabilidade, a eficiência como relevância organizacional e o emprego como trabalho. Sob outra perspectiva, Rosário e Corona (2011) afirmam ser possível constatar que o objetivo da fenomenologia é estudar a realidade, o fenômeno, por meio de metodologia fundamentada na descrição detalhada considerando aspectos socioeconômicos, políticos, culturais, conjunturais, sem o propósito de transformar a realidade, enquanto que Martins (1996) *apud* Rosário e Corona (2011), considera que as pesquisas “fenomenológicas normalmente constituem estudos teóricos e bibliográficos que buscam a compreensão-explicação dos fenômenos, inclusive nas pesquisas em administração”.

Em contrapartida, Triviños (1987, p.73) define que a matriz epistêmica do materialismo histórico dialético é composta por “[...] uma concepção dialética da realidade natural, social e do pensamento e a materialidade dos fenômenos e que estes são possíveis de conhecer [...]”, e reitera que o pesquisador “[...] precisa estar convencido de que existe uma realidade objetiva fora da consciência e que esta consciência é um produto resultado da evolução do material, significando que para o marxismo a matéria é o princípio primeiro e a consciência é o aspecto derivado”.

Em pesquisas fundamentadas no materialismo histórico é comum a utilização de técnicas bibliográficas e históricas com pesquisas de textos, pesquisa documental, registros e dados empíricos, análise documental e análise de discurso. Na área de administração, as pesquisas baseadas na concepção do materialismo histórico entendem uma empresa como um lugar de reprodução da cultura dominante em que fica patente o *lôcus* para a reprodução da sociedade dividida em classes e para a hegemonia da classe dominante,

contribuindo para a estabilidade social (MARTINS, 1996 *apud* ROSÁRIO; CORONA, 2011). O que se pode acrescentar, ainda, a reprodução da ideologia da classe social dominante (uma empresa reflete, e muito, os valores da sociedade em que está inserida).

Para aprofundar o conhecimento sobre a forma como o tema do desenvolvimento sustentável está sendo pesquisado no Brasil foi necessário verificar a produção existente por meio dos estudos bibliográficos realizados nessa temática.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Sartori, Latrônico e Campos (2014) identificaram a revisão de literatura sobre sustentabilidade e desenvolvimento sustentável utilizando os seguintes procedimentos metodológicos: análise de conteúdo, definição dos objetivos, critérios de seleção dos periódicos. A seleção dos artigos foi realizada por meio do Portal de Periódicos CAPES, nos bancos de dados Engineering Village, Elsevier, ISI Science Direct, Scopus e Wiley. No aspecto metodológico, o software EndNote X6® foi utilizado para importar as publicações selecionadas. A investigação de conteúdo consistiu na análise do alinhamento do resumo e palavras-chave em relação ao objetivo de pesquisa e em seguida foi realizada a leitura na íntegra dos artigos identificando autores e anos, fundamentos ou estudos aplicados, dimensões da sustentabilidade (ambiental, econômica e social), escala específica (global ou regional) e ênfase (propósito do artigo).

Pinsky et al. (2015) ao delinearem a pesquisa bibliométrica sobre “Inovação Sustentável: uma Perspectiva Comparada da Literatura Internacional e Nacional”, utilizaram os seguintes procedimentos: escolha da base de dados, seleção de palavras-chave para formação do banco de dados e a seleção dos artigos. Os critérios de refinamento da pesquisa foram: limitação temporal, seleção de apenas artigos científicos, foco em ciências sociais (business economics), leitura dos resumos para eliminar artigos sem aderência ao campo de conhecimento. Os procedimentos permitam criar o banco de dados gerado a partir da ferramenta EndNote Web e exportado para uma planilha Microsoft Excel. Os artigos foram classificados por número de citação com as seguintes informações: título do artigo e autor (es), periódicos, ano da publicação, número total de citações no período pesquisado e média de citações por ano.

Estudo semelhante ao proposto pode ser encontrado em Hid, Nascimento e Oliveira (2012, p. 653) que desenvolveram uma pesquisa bibliométrica, aplicando métodos de observação, registro, classificação, análise e interpretação dos resultados, utilizando como base o banco de dados da Web of Science, abordando as pesquisas realizadas entre 1991 e 2012, sobre a produção científica internacional sobre a temática de desenvolvimento sustentável na área de Administração.

Na investigação realizada os dados foram levantados em revistas listadas na plataforma Scielo Brasil na área do conhecimento de Ciências Sociais Aplicadas, totalizando

49 periódicos. Por meio de pesquisa eletrônica nos sites das revistas foram excluídas as revistas fora do escopo da Administração Pública e de Empresas. Entretanto, é possível que esses periódicos abordem o tema do Desenvolvimento Sustentável, limitando a generalização dos resultados da pesquisa proposta no artigo.

A segunda etapa da seleção utilizou a busca nos periódicos com o termo desenvolvimento sustentável no recorte temporal 2016 a 2022 por meio da Biblioteca Eletrônica Científica Online Scielo. No levantamento dos dados inicialmente foi efetuada a leitura dos resumos para identificar as bases epistemológicas e metodológicas utilizadas pelos autores. Com a ausência desses elementos no resumo se procedeu a leitura da seção de metodologia de pesquisa.

De acordo com Soares, Picolli e Casagrande (2018), a pesquisa bibliométrica exige uma análise quantitativa dos dados, ao passo que a investigação bibliográfica se atém a aspectos qualitativos. Nesse sentido, o artigo apresenta aspecto bibliográfico ao abordar os fundamentos metodológicos e epistemológicos das pesquisas.

LEVANTAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS

No periódico Cadernos EBAPE.BR (FGV) foram localizados quinze artigos, porém somente dois no recorte temporal do estudo. O primeiro artigo foi elaborado por Sena, A. M. C. et al., denominado Abordagem grassroots e resistência: atualizando a concepção de desenvolvimento sustentável, na revista Cadernos EBAPE.BR, em julho de 2017 (vol.15, no.3, p. 651-666), cujo objetivo foi o de “conceber alternativas à concepção padrão do desenvolvimento sustentável, considerando aspectos da abordagem grassroots importantes para esse propósito”. Na metodologia foi empregado um ensaio teórico por meio do enfoque grassroots. O segundo artigo foi escrito por Lara, L. G. A. e Oliveira, S. A. de, “A ideologia do crescimento econômico e o discurso empresarial do desenvolvimento sustentável”, no periódico Cadernos EBAPE.BR, datado de junho de 2017 (vol.15, no.2, p. 326-348), com o objetivo de investigar “[...] a forma como a ideologia do crescimento lida com as contradições do discurso do desenvolvimento sustentável”. Dentre os procedimentos metodológicos adotados, está a análise de conteúdo e análise de discurso, com os resultados discutidos dialeticamente, em uma concepção de ideologia estruturada por Giddens (1979).

No periódico Estudos Avançados foram encontrados doze artigos e somente um no recorte temporal, o de Giatti, L. L. et al., que envolveu a análise do “[...] nexos água, energia e alimentos no contexto da Metrópole Paulista, com editoração em dezembro de 2016 (vol.30, n.88, p. 43-61). Nesse artigo foram debatidos os “[...] conceitos e desafios da aplicabilidade do nexos água, energia e alimentos, considerando a necessidade do estabelecimento de referenciais que aproximem esse novo paradigma a situações e contingências concretas, na busca de um necessário pragmatismo e perspectivas analíticas e de ações concretas e de reflexividade quanto ao uso dos recursos”, tendo como fundamentação teórica a “[...]”

eficiência sistêmica como uma reflexão e como um contraponto ao desempenho isolado de distintos setores”, sem contudo explicitar a estruturação metodológica.

Em outra revista, *Organizações & Sociedade*, foram localizados quatro artigos, porém apenas um no recorte temporal. O artigo elaborado por Lazaro, L. L. B. e Gremaud, A. P., intitulado “Contribuição para o Desenvolvimento Sustentável dos Projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo na América Latina, datado do mês de março de 2017 (vol.24, no. 80, p.53-72), apresentou como objetivo “[...] avaliar a contribuição dos projetos de MDL para o desenvolvimento sustentável em três países latino-americanos: Brasil, México e Peru [...]”. Como aspectos metodológicos mais relevantes, relacionou na revisão de literatura a avaliação de 461 projetos por meio de critérios elencados nas dimensões ambiental, social e econômica.

No periódico da *Revista de Administração Contemporânea (RAC)*, foram localizados três artigos, sendo dois no recorte temporal. O primeiro elaborado por Orsiolli, T. A. E. e Nobre, F. S., denominado “Empreendedorismo Sustentável e Stakeholders Fornecedores: Criação de Valores para o Desenvolvimento Sustentável”, disponibilizado no mês de agosto de 2016 (vol.20, no.4, p. 502-523), apresentou com o objetivo de “[...] analisar como a inter-relação entre empresas que satisfazem critérios do empreendedorismo sustentável e dos seus stakeholders fornecedores influenciam na criação de valores que contribuam para o desenvolvimento sustentável”, com o qual empregaram como suporte metodológica uma abordagem qualitativa e estratégia de estudo de casos múltiplos.

O segundo artigo, elaborado por Salles, A. C. et al., chamado de “Tecnologia da Informação Verde: Um Estudo sobre sua Adoção nas Organizações”, publicado na mesma revista no mês de fevereiro de 2016 (vol.20, no.1, p.41-63), propôs “[...] analisar a adoção da Tecnologia Verde nas organizações, examinando, mais especificamente, os motivos de adoção, as práticas implantadas, os benefícios percebidos e as dificuldades enfrentadas”, definindo como metodologia um estudo de caso em empresas de diferentes setores econômicos.

No periódico da *Revista de Administração de Empresas (ERA)*, sete artigos foram localizados, porém apenas, o elaborado por “Fontoura, Y., Bharucha, Z. P. e Böhm, S., se encaixou no recorte temporal. Com o título “A transnational agri-food system for whom? The struggle for hegemony at rio+20”, publicado em agosto de 2016 (vol.56, no.4, p. 424-437), apresentou como objetivo “[...] analisar as diferentes posições assumidas no sistema agro-alimentar transnacional por atores estatais, privados e da sociedade civil (...)”, com o emprego de uma metodologia “[...] com base na teoria de discurso neogramsciana, desvelamos os diferentes interesses político-econômicos e posicionamentos no sistema agro-alimentar”.

Na *Revista de Administração Pública (RAP)*, quatro artigos foram localizados, sendo apenas um no recorte temporal. O artigo foi elaborado por Silva, J. F. B. A. et al., relacionou a “Construção de um índice de desenvolvimento sustentável e análise espacial

das desigualdades nos municípios cearenses”, publicando no mês de janeiro de 2018 (vol.52, no.1, p.149-168), um conjunto de argumentos com vistas a obter uma “[...] análise espacial da sustentabilidade nos municípios cearenses a partir da construção de um índice de desenvolvimento sustentável, embasado em dimensões social, ambiental, econômica e institucional”. Como metodologia, empregou técnicas “[...] de natureza quantitativa, desenvolvida por meio de dados secundários, e [...] análise fatorial confirmatória para a construção do índice de desenvolvimento sustentável (IDS) e modelagem econométrica espacial para representação das desigualdades no mapa dos municípios cearenses”.

Especificamente na Revista de Contabilidade e Organizações (RCO), foram selecionados trinta e cinco artigos fora do recorte temporal. Entretanto, a leitura dos resumos de alguns artigos demonstrou que os mesmos não abordavam o desenvolvimento sustentável. No recorte temporal foram localizados seis artigos, porém somente um abordava o desenvolvimento sustentável, ainda que avaliando aspectos de responsabilidade social corporativa.

Assim, a obra elaborada por Cosenza, J. P., Ribeiro, C. de M. de A., Levy, A., e Dios, S. A. e intitulada “Entendimento da Responsabilidade Social Corporativa da Samarco no rompimento da barragem de Fundão” e publicada na Revista de Contabilidade e Organizações no mês de dezembro de 2018 (12, e151356), buscou examinar “[...] a orientação intrínseca que orienta as atividades de Responsabilidade Social Corporativa (RSC) nos relatórios voluntários de sustentabilidade publicados pela Samarco, mineradora brasileira, identificando como a empresa se percebe em relação ao sério desastre ambiental ocorrido em 2015”, cuja metodologia abordou um estudo de caso com a aplicação do modelo de “Basu e Palazzo (2008) baseado em um processo de entendimento organizacional para explicar como a empresa expressa seu pensamento, como ela o discute e como ela atua para lidar com as expectativas e consequências do acidente”.

Também na Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo foram localizados dois artigos. O primeiro elaborado por Ramos, C. E. de A., Flores, L. C. da S. e Stecker, B., denominado “The convergence of environmental sustainability and ocean cruises in two moments: in the academic research and corporate communication”, datado do mês de agosto de 2018 (vol.12, no.2, p.152-178), com o objetivo de “[...] identificar, através da convergência das dimensões sustentabilidade ambiental e cruzeiros, as contribuições para o setor de cruzeiros que promovam os ODS”. Na metodologia foi empregada a “[...] análise bibliométrica da produção científica no ambiente dos navios de cruzeiros, restringindo-se o foco da pesquisa às práticas ambientalmente sustentáveis”.

Complementarmente, o segundo artigo elaborado por Silva, N. C. e Cândido, G. A., denominado “System of Sustainability Indicators for Tourism Development: a case study of the municipality of Areia – PB”, publicado na mesma revista no mês de dezembro de 2016 (vol.10, no. 3, p.475-496), considerou como objetivo de “[...] identificar e analisar o nível de sustentabilidade da atividade turística no município de Areia - PB, através de aplicação

da metodologia do Sistema de Indicadores de Sustentabilidade do Desenvolvimento do Turismo (SISDTur), proposto por Hanai (2009)”. Nos aspectos metodológicos, classificaram a pesquisa como “[...] descritiva e exploratória, de natureza quantitativa, complementada por análise de dados secundários e observação não participante”.

No periódico Revista Universo Contábil foram localizados quatro artigos sendo um no recorte temporal. O artigo selecionado foi elaborado por Freitas, M. R. de O., Souza, J. L., Fontenele, R. E. S. F., Rebouças, S. M. D. P., cuja abordagem contemplou a análise dos “Determinantes do desempenho de ecoeficiência corporativa e a criação de valor as empresas brasileiras”, publicado com parâmetros temporais os meses de outubro, novembro e dezembro de 2018 (v. 14, n.4). O objetivo definido pelos autores foi investigar “[...] a influência de diversas características da firma que inclui os efeitos das oportunidades de crescimento, tamanho, endividamento, impacto ambiental, melhores práticas de governança e melhores práticas de sustentabilidade - sobre o desempenho de ecoeficiência corporativa de empresas brasileiras, obtido através da metodologia de mensuração de ecoeficiência proposta por Nikolaou e Matrakoukas (2016)”.

CONCLUSÃO

Em relação aos objetivos das pesquisas realizadas os resultados demonstram que os estudos debatem temas sociais e ambientais, porém sem considerar o desenvolvimento sustentável na perspectiva da teoria do desenvolvimento dos países, ou seja, os objetivos dos artigos não discutiam os processos de mudanças na sociedade decorrentes de políticas institucionais para promoção do desenvolvimento as quais podem provocar equilíbrios ou desequilíbrios sociais, econômicos e ambientais. Portanto, é possível concluir que os artigos abordam problemas de ordem específica, setoriais, sem discutir o desenvolvimento sustentável enquanto política pública de desenvolvimento ou fenômeno socioeconômico.

Sartori et al. (2014) ao revisarem a literatura sobre sustentabilidade e desenvolvimento sustentável concluíram que “[...] o campo da sustentabilidade é emergente, caracterizado por uma grande variedade de assuntos, de diversas áreas e com diferentes enquadramentos. Relataram também, que [...], muitos são os desafios para trabalhos futuros: necessidade de pesquisas aplicadas e que trazem resultados práticos; encontro do equilíbrio no Triple Bottom Line; índices e/ou indicadores para avaliação da sustentabilidade de prazo maior; alinhamento de objetivos com indicadores identificados”. Fatos também observados nos artigos avaliados demonstrando que o estudo do desenvolvimento sustentável ainda carece de aprofundamento das pesquisas.

Os procedimentos metodológicos aplicados nos artigos investidos foram: pesquisa exploratória, pesquisa descritiva exploratória, pesquisa documental, etnografia, estudos qualitativos, observação direta de campo, escuta de narrativas, ensaio teórico, análise de conteúdo, análise de discurso, revisão de literatura, revisão crítica de documentos,

estudo de caso, pesquisa quantitativa e pesquisa bibliométrica. A maioria dos trabalhos utilizou a pesquisa qualitativa, conforme os dados apresentados. A pesquisa quantitativa foi realizada em três artigos. Dentre das técnicas quantitativas foram utilizadas análise fatorial confirmatória, modelagem econométrica, teste de diferenças de médias, correlação, regressão linear múltipla e análise de dados secundários. Nesse contexto, foi possível constatar a multiplicidade de procedimentos metodológicos com predomínio das abordagens qualitativas.

Aspectos relacionados com a epistemologia identificados nos artigos foram: teoria crítica, teoria do nexa, ação comunicativa, eficiência sistêmica, teoria neogramsciana e teoria social de Anthony Giddens. Destaca-se que a maioria dos artigos não define claramente sua abordagem epistemológica de pesquisa, ou seja, apesar de alguns autores utilizarem teorias que podem ser enquadradas dentro de uma corrente epistemológica eles não se posicionam claramente frente a essas correntes teóricas. Nesse sentido, ao verificar que a maioria dos artigos utilizou a pesquisa qualitativa era esperado que tanto o levantamento de dados quanto as análises das observações fossem efetuadas tendo por fundamento alguma corrente epistemológica bem definida. Portanto, se conclui que os artigos levantados não deixam claro as bases epistemológicas utilizadas, assim como, não definem teorias que fundamentam seus estudos.

Por meio dos dados levantados foi possível concluir que a pesquisa sobre desenvolvimento sustentável no Brasil está sendo realizada de forma exploratória, com pesquisas setoriais, não aborda o desenvolvimento sustentável enquanto política de desenvolvimento ou fenômeno socioeconômico, sem uma definição clara dos procedimentos metodológicos e epistemológicos. Em relação às suposições ontológicas dos pesquisadores não foi possível identificá-las, uma vez que os autores não deixaram suas posições claras quanto ao contexto do desenvolvimento e suas implicações sociais. Esses fatos demonstram que os pesquisadores do tema devem dar continuidade as suas pesquisas aperfeiçoando os fatos apontados neste artigo.

REFERÊNCIAS

AMBONI, N.; CAMINHA, D. O.; ANDRADE, R. O. B.; PEREIRA, M. F. Abordagem Multiparadigmática em Estudos Organizacionais: Avanços e Limitações. **Revista de Administração da UFSM**, v. 10, n. 5, p. 808-827, 2017. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/48811/abordagem-multiparadigmatica-em-estudos-organizacionais--avancos-e-limitacoes>. Acesso em: 20 mar 2020.

BURRELL, Gibson ; MORGAN, Gareth. **Sociological Paradigms and Organizational Analysis**. London: Heinemann Educational Books, 1979. Disponível em: http://sonify.psych.gatech.edu/~ben/references/burrell_sociological_paradigms_and_organisational_analysis.pdf. Acesso em: 12 abr 2020.

CHANLAT, T. J. F. **Ciências sociais e management**: reconciliando o econômico e o social. São Paulo: Atlas, 2000.

CUNHA, R., HEINZMANN, L. M., SILVEIRA, A. Epistemologia: um primeiro olhar sobre o ensino nos Programas de doutorado em Administração e Ciências Contábeis e a produção científica no Brasil. **Anais... XIII SEMEAD – Seminários em Administração.** (FEA-USP), Setembro de 2010. São Paulo, 2010. Disponível em: <http://sistema.semead.com.br/13semead/resultado/trabalhosPDF/491.pdf> Acesso em: 15 jan 2019.

DALY, H.; FARLEY, J. **Economia Ecológica: princípios e aplicações.** Instituto Piaget. Divisão Editorial. Lisboa, Portugal, 2004.

DONALDSON, L. Position statement for positivism. In: WESTWOOD, R.; CLEGG, S. **Debating organization: point-counterpoint in organizations studies.** Oxford: Blackwell Publishing Ltd., 2003. Disponível em: <https://epdf.pub/debating-organizationpoint-counterpoint-in-organization-studies.html> Acesso em: 12 mar 2020.

FEYERABEND, P. **Contra o método.** 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.

GUARINO, N., OBERLE, D., STAAB, S. What Is an Ontology?. In: STAAB S., STUDER, R. (eds) **Handbook on Ontologies.** International Handbooks on Information Systems. Springer: Berlin, Heidelberg, 2009. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/226279556_What_Is_an_Ontology Acesso em: 04 out 2019.

GUBA, E. G., LINCOLN, Y. S. What is this constructivist paradigm anyway? In.: _____. **Fourth generation evaluation.** Thousand Oaks, CA: Sage, 1989. Cap.3. Disponível em: <https://wmich.edu/sites/default/files/attachments/u350/2014/constructivisteval.pdf> Acesso em: 10 abr 2020.

HESSSEN, J. **Teoria do conhecimento.** São Paulo: Martins Fontes, 2012.

HID, D. S.; NASCIMENTO, C.; OLIVEIRA, D. A. Análise das publicações internacionais relacionadas ao desenvolvimento sustentável na área de Administração: Uma análise bibliométrica da produção científica. **Administração: Ensino e Pesquisa**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 4, p. 653-671, 2012. DOI: <https://doi.org/10.13058/raep.2012.v13n4.77>. Disponível em: <https://raep.emnuvens.com.br/raep/article/view/77>. Acesso em: 12 fev 2019.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Indicadores de Desenvolvimento Sustentável.** Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro, RJ, 2015.

JENSEN, Jeppe S. Epistemologia. **Rever: Revista de Estudos da Religião**, Ano 13, No. 02, Jul/Dez 2013, 171-191.

KUHN, T. S. **O caminho desde a estrutura.** São Paulo: Unesp, 2006.

MEADOWS, D.H.; MEADOWS, D.L.; RANDERS, J.; BEHRENS III, W. W. **The limits to growth.** A report for the Club of Rome's Project on the Predicament of Mankind. New York: Universe Book, 1972.

MORGAN, G. Toward a more reflective social science. In: _____. (Ed.). **Beyond method strategies for social research.** London: Sage, 1983a. p. 368-376.

MORIN, E.; LE MOINGNE, J. L. **A inteligência da complexidade.** São Paulo: Petrópolis, 2000.

ONUBR (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS BRASIL). **A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. 2018. Disponível em: <http://www.agenda2030.org.br/sobre/>. Acesso em: 20 jan. 2019.

PINSKY, V. C.; MORETTI, S. L. A.; KRUGLIANSKAS, I.; PLONSKI, G. A. Inovação sustentável: uma perspectiva comparada da literatura internacional e nacional. **Revista de Administração e Inovação**, São Paulo, v. 12, n.3 p. 226-250, 2015. DOI: 10.11606/rai.v12i3.101486. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rai/article/view/101486>. Acesso em: 30 ago 2019.

QUALIS CAPES. Plataforma Sucupira. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/veiculoPublicacaoQualis/listaConsultaGeralPeriodicos.jsf>. Acesso em: 22 abr. 2019.

ROSÁRIO, K., CORONA, H. M. P. Epistemologia da pesquisa em Administração. **Synergismus scyentifica** UTFPR, Pato Branco, 06 (1), 2011. Disponível em: <http://revistas.utfpr.edu.br/pb/index.php/SysScy/article/view/1284/827> Acesso em: 07 maio 2019.

SACCOL, A. Z. Um retorno ao básico: compreendendo os paradigmas de pesquisa e sua aplicação na pesquisa em Administração. **Revista de Administração da UFSM**, v. 2, n. 2, art. 6, p. 250-269, 2009. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/5104/um-retorno-ao-basico--compreendendo-os-paradigm---> Acesso em: 24 nov 2019.

SARTORI, S.; LATRÔNICO, F.; CAMPOS, L. M. S. Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável: uma taxonomia no campo da literatura. **Ambiente & Sociedade**, v. XVII, n. 1, p. 1-22, 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1414-753X2014000100002&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 20 ago 2019.

SERVA, M. O surgimento e o desenvolvimento da epistemologia da administração – inferências sobre a contribuição ao aperfeiçoamento da teoria administrativa. **Rgo Revista Gestão Organizacional**. Vol. 6 - Edição Especial - 2013. DOI: <http://dx.doi.org/10.22277/rgo.v6i3.1529>. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/31724/o-surgimento-e-o-desenvolvimento-da-epistemolog--->. Acesso em: 13 de set 2019.

SERVA, M.; DIAS, T.; ALPERSTEDT, G. D. Paradigma da complexidade e teoria das organizações: uma reflexão epistemológica. **Revista RAE**, v. 50, n. 3, p. 276-287, jul/set. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rae/v50n3/04.pdf>. Acesso em: 25 jul 2019.

SMITH, B. Ontology. In: FLORIDI, L. **The Blackwell guide to the philosophy of computing and information**. Oxford: Blackwell Publishing Ltd., 2004. Disponível em: <https://cpb-us-w2.wpmucdn.com/web.sas.upenn.edu/dist/2/334/files/2017/05/The-Blackwell-Guide-to-the-Philosophy-of-Computing-and-Information-1by6afj.pdf>. Acesso em: 10 mai 2020.

SOARES, P. B.; CARNEIRO, T. C. J.; CALMON, J. L.; CASTRO, L. O. C. O. Análise bibliométrica da produção científica brasileira sobre Tecnologia de Construção e Edificações na base de dados Web of Science. **Ambiente Construído**. [online], vol.16, n.1, pp.175-185, 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/s1678-86212016000100067>. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1678-86212016000100175&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 22 set 2019.

SOARES, S. V.; PICOLLI, I. R. A.; CASAGRANDE, J. L. Pesquisa bibliográfica, pesquisa bibliométrica, artigo de revisão e Ensaio teórico em administração e contabilidade. **Administração: Ensino & Pesquisa**, v. 19, n. 2, p. 308–339, 2018. Disponível em: <https://raep.emnuvens.com.br/raep/article/view/970>. Acesso em: 22 set 2019.

SOUZA, E. M.; COSTA, A. S. M.; PEREIRA, S. J. N. A Organização (in)corporada: ontologia organizacional, poder e corpo em evidência. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 13, n. 4, p. 727-742, 2015. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/37758/a-organizacao--in-corporada--ontologia-organizacional--poder-e-corpo-em-evidencia> Acesso em: 15 abr 2020.

TESSER, G. J. Principais linhas epistemológicas contemporâneas. **Educ. Rev.** n.10, Curitiba Jan./Dec. 1994. <https://doi.org/10.1590/0104-4060.131>. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40601994000100012. Acesso em: 15 abr 2020.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VERGARA S. C.; CALDAS, M. Paradigma interpretacionista: a busca da superação do objetivismo funcionalista nos anos 1980 e 1990. **Revista de Administração de Empresas**, v. 45, n. 4, p. 66-72, 2005. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/10957/paradigma-interpretacionista--a-busca-da-superacao-do-objetivismo-funcionalista-nos-anos-1980-e-1990> Acesso em: 15 abr 2020.

WAAS, T.; HUGÉ, J.; BLOCK, T.; WRIGHT, T.; CAPISTROS-BENITES, F.; VERBRUGGEN, A. Sustainability Assessment and Indicators: Tools in a Decision-Making Strategy for Sustainable Development. **Sustainability**, v. 6, p. 5512-5534, 2014. DOI: 10.3390/su6095512. Disponível em: https://pdfs.semanticscholar.org/3409/b6ea5b198a21fface644e40d54c1d15949f9.pdf?_ga=2.194907693.1824612812.1591071196-1604416066.1590452119. Acesso em: 08 dez 2018.

WECD (WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENTAL AND DEVELOPMENT). **Report Our Common Future**. Organizações das Nações Unidas. New York: ONU, 1987. Disponível em: <https://www.google.com/search?client=firefox-b-d&q=report+our+commom+future> . Acesso em: 20 nov 2017.

WESTWOOD, R.; CLEGG, S. **Debating organization: point-counterpoint in organization studies**. Oxford: Blackwell Publishing, 2003.

REGIÃO NORDESTE: REFLEXÕES SOBRE OS DESAFIOS PARA PROMOVER O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Data de aceite: 01/03/2024

Tagore Villarim de Siqueira

Economista da Gerência Norte e Nordeste
do Departamento de Estratégia Social e
Territorial do BNDES – GENOR/DEST

RESUMO: A performance de vários municípios da região Nordeste no índice de vulnerabilidade social – IVS, entre 2000 e 2010, alcançou uma melhoria substancial. Um resultado, certamente, decorrente da combinação de uma conjuntura favorável, marcada pelo crescimento econômico e políticas públicas bem-sucedidas. Com destaque especial para o grupo de 31 municípios (1,75% dos municípios da região) que alcançou baixa vulnerabilidade social. No entanto, os desafios ainda são imensos para melhorar a performance dos demais municípios da região, sendo preciso apoiar iniciativas alinhadas com o desenvolvimento sustentável e focadas em investimentos nas áreas nas quais a região possui oportunidades reveladas, como energias renováveis e respectivas cadeias produtivas de peças, componentes e bens finais. Nesse sentido, este artigo faz uma reflexão sobre essas questões, destacando a importância de apoiar iniciativas para

promover o desenvolvimento sustentável, reduzir a taxa de desemprego e melhorar os indicadores socioeconômicos da região.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento Regional; Desigualdade Socioeconômica, Desemprego, Desenvolvimento Sustentável.

INTRODUÇÃO

De acordo com o índice de vulnerabilidade social – IVS, calculado pelo IPEA a partir de dados dos Censos do IBGE de 2000 e 2010, foi observada uma melhora expressiva no desempenho de vários municípios da região Nordeste, com destaque para um pequeno grupo de 31 municípios (1,75% dos municípios da região) que alcançou a classificação de baixa vulnerabilidade social.

A conjuntura econômica favorável ao desenvolvimento regional na primeira década deste século, especialmente na segunda metade da década, quando a taxa de crescimento médio do PIB nacional alcançou 4,5% ao ano (IBGE), explica em grande parte o resultado geral alcançado pelos municípios da região no IVS 2010.

No entanto, a performance diferenciada do grupo de 31 municípios pode também ser associadas a políticas públicas bem-sucedidas, em áreas como infraestrutura, educação e saúde e emprego e renda, com tais experiências servindo de referência para os demais municípios da região.

Nesse período, o IDH e o Índice de Gini municipal também apresentaram melhora generalizada no país, apesar de se manterem as disparidades regionais e o convívio com elevadas taxas de desemprego, especialmente quando se compara as performances observadas nas regiões Sul e Sudeste.

A melhor compreensão dessas experiências pode ajudar os demais municípios da região na elaboração de políticas públicas para promoção do desenvolvimento sustentável, alinhadas com os Objetivos de Desenvolvimento 2030 (ODSs) da ONU, e, assim, alcançar a baixa vulnerabilidade social.

Em 2020, conforme dados do IBGE, esse grupo de 31 municípios com baixo IVS apresentou uma população de 4.959.471 habitantes, um PIB de R\$ 72,105 bilhões, um PIB per capita médio de R\$ 11.560,22 e uma geração de impostos, líquidos de subsídios a produtos, de R\$ 9,489 bilhões. Em termos relativos, estes valores representaram, respectivamente, 9,36% da população da região Nordeste, 13,79% do PIB regional, 58,56% do PIB per capita médio regional e 14,73% dos impostos gerados na região.

Assim, este artigo tem por objetivo contribuir para a reflexão sobre os desafios da região Nordeste para melhorar o desempenho no Índice de Vulnerabilidade Social – IVS, bem como promover o desenvolvimento sustentável.

A REGIÃO NORDESTE: DESIGUALDADES, DESAFIOS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A região Nordeste ocupa uma posição de destaque na formação econômica do Brasil desde o período colonial até os dias atuais. No período colonial, a experiência bem-sucedida no cultivo da cana-de-açúcar na zona da mata pernambucana deu início ao primeiro grande ciclo econômico da formação econômica do país, entre os séculos XVI e XVIII, baseado na produção de açúcar para abastecer os mercados europeus com alta demanda pelo produto.

Atualmente, a economia nordestina caracteriza-se pela diversificação econômica, tamanho do mercado consumidor e setores com grande potencial para contribuir para o desenvolvimento sustentável, tais como as energias renováveis: biocombustíveis, eólica, solar, hidráulica, das marés e hidrogênio verde. Em grandes números, a região Nordeste contava em 2022 com uma população de 55,7 milhões de habitantes (estimativa do Censo do IBGE), um PIB estimado em R\$ 1,3 Trilhão e um território de 1,6 milhão de km², respectivamente, 26,8% da população, 13,6% do PIB brasileiro (média de 2002 a 2020) e 18,8% do território nacional.

No que se relaciona a divisão administrativa, a região Nordeste é formada por nove estados (Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe) e 1.768 municípios.

Em termos de PIB per capita, contudo, os estados da região Nordeste situam-se nas posições mais baixas do *ranking* nacional, com a média regional de R\$ 24.308 em 2022, sendo apenas 52,67% do PIB per capita do país. Com tais números refletindo características da economia regional, tais como: o contraste entre os setores de atividade em relação a promoção da modernização, ganhos de competitividade, inovação e aumento do conteúdo tecnológico; os índices elevados de desigualdades de renda e pobreza; e, as elevadas taxas de desemprego. Apesar das grandes oportunidades de investimentos nos vários setores de atividade, paradoxalmente a região ainda convive com altas taxas de desemprego e graves problemas sociais.

Em termos ambientais, o território regional apresenta quatro biomas: Mata Atlântica, Caatinga, Cerrados e Floresta Amazônica. A área de Mata Atlântica localiza-se na faixa de terra entre a costa leste banhada pelo Oceano Atlântico e o interior da região, indo do Rio Grande do Norte até o Sul da Bahia. A Caatinga e os Cerrados ocupam a maior parte do território regional, o semiárido. A área com Floresta Amazônica é observada no noroeste do Estado do Maranhão.

A região Nordeste possui um longo litoral, com 3.338 km de extensão do Maranhão a Bahia. Considerando o território das 200 milhas marítimas, a região conta com uma área marítima de 1 milhão de km² (equivalente a 67% do território regional) com grande potencial para estruturação de atividades relacionadas a economia dos oceanos e a preservação ambiental da vida marinha, como: turismo, prática de esportes náuticos, aquicultura (peixes, crustáceos e algas) e geração de energia eólica offshore e das marés, entre outras atividades.

No território continental, o Nordeste brasileiro apresenta também grandes oportunidades para promoção do desenvolvimento sustentável, com destaque para os setores de energias renováveis - biocombustíveis, biogás, H2V (Hidrogênio Verde) e energias eólica e solar. Na atividade agropecuária, base do desenvolvimento regional desde o período colonial, destacam-se as áreas com fruticultura irrigada, no Vale do rio São Francisco, e áreas produtoras de grãos, nos Cerrados da Bahia, Maranhão e Piauí.

Na lista de setores importantes para o desenvolvimento regional sobressaem ainda o turismo, a cultura, a indústria, a produção de minerais metálicos e não metálicos, a silvicultura e a produção de papel e celulose e o setor de serviços. O desenvolvimento dos polos econômicos relacionados a tais ramos de atividade desempenha um papel estratégico para a geração de emprego e renda na região e, consequentemente, redução da vulnerabilidade social da população.

Nesse sentido, vale lembrar que o Nordeste brasileiro se caracteriza também pelos grandes contrastes de realidades econômica e social muito distintas em seu território. Uma

realidade regional que por sua vez provoca um elevado risco social para parcela relevante da população. Por exemplo, a situação de pobreza observada na periferia das grandes cidades convive lado a lado com vários polos econômicos promissores que respondem por grande parte da geração de riqueza na região. O vasto território do polígono das secas no semiárido contrasta com as áreas verdes irrigadas com fruticultura, soja e café nos perímetros de irrigação do Vale do Rio São Francisco.

A riqueza gerada ao longo do litoral na costa regional contrasta com a vulnerabilidade social das populações nas periferias das regiões metropolitanas e áreas do Sertão. As cidades do litoral concentram a maior parte da população e do PIB regional, onde se localizam oito das nove capitais de Estado, os principais centros comerciais, os principais polos industriais, os principais destinos turísticos e os grandes aeroportos e complexos portuários.

Desse modo, o contraste entre as grandes oportunidades para geração de riqueza e os grandes problemas sociais existentes na região, como a alta desigualdade de renda e os elevados índices de pobreza, constituem-se em uma das principais características do desenvolvimento regional. Com essa realidade revelando os riscos sociais presentes nas áreas urbanas e rurais da região.

Apesar do grande potencial de desenvolvimento, a região Nordeste apresenta os índices nacionais mais altos de pobreza e de concentração de renda do país, observando-se contingentes populacionais elevados em condições de alto risco social nas periferias das grandes cidades e na área rural, com parcela da população vivendo em habitações subnormais de alto risco, em encostas de morros e nas margens de rios, canais e córregos, sem acesso a serviços públicos básicos, como saneamento, saúde, educação e transporte público.

No semiárido nordestino, biomas da Caatinga e do Cerrado, onde vivem 25,8 milhões de habitantes (Censo do IBGE de 2022) (47% da população regional) em 1.171 municípios (66% dos municípios da região), a situação se torna ainda mais crítica. Além disso, a esse grupo de municípios se juntam 91 municípios do Norte de Minas Gerais, com 1,353 milhão de habitantes em 2022 e perfil socioeconômico semelhante aos municípios do semiárido nordestino¹. Durante os períodos de longa estiagem, parcela dessa população migra para outras partes do país em função da limitação das políticas públicas para mitigar os efeitos da redução na disponibilidade de água para beber, higiene pessoal, limpeza e produção econômica. Uma situação cíclica que impacta diretamente as condições sociais dos habitantes do Sertão, deprime a atividade econômica e contribui para o aumento do risco social no território regional.

¹ Sudene. **Resolução Nº 115, de 23 de novembro de 2017**, que ratifica a decisão do Conselho Deliberativo da Sudene em incluir oficializando a nova delimitação do semiárido. <http://antigo.sudene.gov.br/delimitacao-do-semiarido>.

O ÍNDICE DE VULNERABILIDADE SOCIAL – IVS

O Índice de Vulnerabilidade Social - IVS foi estruturado a partir de dezesseis indicadores organizados em três dimensões: i) infraestrutura urbana; ii) capital humano; e iii) renda e trabalho.

A Dimensão infraestrutura urbana foi formada por três indicadores: coleta de lixo; água e esgoto inadequados; e, tempo de deslocamento casa-trabalho. Esses indicadores capturaram a vulnerabilidade social relacionada infraestrutura de saneamento, saúde pública e mobilidade urbana, pavimentação de ruas e avenidas e transportes.

A Dimensão capital humano foi formada por oito variáveis: mortalidade infantil; crianças de 0 a 5 anos fora da escola; não estudam, não trabalham e baixa renda, Crianças de 6 a 14 anos fora da escola; Mães jovens (10 a 17); Mães sem ensino fundamental + filhos até 15; Analfabetismo; e, Crianças em domicílio em que ninguém tem ensino fundamental completo. Esses indicadores capturaram a vulnerabilidade social relacionada a formação escolar da população, com foco no ensino fundamental e nas crianças, adolescentes e mulheres (mães).

A Dimensão renda e trabalho foi formada por cinco variáveis: renda menor ou igual a R\$ 255; Baixa renda e dependente de idosos; Desocupação; Trabalho infantil; e, Ocupação informal sem ensino fundamental. Esses indicadores refletem a vulnerabilidade social relacionada ao mercado de trabalho local, com foco no nível de rendimentos pessoais, grau de informalidade, nível de instrução, desemprego, e situação das crianças que trabalham em vez de irem para escola.

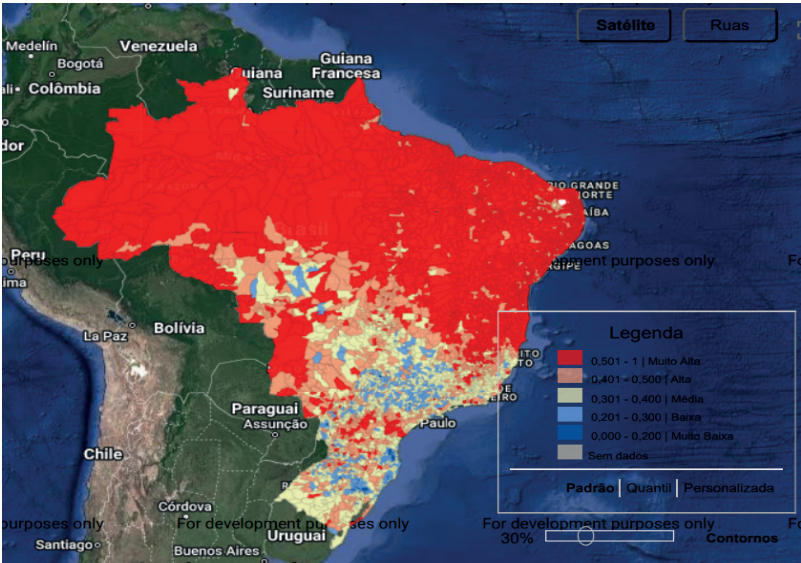
O IVS varia de 0 a 1, de muito baixa a muito alta vulnerabilidade, com os municípios sendo classificados em cinco faixas de vulnerabilidade social, a saber: Muito Baixa, entre 0 e 0,200; Baixa, entre 0,201 e 0,300; Média, entre 0,301 e 0,400; Alta, entre 0,401 e 0,500; e, Muito Alta, entre 0,501 e 1.

O IVS foi calculado para os anos de 2000 e 2010, tendo como referência os dados do Censo realizado pelo IBGE. Junto com outros indicadores socioeconômicos calculados pelo IBGE, o IVS contribui para uma melhor percepção da evolução da situação social dos municípios brasileiros, contribuindo, assim, para avaliação do desenvolvimento local e regional no país.

A observação da performance dos municípios do país no IVS de 2000 e em 2010 revela as grandes disparidades existentes entre as grandes regiões, com as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste apresentando baixa vulnerabilidade social, enquanto as regiões Norte e Nordeste concentraram os maiores índices de riscos sociais (Ver Mapas 1 e 2 e Tabelas 1 e 2).

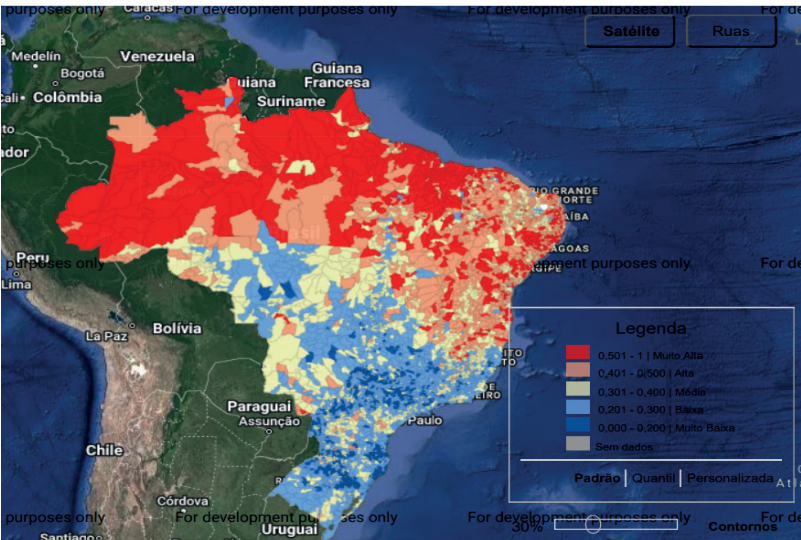
Todavia, o IVS de 2010 mostrou uma melhora na redução da vulnerabilidade social em um número expressivo de municípios da região Nordeste. Em 2010, muitos municípios nordestinos alcançaram a faixa de média vulnerabilidade e um pequeno grupo de 31 municípios (1,75% dos municípios da região) alcançou baixo IVS. Dentre as três dimensões do IVS (Infraestrutura Urbana, Capital Humano e Renda e Trabalho) as maiores quedas

nas taxas de crescimento no IVS foram observadas na dimensão Infraestrutura Urbana, apesar das demais dimensões apresentarem declínio em todos os municípios. Com este desempenho mostrando a importância da infraestrutura para redução do risco social nos municípios do Nordeste (Ver Mapas 1 e 2 e Tabelas 1 e 2).



Mapa 1. Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) – 2000

Fonte: IPEA. <http://ivs.ipea.gov.br/index.php/pt/>



Mapa 2. Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) - 2010

Fonte: IPEA. <http://ivs.ipea.gov.br/index.php/pt/>

UF	Município	IVS	IVS Infraestrutura Urbana	IVS Capital Humano	IVS Renda e Trabalho
BA	Barreiras	0,273	0,123	0,380	0,317
BA	Itapetinga	0,283	0,065	0,421	0,364
BA	Luís Eduardo Magalhães	0,267	0,114	0,429	0,259
BA	Madre de Deus	0,295	0,140	0,335	0,409
BA	Santo Antônio de Jesus	0,294	0,135	0,356	0,391
CE	São João do Jaguaribe	0,273	0,104	0,363	0,352
CE	Sobral	0,286	0,098	0,381	0,379
MA	Imperatriz	0,252	0,118	0,324	0,315
PB	Cajazeiras	0,296	0,118	0,378	0,392
PB	Campina Grande	0,280	0,123	0,352	0,365
PB	João Pessoa	0,286	0,238	0,329	0,292
PB	Patos	0,291	0,068	0,393	0,411
PB	São José do Sabugi	0,280	0,087	0,365	0,388
PB	Várzea	0,252	0,114	0,255	0,386
PI	Floriano	0,284	0,147	0,360	0,344
PI	Picos	0,286	0,120	0,364	0,373
PI	Teresina	0,288	0,227	0,311	0,325
RN	Acari	0,258	0,015	0,347	0,411
RN	Caicó	0,248	0,090	0,309	0,345
RN	Carnaúba dos Dantas	0,256	0,109	0,348	0,310
RN	Currais Novos	0,294	0,084	0,403	0,396
RN	Ipueira	0,244	0,063	0,331	0,337
RN	Jardim do Seridó	0,255	0,093	0,283	0,390
RN	Mossoró	0,254	0,105	0,329	0,328
RN	Natal	0,292	0,287	0,306	0,284
RN	Parnamirim	0,247	0,173	0,300	0,269
RN	Pau dos Ferros	0,291	0,108	0,393	0,371
RN	Santana do Seridó	0,296	0,039	0,470	0,380
RN	São José do Seridó	0,254	0,057	0,424	0,282
RN	Timbaúba dos Batistas	0,223	0,004	0,349	0,317
SE	Aracaju	0,287	0,260	0,311	0,289

Tabela 1. Região Nordeste. Municípios com Baixo Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) - 2010

Fonte: IPEA. <http://ivs.ipea.gov.br/index.php/pt/>

Em relação a população, esse grupo de 31 municípios possuía a seguinte distribuição: quatro capitais de Estado (12,9%), com população acima de 500 mil habitantes; um município com 384 mil habitantes (Campina Grande) (3,2%); três municípios (9,7%) na faixa entre 202 mil e 259 mil habitantes (Parnamirim, Imperatriz e Mossoró); dois municípios (6,4%) na faixa entre 137 mil e 188 mil habitantes (Barreiras e Sobral); sete municípios (22,6%) na faixa entre 50 mil e 100 mil hab; e, 14 municípios (45,2%) com menos de 50 mil hab (TABELA 2).

No grupo de municípios localizados no semiárido, no polígono das secas definido pela Sudene, destacaram-se os municípios com microclima diferenciado e localizados na área de influência de grandes rios, como os rios São Francisco (Barreiras/BA e Luís Eduardo Magalhães/BA), Parnaíba (Teresina/PI e Floriano/PI), Jaguaribe (São João do Jaguaribe/CE), Tocantins (Imperatriz/MA), Acaraú (Sobral), Mossoró (Mossoró/RN) e Seridó afluente da Bacia Hidrográfica Piranhas-Açu no Rio Grande do Norte e Paraíba, onde localizam-se 11 municípios com baixo IVS, como: Caicó, Acari e Timbaúba dos Batistas no Seridó Potiguar, mais seis municípios apresentados mais adiante no Estudo de Caso desta Nota Técnica, e São José do Sabugi e Várzea no Seridó Paraibano.

O microclima observado em vários desses municípios constitui-se em fator favorável ao desenvolvimento sustentável local. Fatores como altitude, disponibilidade de água e precipitação pluviométrica constituem características comuns a vários municípios da região que alcançaram baixo IVS.

UF	Município	População 2010 (Habitantes)	IDHM 2010	IDHM Longe- vidade	IDHM Educa- ção	IDHM Renda	Índice de Gini	
							2000	2010
BA	Barreiras	137.427	0,721	0,807	0,668	0,695	0,6357	0,5704
BA	Itapetinga	68.273	0,667	0,790	0,562	0,667	0,5857	0,4962
BA	Luís Eduardo Magalhães	60.105	0,716	0,826	0,590	0,754	...	0,6337
BA	Madre de Deus	17.376	0,708	0,794	0,667	0,670	0,5605	0,5631
BA	Santo Antônio de Jesus	90.985	0,700	0,815	0,622	0,677	0,5702	0,5498
CE	São João do Jaguaribe	7.900	0,654	0,784	0,576	0,620	0,5640	0,5110
CE	Sobral	188.233	0,714	0,832	0,675	0,647	0,6273	0,5702
MA	Imperatriz	247.505	0,731	0,803	0,698	0,697	0,6087	0,5612
PB	Cajazeiras	58.446	0,679	0,815	0,574	0,668	0,6156	0,5637
PB	Campina Grande	385.213	0,720	0,812	0,654	0,702	0,6346	0,5859
PB	João Pessoa	723.515	0,763	0,832	0,693	0,770	0,6245	0,6287
PB	Patos	10.674	0,701	0,821	0,628	0,667	0,5866	0,5630
PB	São José do Sabugi	4.010	0,617	0,781	0,514	0,584	0,4531	0,4348
PB	Várzea	2.504	0,707	0,800	0,714	0,619	0,4279	0,4078
PI	Floriano	57.690	0,700	0,802	0,633	0,676	0,6040	0,5579
PI	Picos	73.414	0,698	0,800	0,621	0,684	0,6163	0,5630
PI	Teresina	814.230	0,751	0,820	0,707	0,731	0,6514	0,6171
RN	Acari	11.035	0,679	0,779	0,634	0,633	0,4730	0,4915
RN	Caicó	62.709	0,710	0,824	0,619	0,703	0,5752	0,5620
RN	Carnaúba dos Dantas	7.429	0,659	0,796	0,577	0,624	0,5122	0,4078
RN	Currais Novos	42.652	0,691	0,794	0,617	0,673	0,5996	0,5912
RN	Ipueira	2.077	0,679	0,788	0,633	0,627	0,4987	0,3995
RN	Jardim do Seridó	12.113	0,663	0,772	0,584	0,647	0,5506	0,5025
RN	Mossoró	259.815	0,720	0,811	0,663	0,694	0,5828	0,5340
RN	Natal	803.739	0,763	0,835	0,694	0,768	0,6428	0,6217
RN	Parnamirim	202.456	0,766	0,825	0,726	0,750	0,5939	0,5604
RN	Pau dos Ferros	27.745	0,678	0,803	0,584	0,666	0,5776	0,5547
RN	Santana do Seridó	2.526	0,642	0,767	0,580	0,595	0,4213	0,4068
RN	São José do Seridó	4.231	0,694	0,815	0,647	0,634	0,5656	0,4476
RN	Timbaúba dos Batistas	2.295	0,640	0,723	0,591	0,614	0,6152	0,3684
SE	Aracaju	571.149	0,770	0,823	0,708	0,784	0,6409	0,6341

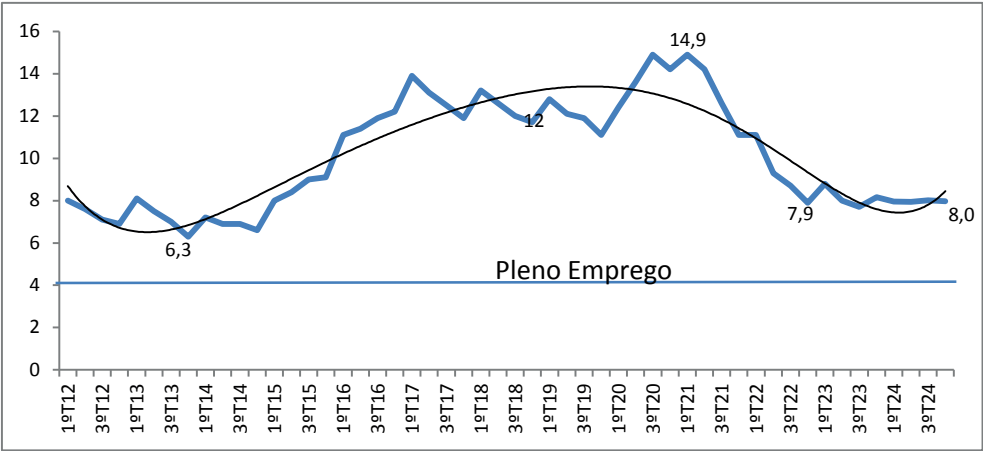
Tabela 2. Região Nordeste. Municípios com Baixo IVS. População, Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e Índice de Gini – 2000/2010.

Fonte: PNUD, IPEA. IBGE. DATASUS.

TAXA DE DESEMPREGO: PERFORMANCE REGIONAL 2012-2024

O mercado de trabalho brasileiro apresenta duas características marcantes: taxas de desempregos elevadas por longos períodos, bem acima da taxa considerada de pleno emprego de 4%, e performance bastante desigual entre as Grandes Regiões. Com exceção da região Sul, as demais regiões apresentaram mais resiliência para reduzir a taxa de desocupação para níveis próximos ao pleno emprego, de 4%. Ao longo do período observado, a região Centro-Oeste foi a que mais se aproximou da performance alcançada pela região Sul, com taxas de desocupação mínimas situando-se entre 5% a 6% em alguns períodos. As regiões Sudeste e Norte, ficaram nas posições seguintes com taxas entre 6% e 8% nos melhores momentos. Por fim, a região Nordeste apresentou as taxas de desemprego mais elevadas ao longo do período observado, com mínima de 8% e máxima de 18,9% (GRÁFICOS 1 a 7).

Em termos estaduais, observou-se que alguns estados em cada Grande Região do país apresentaram situações mais críticas em termos de taxa de desemprego, com taxas mais elevadas durante o período analisado, a saber: Norte, Amapá, Amazonas e Pará; Nordeste, Pernambuco e Bahia; Sudeste, Rio de Janeiro; Sul, Rio Grande do Sul e Paraná; e, Centro-Oeste, Distrito Federal e Goiás (GRÁFICOS 3 a 7).



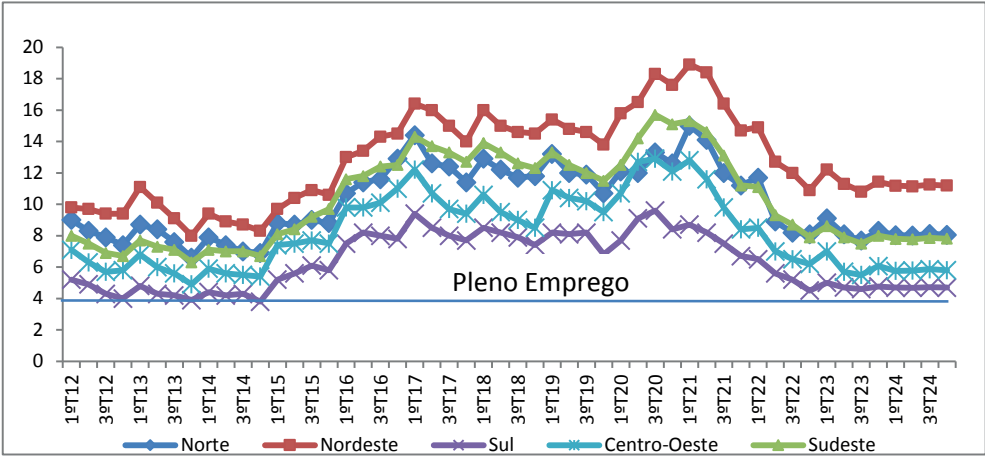
Nota: Estimativa para 2024: média móvel de três trimestres.

Gráfico 1. Brasil. Taxa de desocupação trimestral, na semana de referência, das pessoas de 14 anos ou mais de idade - 2012-2024 (%)

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral - PNADT, 2023.

A análise da taxa de desemprego em termos espaciais ajuda a identificar os territórios onde a atividade econômica não está gerando empregos suficientes para atender a oferta de trabalho disponível, mostrando, assim, a existência de possíveis falhas de mercado que deveriam ser corrigidas por meio de políticas públicas focadas no estímulo

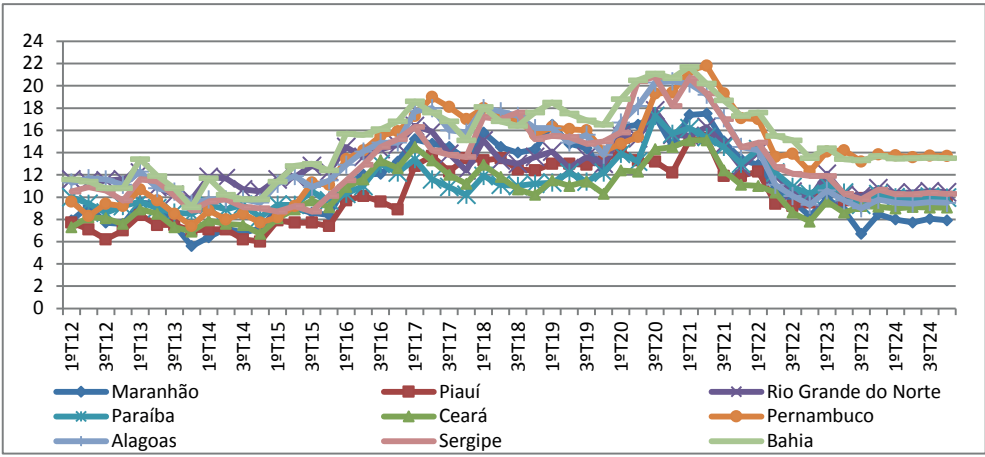
aos investimentos, fortalecimento do capital humano e na geração de novos postos de trabalho, focando, assim, nas causas e menos em programas emergenciais para mitigação de problemas sociais.



Nota: Estimativa para 2024: média móvel de três trimestres.

Gráfico 2. Brasil. Taxa de desocupação trimestral por Grandes Regiões, das pessoas de 14 anos ou mais de idade - 2012-2024 (%)

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral - PNADT, 2023.

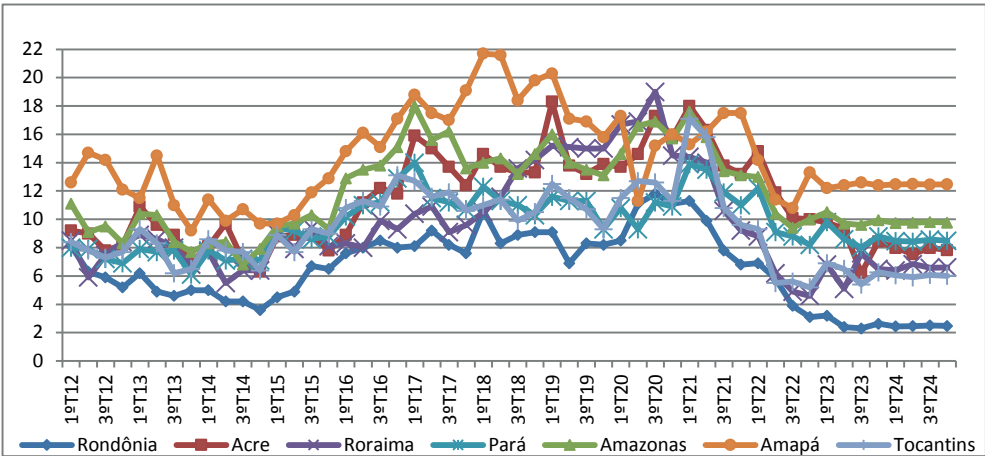


Nota: Estimativa para 2024: média móvel de três trimestres.

Gráfico 3. Região Nordeste. Taxa de desocupação trimestral por Estado, das pessoas de 14 anos ou mais de idade - 2012-2024 (%)

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral - PNADT, 2023.

Compreender a situação do desemprego na região Nordeste e os respectivos impactos nas demais regiões do país é fundamental para construir uma solução sustentável para os problemas sociais do país. Um caso a ser estudado, de como uma região com grandes oportunidades de investimentos convive a décadas com altíssimas taxas de desemprego, forçando parcela da população a migrar para outras regiões do país em busca de emprego. Observando-se que, muitas vezes, parcela desses migrantes não conseguem colocação rápida no mercado de trabalho, só aumentando as taxas de desemprego nessas regiões, bem como pressionam a demanda por infraestrutura social, como habitação, educação e saúde. A falta de prioridade na definição de políticas públicas focadas na redução do desemprego impacta as condições sociais na própria região bem como afeta as demais regiões do país, à medida que parcela dessa população migra para as demais regiões do país em busca de emprego.

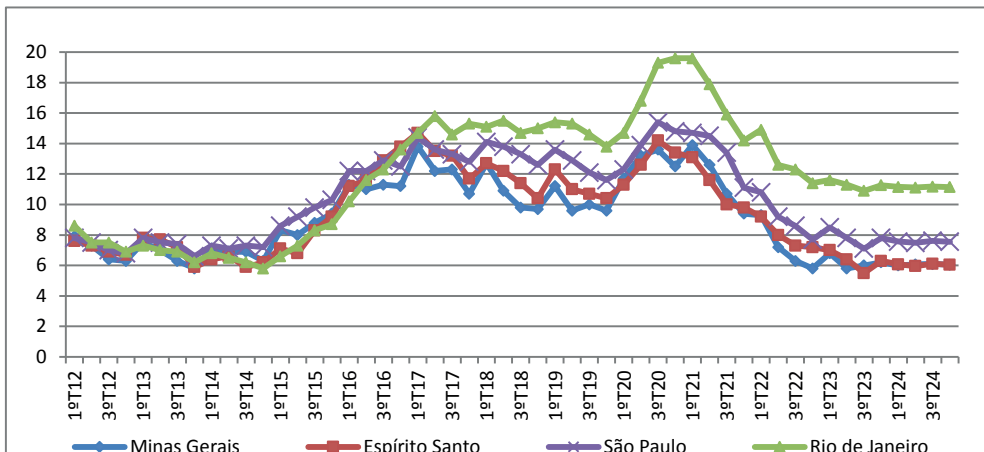


Nota: Estimativa para 2024: média móvel de três trimestres.

Gráfico 4. Região Norte. Taxa de desocupação trimestral por Estado, das pessoas de 14 anos ou mais de idade - 2012 -2024 (%)

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral - PNADT, 2023.

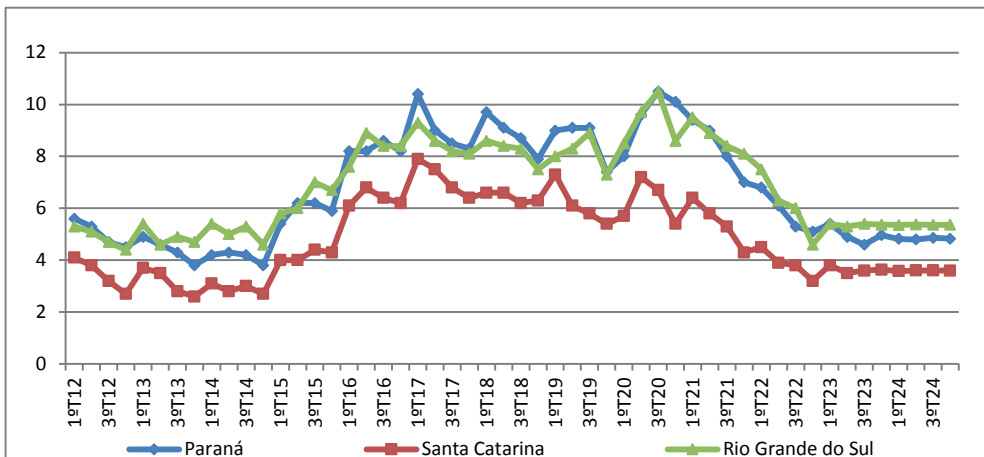
Esses números mostram que a região Nordeste deveria ser priorizada em termos de políticas públicas, seguida pelas regiões Norte e Sudeste, por apresentar as taxas de desocupações mais elevadas do país, apresentando, assim, parcela da população em risco social em função de desemprego, com a taxa mínima alcançada no período, de 8%, sendo o dobro da taxa de pleno emprego. Dessa forma, tomando como referência o quão distante cada região está do pleno emprego, a priorização das políticas públicas e incentivos governamentais poderia ter como objetivo a redução da taxa de desemprego nas regiões que apresentassem situações mais críticas, como a região Nordeste.



Nota: Estimativa para 2024: média móvel de três trimestres.

Gráfico 5. Região Sudeste. Taxa de desocupação trimestral por Estado, das pessoas de 14 anos ou mais de idade - 2012-2024 (%)

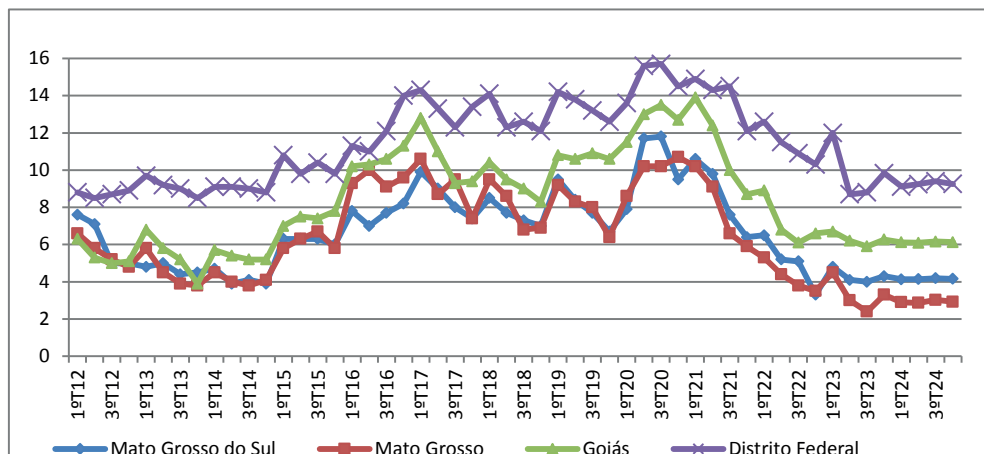
Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral - PNADT, 2023.



Nota: Estimativa para 2024: média móvel de três trimestres.

Gráfico 6. Região Sul. Taxa de desocupação por Estado, na semana de referência, das pessoas de 14 anos ou mais de idade - 2012 -2024 (%)

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral - PNADT, 2023.



Nota: Estimativa para 2024: média móvel de três trimestres.

Gráfico 7. Região Centro-Oeste. Taxa de desocupação trimestral por Estado, das pessoas de 14 anos ou mais de idade - 2012-2024 (%)

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral - PNADT, 2023.

Por fim, deve-se destacar a importância da priorização da região na definição das políticas públicas da União e nas políticas de estímulos aos investimentos no país, tendo-se em vista a importância dessas iniciativas para melhorar a performance da região em indicadores sociais, nos quais a região apresenta as piores posições no ranking nacional, como PIB per capita, desigualdade, pobreza, taxa de desemprego, educação e saúde. Além disso, o aumento mais expressivo dos investimentos na região Nordeste contribuiria para redução da taxa de desemprego nas outras regiões do país, à medida que poderia reduzir a parcela da população que migra para outras regiões do país em busca de emprego, que muitas vezes chegando lá não encontram o emprego desejado e só ajudam a aumentar as taxas de desempregos e a a demanda por serviços sociais nas grandes cidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A região Nordeste enfrenta grandes desafios para mitigar riscos sociais, melhorar a qualidade de vida da população e aumentar o potencial de desenvolvimento regional. Por outro lado, a região conta com várias oportunidades capazes de promover o desenvolvimento sustentável, como o setor de energias renováveis e, respectivas, cadeias produtivas, os polos de agricultura irrigada, intensivos em tecnologia e de alta produtividade, o turismo, a indústria de transformação e o ecossistema de inovação, entre outros ramos de serviços.

O apoio ao desenvolvimento desses polos agropecuários de alta competitividade mostra possíveis caminhos para redução da taxa de desemprego na região. Nesse sentido, destacam-se as oportunidades existentes no Vale do Rio São Francisco, Vale do Açu-RN

e MATOPIBA - região proposta pela EMBRAPA que abrange os cerrados no Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, que nas últimas décadas vem se constituindo em nova locomotiva do desenvolvimento regional, devido a expansão da soja e milho. Desse modo, destacam-se os projetos para superar os gargalos existentes na infraestrutura, como, por exemplo, as hidrovias nos rios São Francisco, Parnaíba, Tocantins e Araguaia, e conexões com as ferrovias Norte-Sul, Transnordestina e Oeste-Leste.

REFERÊNCIAS

IBGE. www.ibge.gov

IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral - PNADT, 2023. www.ibge.gov.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Produto Interno Bruto dos Municípios. <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html>

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. www.ipea.gov.br

INSTITUTO NACIONAL DE PROPRIEDADE INTELECTUAL - INPI. FICHA TÉCNICA DE REGISTRO DE INDICAÇÃO GEOGRÁFICA. <https://www.gov.br/inpi/pt-br/servicos/indicacoes-geograficas/arquivos/fichas-tecnicas-de-indicacoes-geograficas/Caic.pdf>

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS - MDIC.COMEX STAT. <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/municipio>

MINISTÉRIO DA SAÚDE - MS. DATASUS NOTAS TÉCNICAS. Índice de Gini da renda domiciliar per capita. <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/ibge/censo/cnv/ginibr.def>

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL. Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - Sudene. Resolução N° 115, de 23 de novembro de 2017, que ratifica a decisão do Conselho Deliberativo da Sudene em incluir oficializando a nova delimitação do semiárido. <http://antigo.sudene.gov.br/delimitacao-do-semiarido>.

MINISTÉRIO DO TRABALHO - MT. CAGED – CADASTRO GERAL DE EMPREGO E DESEMPREGO. https://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_perfil_municipio/index

PNUD. undp.org/pt/brazil

BIOMA AMAZÔNIA LEGAL E FUNDO AMAZÔNIA: SUSTENTABILIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA E RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

Data de aceite: 01/03/2024

José Antonio de França

Doutor em Contabilidade e em Economia
Professor do Departamento de Ciências
Contábeis e Atuariais – DCCA/FACE
Universidade de Brasília
<https://orcid.org/0000-0002-8233-3620>

Isabela Ribeiro de Sousa

Bacharel em Ciências Contábeis
Departamento de Ciências Contábeis e
Atuariais – DCCA/FACE
Universidade de Brasília

Paulo César Melo Mendes

Doutor em Contabilidade
Professor do Departamento de Ciências
Contábeis e Atuariais – DCCA/FACE
Universidade de Brasília

Eduardo Tadeu VIEIRA

Doutor em Contabilidade
Professor do Departamento de Ciências
Contábeis e Atuariais – DCCA/FACE
Universidade de Brasília

Clesia Camilo Pereira

Doutora em Contabilidade
Professora do Departamento de Ciências
Contábeis e Atuariais – DCCA/FACE
Universidade de Brasília – UnB

Sérgio Ricardo Miranda Nazaré

Doutor em Contabilidade
Professor do Departamento de Ciências
Contábeis e Atuariais – DCCA/FACE
Universidade de Brasília – UnB

RESUMO: Esta pesquisa avalia a sustentabilidade econômico-financeira e a adesão às práticas de *compliance* e *accountability* nas organizações da sociedade civil (OSC) com projeto no “Bioma Amazônia Legal”, apoiadas com recursos do Fundo Amazônia, na proteção de áreas temáticas ambientais. O objeto de cada projeto é a responsabilidade socioambiental e os dados primários, submetidos à avaliação, são recuperados das demonstrações financeiras das OSCs no horizonte de tempo 2015 a 2017. O gestor do Fundo é o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a governança, até então exercida pelos Comitês Orientador do Fundo Amazônia e Técnico do Fundo Amazônia, foi descontinuada em 2019, unilateralmente pelo Governo do Brasil, tendo como consequência o aumento da degradação ambiental do *Bioma* em torno

de 30% em 2019, comparativamente ao ano anterior, além da interrupção de aportes dos doadores e apoio aos projetos. Os resultados da pesquisa, utilizando metodologia positivista, aportam evidências de que a aderência às práticas de *compliance* e *accountability* são parciais, contribuem com a gestão do fundo e literatura em investigações subsequentes, a maioria das OSCs é autossustentável mas as informações disponíveis não permitem avaliar o cumprimento do objeto e agenda ESG-ONU

PALAVRAS-CHAVE: Fundo Amazônia. Práticas de *Compliance* e *Accountability*. Sustentabilidade econômico-financeira das OSCs. Responsabilidade socioambiental. *Áreas temáticas ambientais*.

INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta resultado de pesquisa, produzido por modelo positivista, teórico-empírico, que avalia a sustentabilidade econômico-financeira e a adesão às práticas de *compliance* e *accountability*, como requisitos para o cumprimento da responsabilidade socioambiental das organizações da sociedade civil (OSC) que operam no Bioma Amazônia Legal, em projetos apoiadas com recursos do Fundo Amazônia, na proteção de áreas temáticas ambientais.

A sustentabilidade econômico-financeira, introduzida neste artigo, é avaliada pelo *quantum* do coeficiente de financiamento de atividades (CFA) obtido pelo quociente da divisão do *quantum* do coeficiente de financiamento com geração própria (CFGP) pelo *quantum* do coeficiente de financiamento de projeto em parceria (CFPP).

Os *quanta* CFGP e CFPP são observados a partir dos dados primários recuperados das demonstrações financeiras padronizadas para usuário externo, de uma amostra de 18 OSCs das 42 OSCs apoiadas com recursos financeiros do Fundo Amazônia, a partir dos quais é avaliado o equilíbrio econômico-financeiro. A adesão às práticas de *compliance* e *accountability* é verificada pelo cumprimento da orientação emanada do Conselho Federal de Contabilidade (CFC, 2002) e de orientação do Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES) como gestor institucional do fundo.

O Fundo Amazônia, instituído pelo Decreto Federal do Governo do Brasil Nº 6.527/2008, tem a finalidade de captar doações dos setores público e privado e realizar os trâmites necessários para investimentos em projetos que atuam no “Bioma Amazônia Legal”, na proteção de áreas temáticas ambientais e cumprimento de responsabilidade socioambiental que é o objeto do fundo. O êxito de cada projeto nesse *Bioma* sinaliza o cumprimento do objeto (responsabilidade socioambiental) e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) 13 a 15 (Ação contra a mudança global do clima, vida na água e vida terrestre) dos 17 propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU, 2015), no acordo de Paris, relacionados com a agenda *Environmental, Social and Governance* (ESG). A gestão dos recursos do Fundo é de responsabilidade do BNDES, a quem cabe avaliar, por OSC, o cumprimento eficaz e eficiente das metas com os recursos alocados a cada projeto.

Os recursos aportados ao Fundo Amazônia, até 2019, somam R\$ 3.4 bilhões (equivalentes a US\$ 1.29 bilhões), preponderantemente doados pelo Governo da Noruega (mais de 93%), pelo Governo da Alemanha (mais de 5%) e pelo Governo do Brasil, por meio da Petrobrás, em torno de 0.5%. Os recursos alocados aos projetos, no mesmo referencial de tempo, são da ordem de R\$ 1.9 bilhões, distribuídos em 103 projetos nas 42 OSCs apoiadas com recursos do fundo, mas em função de ato discricionário do governo do Brasil, Decreto Federal 10.144 de 2019 (excluiu membros da sociedade civil organizada da governança do Fundo Amazônia), as captações de recursos foram suspensas (BNDES, 2019).

Em que pesem as contribuições do Fundo Amazônia para reduzir a degradação ambiental, o governo do Brasil, por meio do Decreto Federal 9.759, de junho de 2019, descontinuou a Governança do referido Fundo que até então era exercida por um Comitê Orientador do Fundo Amazônia (COFA) e por um Comitê Técnico do Fundo Amazônia (CTFA). Os dois Comitês descontinuados eram compostos por representantes do governo federal, dos governos dos Estados da Amazônia Legal, da Sociedade Civil Organizada e da Comunidade Científica. A consequência imediata da extinção da Governança do Fundo foi a suspensão dos aportes de recursos financeiros pelos doadores, suspensão da concessão de apoio a novos projetos e o aumento do desmatamento que cresceu, de forma preliminar, em torno de 30% com relação ao ano anterior (BNDES, 2019, p.13).

A avaliação do desempenho de cada OSC apoiada é de competência do Gestor do Fundo que estabelece métricas para o desempenho das áreas temáticas e garantir o cumprimento da responsabilidade socioambiental como objeto. Neste artigo a análise é feita com base nos dados das demonstrações financeiras divulgadas pela Governança de cada OSC, a partir das quais se avalia o equilíbrio econômico-financeiro e a adesão aos processos de *compliance* e *accountability*, observando as contribuições de pesquisas disponibilizadas na literatura e orientações normativas do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) para divulgação transparente da gestão.

Investigações sobre a transparência da Governança de OSCs são reportadas pela literatura, como por exemplo a que avaliou o desempenho do *compliance* e da *accountability* por Fundações privadas, veladas pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (De França, Pereira, Vieira, Mendes, Cruz e Forster, 2019), ao demonstrar evidências de que os requerimentos exigidos pelo CFC (ITG 2022, 2012) são cumpridos apenas parcialmente.

Diante da relevância do tema este artigo traz como principal motivação e objetivo, avaliar a sustentabilidade econômico-financeira e a adesão às práticas de *compliance* e *accountability* nas OSCs que atuam em projeto apoiado com recursos do Fundo Amazônia, no horizonte de tempo 2015 a 2017. A avaliação é feita por meio da análise de dados e informações divulgadas nas demonstrações financeiras padronizadas que podem sinalizar o cumprimento do objeto responsabilidade socioambiental, nas áreas temáticas ambientais propostas pelo fundo, bem como se os ODS 13 a 15 da agenda ESG foram satisfeitos.

Os resultados revelados pela pesquisa contribuem com a Governança do Fundo Amazônia porque a avaliação conjunta do equilíbrio econômico-financeiro e adesão às práticas de *compliance* e *accountability*, como base para avaliação da sustentabilidade econômico-financeira, são requisitos relevantes para sinalizar o cumprimento do objeto contratado. Para a literatura as contribuições da pesquisa também são relevantes porque disponibilizam conteúdo informacional que permite subsidiar estudos subsequentes em apoio a professores, pesquisadores e gestores.

A contribuição deste artigo também se diferencia das demais, disponibilizadas na literatura, porque se sustenta em metodologia quantitativa adequadamente desenhada para pesquisa desta natureza.

Para além desta seção introdutória o artigo está estruturado em mais seis seções: Momentos relevantes do terceiro setor (2) em que se discutem as contribuições da literatura que dão suporte à presente pesquisa; Preliminares metodológicas e variáveis da pesquisa (3) que apresentam modelo de avaliação de *compliance* e *accountability* disponível na literatura e especifica as variáveis de interesse; Metodologia (4) que descreve e especifica o modelo positivista não paramétrico de avaliação do equilíbrio econômico-financeiro para OSCs; Análise dos resultados (5) em que são demonstrados e analisados os achados da pesquisa com a aplicação do modelo aos dados primários de cada OSC; Análise dos estimadores das estatísticas descritivas (6) com as descrição e análise dos dados amostrais; Conclusões (7) que apresentam, de forma resumida, os resultados, a limitação e contribuições da pesquisa; e por último as referências.

MOMENTOS RELEVANTES DO TERCEIRO SETOR

No Brasil, a literatura do terceiro setor é difusa e revela que as organizações pioneiras da sociedade civil foram as Santas Casas de Misericórdia, desde o período colonial, com a instalação do primeiro estabelecimento em São Paulo, em 1543, por ter sido uma iniciativa exitosa, em Lisboa, a partir de 1498.

A regulação do funcionamento dessas organizações, em território brasileiro, somente foi institucionalizada pelo Código Civil (Lei 3.071 de 1916, substituída pela Lei 10.406 de 2002). Posteriormente, em 1935, a Lei 91 concedeu títulos de utilidade pública e, em 1938, o Decreto-Lei 525 criou o Conselho Nacional de Serviço Social. Por último, a Lei 13.019 de 2014 institucionalizou a taxonomia Organizações da Sociedade Civil (OSC) que aperfeiçoou as regras de parcerias voluntárias e fomento do Estado com essas Organizações.

No contexto de um ambiente regulatório o CFC, por meio da ITG 2002/2012 (R1 em 2015), estabeleceu práticas contábeis, regras de controle e de evidenciação para as organizações sem finalidade de lucro, em funcionamento no Brasil, exigindo o cumprimento dos processos de *compliance* e a *accountability*. Neste ambiente uma OSC deve segregar de suas atividades próprias, as parcerias com o Estado e com o Mercado, de forma a manter a independência de cada projeto e garantir transparência no cumprimento do objeto.

Para investigar o cumprimento das práticas de *compliance* e *accountability* instituídas pelo CFC, De França, Pereira, Vieira, Mendes, Cruz and Forster (2019) elegeram 8 práticas básicas contidas na ITG 2002/12 e testaram a adesão a elas exigida, utilizando o conteúdo informacional das prestações de contas, de fundações privadas, apresentadas ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Esse conteúdo informacional revela que nenhuma fundação aderiu à totalidade das oito práticas eleitas. Essa incompletude impede a avaliação do cumprimento de objeto e, por conseguinte, não permite observar a aplicação adequada dos recursos da sociedade e das parcerias.

Com relação ao cumprimento de objeto, De França (2021) realizou estudo para avaliar o desempenho e a eficiência de OSCs, em conjunto com as práticas de *Compliance* e *accountability*. Para atingir o objetivo do estudo foi introduzido e testado um modelo de avaliação e análise de dados acadêmicos de OSCs que executam projetos financiados com recursos próprios e de parcerias. As evidências obtidas são significativas por mostrar que o modelo fornece respostas com nível satisfatório de confiabilidade para avaliar a responsabilidade fiduciária da Governança.

Com relação ao Fundo Amazônia, as fontes de financiamento, já citadas na seção anterior, são quase na totalidade provenientes de doações dos governos da Noruega e Alemanha (99,5%) e uma minúscula parcela do governo Brasil, por meio da Petrobrás (0,5%). Os recursos arrecadados tem por finalidade promover ações de prevenção, monitoramento, combate ao desmatamento, conservação e uso sustentável da Amazônia Legal (Decreto Federal 6.527/2008) e se destinam a apoiar projetos de OSCs e outros organismos no contexto das áreas temáticas do “Biomio Amazônia Legal” (<http://www.fundoamazonia.gov.br/pt/home/>).

Governança, como discutida por Renz e Smith (2010), deve ser exercida por um Conselho que tenha autoridade para exercer o poder sobre os demais membros da Organização, com respeito aos princípios da legalidade e da ética. Neste contexto, os membros do Conselho são responsáveis fiduciários pelos recursos da organização e entusiastas do cumprimento de sua missão, visão, valores, ethos de transparência, conformidade e integridade.

Por ser a Governança um dos pontos basilares da credibilidade de uma OSC, por propiciar monitoramento das atividades e cumprimento dos objetivos e das metas planejadas no orçamento financeiro, Linzer e Richard (2008) argumentam que

“A previsão do fluxo de caixa é importante porque requer uma compreensão abrangente de todos os elementos estratégicos enfrentados por uma instituição sem fins lucrativos.... Se garantir a lucratividade é um teste clássico para o CEO de uma empresa comercial, então prever com precisão o fluxo de caixa de uma instituição sem fins lucrativos é uma habilidade comparável no mundo sem fins lucrativos.”

Com relação às práticas de *accountability*, Arvidson (2009) declara que estudou o impacto das atividades do terceiro setor no Reino Unido, em que cada entidade desempenha seu próprio papel, em frentes distintas, trabalhando por uma causa específica com o objetivo de ser o motor principal da informação aos cidadãos, na defesa de questões de interesse público, motivada em influenciar as políticas governamentais. O autor argumenta que a estimativa e a avaliação do impacto das atividades não estão somente sobre a *accountability* e políticas adequadas, mas também em encontrar evidências para serem usadas como base para a legitimidade.

Dolnicar e Lazarevski (2009) declaram ter analisado o marketing nas organizações sem finalidade de lucro no contexto regulatório da Austrália onde as regras dos três níveis de governo (local, estadual e federal) são aplicadas às organizações sem finalidade lucrativa por exigência da Comissão de Caridade da Inglaterra e País de Gales que implementa padrões de *accountability*. Nessa regulação as organizações sem finalidade de lucro são obrigadas a adotar práticas impostas por governos ou por demandas de *stakeholders* (doadores) por influência da globalização nas práticas de reestruturação econômica, práticas e padrões contábeis.

Diante da relevância do processo de *accountability* Schafer (1999) e Candler e Dumont (2010) introduziram e avaliaram os resultados de uma estrutura matricial teórica de obrigação de prestar contas para entidades sem finalidade de lucro. Nessa estrutura matricial discutem *accountability* para quem (*accountability to whom*) e *accountability* porque (*accountability for what*) e categorizam os *stakeholders* interessados na informação. Argumentam que a obrigação de gestores de entidades sem finalidade de lucro em prestar contas tem importância na teoria e prática e tem aumentado quando entidades sem finalidade de lucro são financiadas por entidades privadas. Neste contexto discutem *accountability* processual (legal, missão, ética e legitimidade) e *accountability* consequencial (recursos financeiros, recursos voluntários, capital reputacional, produtos e serviços, capital social e impacto político) que permitem melhor avaliação do processo.

Buscando entender a relação do terceiro setor com o Estado, Kendall (2000) pesquisou o pacto do governo trabalhista inglês de 1988 com o terceiro setor. Declara que entre os principais acordos encontrou diferentes formas de *accountability*, como valores comuns de compromissos com integridade, objetividade, abertura, honestidade e liderança.

No contexto das finanças públicas no Brasil Abrucio e Loureiro (2004, p.75-102) abordam a *accountability* democrática como uma forma de responsabilização política que obriga o governante a prestar contas permanentemente aos governados. Destacam também o processo eleitoral como o ponto de partida da *accountability* e enfatizam que mais democracia implica em mais *accountability*. Neste contexto comentam críticas referentes aos processos de *accountability* vertical e *accountability* horizontal por não conseguirem responsabilizar completamente os representantes porque as punições não são implementadas como aborda O'donnell (1998).

Haugh e Kitson (2007) analisaram as políticas do governo trabalhista no Reino Unido que prometera combater a desigualdade econômica e a exclusão social estimulando o terceiro setor no cumprimento de parte de uma agenda positiva. Para cumprimento dessa agenda, a partir de 1997, entidades sem finalidade de lucro passaram a receber apoio do governo, como declaram Kendall e Anheier (1999), permitindo-lhes passar da margem econômica para o *mainstream* como abordado por Kendall (2000), Osbourne e McLaughlin (2004) e Cairns et al., (2005), para desempenhar um papel crescente na vida econômica, política e social dos britânicos. A partir desse ponto houve a revisão do imposto da caridade que criou uma estrutura legal moderna para apoiar e incentivar um setor voluntário forte, diversificado e independente, que promoveria maior eficiência e eficácia das instituições de caridade e fortaleceria a prestação de contas de instituições beneficentes imunes ou isentas.

O Acordo de Paris (ONU, 2015) definiu metas nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) de 13 a 15, dos 17 ODS propostos pela Nações Unidas, a serem observadas e cumpridas como parte da *Environmental, Social and Governance* (ESG). Esses objetivos estão contemplados nas áreas temáticas ambientais para cumprimento da responsabilidade socioambiental objeto dos projetos apoiados pelo Fundo Amazônia.

PRELIMINARES METODOLÓGICAS E VARIÁVEIS DA PESQUISA

Esta seção apresenta o modelo de indicadores disponíveis na literatura utilizados para avaliar a adesão aos requerimentos de *compliance* e *accountability*, bem como as variáveis que especificam o modelo de desempenho do equilíbrio econômico-financeiro no sentido da sustentabilidade. O modelo e as variáveis possibilitam inferir sobre a avaliação quantitativa necessária para assegurar-se do cumprimento de objeto que sinaliza satisfação da responsabilidade socioambiental de uma OSC que desenvolve projeto no “Bioma Amazônia Legal”.

Modelo de avaliação do *compliance* e da *accountability*

O modelo apresentado na Tabela 1 cumpre a função de avaliar a adesão aos processos de *compliance* e à *accountability* como introduzido De França, Pereira, Vieira, Mendes, Cruz and Forster (2019). Na especificação do modelo foram acrescentadas descrições que permitem melhorias no conteúdo informacional dos coeficientes: **(a)** Coeficiente de aderência por fundação (AD_{fr}); **(b)** Coeficiente de aderência por requerimento (AD_{rr}) e **(c)** Coeficiente de *status* de *accountability* (CSA). Os coeficientes (a) e (b) são renomeados para **(a)** coeficiente de adesão por organização (CAO) e **(b)** coeficiente de adesão por requerimento (CAR). Em **(c)** o CSA é mantido.

Especificação do modelo	Funcionalidade
$a) CAO_{AO,t} = \frac{1}{n} \sum_{j=1}^n AO_{ij} ; i \in [0,1]$ <p>Em que CAO_{FA,t} é o <i>quantum</i> da frequência acumulada por OSC em todos os requerimentos e unidades de tempo, i é o nível de aderência da OSC a cada requerimento e j é a OSC.</p>	Avalia o nível de aderência por OSC aos requerimentos nas unidades de tempo, de acordo com a ITG 2002/12.
$b) CAR_{AR,t} = \frac{1}{n} \sum_{j=1}^n AR_{ij} ; i \in [0,1]$ <p>Em que CAR_{FA,t} é o <i>quantum</i> da frequência acumulada por requerimento e unidade de tempo em todas as OSCs, i é o nível de aderência ao requerimento por cada OSC e j é a OSC.</p>	Avalia o nível de aderência por requerimento nas OSCs, de acordo com a ITG 2002/12.
$c) CSA_t = \begin{cases} CAO_{FA} = 1 \Rightarrow \text{accountability completa por OSC} \\ CAO_{FA} = 0 \Rightarrow \text{accountability inexistente por OSC} \\ CAO_{FA} = (0,1) \Rightarrow \text{accountability incompleta por OSC} \\ CAR_{FA} = 1 \Rightarrow \text{accountability completa por Requerimento} \\ CAR_{FA} = 0 \Rightarrow \text{accountability inexistente por Requerimento} \\ CAR_{FA} = (0,1) \Rightarrow \text{accountability incompleta por Requerimento} \end{cases}$	Sinaliza o <i>status</i> de aderência ao processo de <i>accountability</i> como consequência da adesão ao processo de <i>compliance</i> .

Quadro 1: Modelo de avaliação de adesão aos processos de *compliance* e *accountability*

Variáveis do modelo de avaliação de equilíbrio econômico-financeiro

As variáveis descritas no Quadro 2 são utilizadas nas equações do modelo de equilíbrio econômico-financeiro especificadas na seção 4 mais adiante. Por meio destas variáveis as equações do modelo são suficientes para sinalizar o conteúdo informacional da sustentabilidade econômico-financeira.

Variáveis	Identificação	Funcionalidade
CFA	Coeficiente de Financiamento de Atividades	Sinaliza a relação do comprometimento de geração própria em ativos fixos com o comprometimento de recursos de terceiros no capital de trabalho total.
CFGP	Coeficiente de Financiamento com Geração Própria	Sinaliza o comprometimento de geração própria com o investimento em ativos fixos, tangíveis e intangíveis.
AF	Ativo Fixo	Recursos aplicados no ativo fixo, tangível e intangível
CTT	Capital de Trabalho Total	Total de recursos aplicados no ativo circulante (AC) e ativo realizável a longo prazo (ARLP).
AT	Ativo Total	Total do ativo da OSC demonstrado no balanço.
GPR	Geração Própria de Recursos	Ativos líquidos gerados pelo negócio (AT – RT)
RT	Recursos de Terceiros	Aporte de recursos de curto e longo prazos (PC+PELP) captadas para financiamento de projetos.
AC	Ativo Circulante	Capital de trabalho de curto prazo alocado no giro das atividades.
ARLP	Ativo Realizável a Longo Prazo	Capital de trabalho de longo prazo alocado no giro das atividades.

PC	Passivo Circulante	Capital de terceiros aportado para financiamento de projetos no curto prazo.
PELP	Passivo Exigível a Longo Prazo	Capital de terceiros aportado para financiamento de projetos no longo prazo.
CFPP	Coefficiente de Financiamento de Projeto em Parceria	Sinaliza o comprometimento do total de recursos aportados por terceiros com o capital de trabalho total.

Quadro 2: Variáveis do modelo de avaliação do equilíbrio econômico-financeiro

METODOLOGIA

A metodologia é positivista e não paramétrica, sustentada em modelo de indicadores que mensuram o *quantum* do coeficiente de financiamento de atividades para sinalizar a sustentabilidade econômico-financeira e o cumprimento da responsabilidade socioambiental como responsabilidade fiduciária da Governança.

A especificação do modelo está apresentada nas equações 1 a 3 seguintes. As variáveis utilizadas em cada equação são as descritas na subseção 3.2 precedente. Para todas as variáveis o subscrito *j* identifica a OSC e o subscrito *t* indica a unidade de tempo .

a) Coeficiente de Financiamento das Atividades (CFA).

O CFA avalia o equilíbrio econômico-financeiro das atividades de uma OSC pelo quociente da divisão do *quantum* do coeficiente de financiamento com geração própria (CFGP) pelo *quantum* do coeficiente de financiamento de projetos em parcerias (CFPP). Como o CFGP representa o percentual de geração própria de recursos (GPR) investida no ativo fixo (AF) e o CFPP mostra o percentual de recursos de terceiros (RT) que financia o capital de trabalho total (CTT), o conteúdo informacional do CFA sinaliza o comprometimento de cada fonte de recursos no financiamento do AF e do CTT de uma OSC.

$$CFA_{jt} = \frac{CFGP_{jt}}{CFPP_{jt}} \quad (1)$$

Métricas do CFA

$$CFA = \begin{cases} < 1 \Rightarrow \text{geração própria insuficiente para financiar ativos fixos é complementada por RT} \\ 1 \Rightarrow \text{geração própria de recursos e recursos de terceiros são equivalentes} \\ > \Rightarrow \text{geração própria suficiente para financiar ativos fixos e complementar CTT} \end{cases}$$

b) Coeficiente de financiamento com geração própria (CFGP)

O CFGP identifica a parcela de geração própria de recursos (GPR) aplicada no financiamento dos ativos fixos, tangíveis e intangíveis (AF).

$$CFG_{jt} = \frac{GPR_{jt}}{AF_{jt}} \quad (2)$$

Métricas do CFGP

$$CFA = \begin{cases} < 1 \Rightarrow (1 - CFGP) \text{ do AF é financiado com aporte de terceiros} \\ 1 \Rightarrow \text{todo o AF é financiado com recursos de geração própria} \\ > \Rightarrow GPR \text{ financia todo o investimento em ativo fixo e parte do capital de trabalho total} \end{cases}$$

c) Coeficiente de financiamento de projetos em parcerias – CFPP

O CFPP sinaliza a participação dos recursos de terceiros (RT) aportados para financiamento do capital de trabalho total (CTT), ambos, nos curto e longo prazos.

$$CFPP_{jt} = \frac{RT_{jt}}{CTT_{jt}} \quad (3)$$

Métricas do CFPP

$$CFA = \begin{cases} < 1 \Rightarrow (1 - CFPP) \text{ é financiado com recursos de geração própria} \\ 1 \Rightarrow \text{capital de trabalho total é financiado com recursos de terceiros} \\ > \Rightarrow RT \text{ financia o CTT e parte do investimento em ativos fixos.} \end{cases}$$

ANÁLISE DOS RESULTADOS

Os resultados apresentados nesta seção reportam-se à análise de dados da investigação conduzida nas 18 OSCs das 42 identificadas com apoio de recursos do Fundo do Amazônia (Apêndice Tabela A1), cujas demonstrações financeiras padronizadas, disponíveis, satisfazem os requisitos da pesquisa para avaliar o equilíbrio econômico-financeiro das atividades que viabilizam o cumprimento do objeto de responsabilidade socioambiental, no horizonte de 2015 a 2017, assim como avaliar adesão aos requerimentos dos processos de *compliance* e *accountability*, orientados pela ITG 2002/2012 (Apêndice Tabela A2). O conteúdo informacional do sítio <http://www.fundoamazonia.gov.br/pt/home> divulga que o apoio total do Fundo já financiou 103 projetos distribuídos por todas as 42 OSCs apoiadas, mas somente 18 dessas 42 OSCs satisfazem os critérios da pesquisa.

Análise do resultado da investigação dos processos de *compliance* e *accountability* das OSCs apoiadas pelo Fundo Amazônia no horizonte 2015 a 2017

As frequências exibidas na Tabela A3 (Apêndice) reportam evidências da aderência ao processo de *compliance* que impacta a *accountability* orientada pela ITG 2002/12 (item reconhecimento), em 9 dos 14 requerimentos básicos exigidos (Apêndice: Tabela A2), calculados em conformidade com o modelo especificado em **a)** e **b)** da seção 3.1. As linhas contêm a frequência da aderência por requerimento e unidade de tempo, em todas as OSCs. As colunas sinalizam a frequência da aderência por OSC em todos os requerimentos e unidades de tempo. Se a adesão é satisfeita é atribuído *score* 1, caso contrário o *score* atribuído é zero.

Compliance da aderência por requerimento. A última coluna à direita da Tabela A3 contém a frequência acumulada da aderência por requerimento (CAR), em todas as OSCs, em cada unidade do horizonte de tempo. Os quatro primeiros requerimentos (R1 a R4) foram integralmente cumpridos com aderência por todas as OSCs, em todas as unidades de tempo, com frequência 1. Dos requerimentos 5 ao 9 (R5 ao R9) a aderência variou entre as OSCs, com CAR entre 0,11 (11%) e 0,89 (89%). A menor frequência neste intervalo ocorreu na aderência ao requerimento R5 (11%), com aderência por apenas uma OSC. A maior frequência ocorreu na aderência ao requerimento R8 (89%), também por apenas uma OSC. Estes resultados são robustos para confirmar que a aderência das OSCs aos requerimentos é apenas parcial.

Compliance da aderência por OSC. A última linha da Tabela A3 exibe a frequência acumulada da aderência por OSC (CAO) aos nove requerimentos, no conjunto de todas as unidades do horizonte de tempo da amostra. Diferentemente da aderência por requerimento, em que quatro deles apresentam completude (100%), na aderência por OSC não houve completude, tendo a incompletude variado entre 0,44 (44%) e 0,89 (89%). A menor frequência (44%) foi exercida pela OSC12 com aderência somente a 4 dos 9 requerimentos. A maior frequência (89%) ocorreu na OSC16 que aderiu a 8 dos 9 requerimentos, no conjunto das unidades de tempo.

Esses resultados são relevantes porque entre os requerimentos não cumpridos estão dois que são fundamentais por se referirem à apresentação completa do conjunto das demonstrações contábeis exigidas e notas explicativas com conteúdo informacional mínimo. Sem o cumprimento desses dois requerimentos a avaliação da *accountability* e da satisfação da responsabilidade socioambiental fica prejudicada.

Análise da *accountability*. Assim como na avaliação do *compliance*, o cumprimento da *accountability* também é observado pelas frequências acumuladas exibidas na última linha e na última coluna da Tabela A3. A *accountability* por requerimento é demonstrada na última coluna à direita pela soma da aderência de todas as OSCs a um requerimento, em cada unidade de tempo. A *accountability* por OSC está demonstrada na última linha

pela soma da aderência a todos os requerimentos por uma OSC. De acordo com as métricas **c)** da subseção 3.1 a completude da *accountability*, por requerimento e por OSC, respectivamente, ocorre com os coeficientes CAO_{AO} e CAR_{AR} e iguais a 1. Neste sentido a avaliação dos requerimentos 1 a 4 (R1 a R4) confirma *accountability* completa porque $CAR_{AR} = 1$, mas nos demais requerimentos (R5 a R9) a *accountability* é incompleta porque $CAR_{AR} < 1$. Quando a avaliação da *accountability* foca o cumprimento por OSC, as evidências do teste reportam incompletude porque $CAR_{AR} < 1$. Estes resultados sinalizam que nenhuma das OSCs da amostra apresentou robustez de conteúdo informal da prestação de contas, pois a incompletude do *compliance* implica incompletude de *accountability* considerando que *compliance* requer integridade dos procedimentos necessários para que *accountability* seja robusta com indicação de cumprimento do objeto, no caso, responsabilidade socioambiental.

Análise dos coeficientes de equilíbrio econômico-financeiro por OSC apoiada com recursos Fundo Amazônia de 2015 a 2017

Os coeficientes exibidos na Tabela A4 (Apêndice) sinalizam a relação entre o financiamento de ativos fixos com recursos de geração própria e o financiamento do capital de trabalho total com recursos aportados por terceiros, das OSCs da amostra apoiadas com recursos do Fundo Amazônia, no horizonte 2015 a 2017.

Os coeficientes foram calculados utilizando as equações 1, 2 e 3, do modelo, especificadas na seção de Metodologia. Cada unidade do horizonte de tempo contém três coeficientes CFA, CFGP e CFPP.

Partindo da premissa de que o capital de trabalho total ($AC+ARLP$) de uma OSC, em sentido *stricto*, tem como principal fonte de financiamento recursos oriundos de projetos em parcerias, é esperado que o CFPP orbite em torno de 1.

Análise do CFPP. Coeficiente que identifica a relação entre o saldo dos recursos aportados para financiar projetos e os recursos pendentes de aplicação. O fluxo de recursos de terceiros em 7 OSCs em 2015 (OSC1, OSC6, OSC8, OSC9, OSC13, OSC14 e OSC16), em 4 OSCs em 2016 (OSC6, OSC8, OSC9 e OSC16) e em 5 OSCs em 2017 (OSC6, OSC8, OSC9, OSC11 e OSC16), das 18 OSCs da amostra, é pelo menos igual ao capital de trabalho total ($AC+ARLP$) produzindo $CFPP \geq 1$. Esta situação ($CFPP > 1$) sugere que a OSC aplicou recurso de terceiros/parcerias em financiamento de ativo fixo e ou no seu custeio próprio ou ainda não observou as regras de conhecimento contábil instituídas pela ITG 2002/2012. Nessas situações a avaliação do equilíbrio do projeto em parceria não pode ser confirmada. A confirmação dessa evidência depende de investigação do fluxo de reconhecimento contábil, sobre a finalidade do financiamento, que as informações divulgadas, para usuário externo, não permitem fazê-la.

Análise do CFGP. Coeficiente que identifica o financiamento de ativo fixo de uma OSC com recursos de geração própria. Das OSCs da amostra que financiaram somente parte do seu ativo fixo com recursos de geração própria, 6 foram identificadas no ano de 2015 (OSC6, OSC8, OSC9, OSC13, OSC14 e OSC16), 4 em cada uma das unidades de tempo 2016 (OSC6, OSC8, OSC9 e OSC16) e 2017 (OSC8, OSC9, OSC11 e OSC16), todas com *quantum* do CFGP menor do que 1 ($\text{CFGP} < 1$). Nesta circunstância, o CFPP de cada uma dessas OSCs apresenta *quantum* maior do que 1 ($\text{CFPP} > 1$), premissa do modelo confirmada na avaliação empírica que sinaliza que a OSC financiou ativo fixo com recurso projeto ou de outras fontes.

Análise do CFA. *Quantum* da divisão do coeficiente de financiamento com geração própria pelo Coeficiente de financiamento de projeto em parcerias que sinaliza se recursos de projeto em parceria financiaram ativos fixos ou se recursos de geração própria financiaram projeto em parceria ou próprio. Nas três unidades do horizonte de tempo, 2015 a 2017, das 18 OSCs da amostra, o coeficiente exibe evidências de que OSCs financiaram ativos fixos com recursos de parceria ou de outras fontes em 2015 (OSC6, OSC8, OSC9, OSC13, OSC14 e OSC16); em 2016 (OSC6, OSC8, OSC9 e OSC16) e em 2017 (OSC6, OSC8, OSC9, OSC11 e OSC16), porque essas OSCs exibem o *quantum* do CFA menor do que 1 ($\text{CFA} < 1$). Mas, essas evidências, assim como relatado na análise do CFPP, carecem de investigação sobre os procedimentos de reconhecimento contábil adotados por cada OSC, considerando que as observações capturadas das demonstrações financeiras padronizadas, disponibilizados para usuário externo, não permitem fazê-la.

Em resumo, as evidências são robustas de que a maioria das OSCs financiou projeto com recursos de geração própria, considerando que $\text{CFA} > 1$, sendo a OSC4 a que mais se destaca em função da reduzida participação de aporte de terceiros no capital de trabalho total.

Conclusão da análise. Os resultados apresentados com a aplicação do modelo de pesquisa mostram-se adequados e robustos, evidenciando a incompletude da adoção do *compliance* que impacta o processo de *accountability*. Quanto à sustentabilidade econômico-financeira foi observado que, no contexto de financiamento do capital de trabalho total, com recursos de geração própria, há OSCs que executam projeto do “Bioma Amazônia Legal” sem apoio financeiro do Fundo Amazônia. O contexto de financiamento de ativo fixo, com recursos de parceria, requer investigar o plano de trabalho de cada projeto, procedimento que não foi possível confirmar por insuficiência de informação divulgada nas demonstrações financeiras padronizadas, assim como não foram observadas informações que sinalizem o cumprimento do objeto, proteção de áreas temáticas ambientais e cumprimento da responsabilidade socioambiental, definidas pela agenda ESG para os ODS propostos pela Organização das Nações Unidas.

ANÁLISE DOS ESTIMADORES DAS ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS

Os principais estimadores das estatísticas descritivas estão demonstrados nas Tabelas 3 e 4 seguintes. A Tabela 3 exibe os estimadores por requerimento nas três unidades de tempo, nas 18 OSC da amostra. A Tabela 4 apresenta os estimadores por OSC nas três unidades de tempo, nos 9 requerimentos da ITG 2002/12.

Estatística dos requerimentos

O conteúdo informacional da Tabela 3 exibe os níveis de cumprimento de cada requerimento pelo conjunto das 18 OSCs da amostra. Para os requerimentos R1 a R4 (Tabela A3), o cumprimento é integral por todas as 18 OSCs, sinalizando aderência às práticas do *compliance* que assegura o cumprimento da *accountability*, porque o estimador de média é igual a 1, que é o *score* de cumprimento do requerimento. A partir do requerimento R5 os níveis de cumprimento são menores do que 1, sinalizando que há OSC com dificuldade em cumprir o requerimento. Essa dificuldade é maior no requerimento R5 com *score* médio de apenas 11%, mas gradativamente a dificuldade vai sendo reduzida até o requerimento R9 com 83%, mas ainda assim não assegura o cumprimento da *accountability*.

É relevante salientar a concentração, dos níveis de cumprimento, exibida pelo coeficiente de variação (CV) igual a zero em todos os requerimentos, sinalizando que não há dispersão entre a média e os *scores* de cada requerimento nas unidades de tempo, o que é corroborado pela amplitude entre os limites mínimo e máximo igual a zero e *escores* da média e mediana equivalentes. Isto mostra que para o mesmo requerimento a percepção de cumprimento é equivalente para todas as 18 OSCs.

Estimadores	R1	R2	R3	R4	R5	R6	R7	R8	R9
Média	1	1	1	1	0,11	0,22	0,67	0,89	0,83
Mediana	1	1	1	1	0,11	0,22	0,67	0,89	0,83
CV	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Mínimo	1	1	1	1	0,11	0,22	0,67	0,89	0,83
Máximo	1	1	1	1	0,11	0,22	0,67	0,89	0,83
Nr.Obs	3	3	3	3	3	3	3	3	3

Estatísticas obtidas a partir dos dados da tabela A3 (CAR).

Tabela 3: Estimadores das estatísticas por requerimento (CAR) de 2015 a 2017 nas 18 OSCs

Estatística das OSC

A Tabela 4 apresenta o conteúdo informacional dos estimadores estatísticos de cumprimento do conjunto dos 9 requerimentos por cada uma das 18 OSCs. Como o *score* de cumprimento é 1 e de não cumprimento é zero, o estimador de média sinaliza que nenhuma das 18 OSCs cumpriu integralmente o conjunto dos 9 requerimentos porque o *score* médio é menor do que 1. O estimador de média sinaliza que há OSCs com dificuldade igual no cumprimento de algum requerimento porque apresentam *quanta* iguais como as OSCs 1, 2, 7, 8 e 9 com 0,78; OSCs 3 e 4 com 0,89 e outras. O intervalo entre os limites mínimo e máximo também corrobora que nenhuma OSC cumpriu o conjunto dos requerimentos porque em todas elas há a ocorrência de *scores* zero e 1 e esta ocorrência produz dispersão de 0,38 a 1,19 desvios padrão da média como sinaliza o coeficiente de variação (CV) e *scores* dos estimadores de média e mediana diferentes.

Organizações	Média	Mediana	CV	DesvPad	Mínimo	Máximo	Nr.Obs
OSC1	0,78	1	0,57	0,44	0	1	9
OSC2	0,78	1	0,57	0,44	0	1	9
OSC3	0,89	1	0,38	0,33	0	1	9
OSC4	0,89	1	0,38	0,33	0	1	9
OSC5	0,67	1	0,83	0,52	0	1	9
OSC6	0,67	1	0,75	0,50	0	1	9
OSC7	0,78	1	0,57	0,44	0	1	9
OSC8	0,78	1	0,57	0,44	0	1	9
OSC9	0,78	1	0,57	0,44	0	1	9
OSC10	0,89	1	0,38	0,33	0	1	9
OSC11	0,78	1	0,57	0,44	0	1	9
OSC12	0,44	0	1,19	0,53	0	1	9
OSC13	0,56	1	0,95	0,53	0	1	9
OSC14	0,78	1	0,57	0,44	0	1	9
OSC15	0,56	1	0,95	0,53	0	1	9
OSC16	0,89	1	0,38	0,33	0	1	9
OSC17	0,78	1	0,57	0,44	0	1	9
OSC18	0,78	1	0,57	0,44	0	1	9

Estatísticas obtidas a partir dos dados da tabela A3 (CAO).

Tabela 4: Estimadores das estatísticas descritivas (CAO) por OSC de 2015 a 2017 nos 9 requerimentos

Estatística dos coeficientes de sustentabilidade

Os estimadores dos coeficientes de sustentabilidade econômico-financeira apresentados pelo CFA (Tabela 5) revelam que, em média, os recursos de geração própria de 15 das 18 OSC são suficientes para a realização de investimentos em ativos fixos e financiar parte do capital de trabalho total porque o CFA é maior do que 1, em conformidade com as métricas do modelo especificado na seção 4 (Metodologia). Três OSC (OSC6, OSC9 e OSC16) por apresentarem *quantum* de CFA menor do que 1, sinalizam que não geram recursos próprios para realizar de investimento na manutenção das atividades e por isso comprometem parte do capital de trabalho total na realização de investimento em ativos fixos.

O distanciamento entre as observações e a média nas três unidades de tempo, por OSC, é relativamente pequeno porque o coeficiente de variação (CV) apresenta dispersão menor do que 1 em 16 das 18 OSCs, ainda que o intervalo entre os limites Mínimo e Máximo não seja reduzido mas essa sinalização é decorrente da quantidade de observações se referir a apenas 3 unidades de tempo.

A robustez dos estimadores da média maiores do que 1, de forma absoluta, sinaliza que há sustentabilidade econômico-financeira em 14 das 18 OSCs apoiadas pelo Fundo Amazônia.

Organização	Média	CV	Mínimo	Máximo	Nr.Obs
OSC1	24,53	0,86	1,05	42,06	3
OSC2	2,11	0,34	1,32	2,72	3
OSC3	4,87	0,15	4,22	5,64	3
OSC4	419,18	0,67	167,87	720,94	3
OSC5	3,18	0,49	1,61	4,72	3
OSC6	0,72	0,32	0,56	0,99	3
OSC7	33,87	0,63	9,24	47,99	3
OSC8	- 9,26	- 1,26	- 22,73	- 2,19	3
OSC9	0,55	0,34	0,35	0,72	3
OSC10	21,95	0,69	7,30	37,55	3
OSC11	2,68	1,31	- 1,36	4,84	3
OSC12	18,84	0,80	6,12	35,51	3
OSC13	1,18	0,43	0,64	1,65	3
OSC14	1,58	0,48	0,88	2,37	3
OSC15	5,15	0,57	3,36	8,54	3
OSC16	0,37	0,71	0,07	0,57	3
OSC17	3,14	0,03	3,03	3,21	3
OSC18	1,49	0,29	1,16	1,97	3

Estatísticas obtidas a partir dos dados da tabela A4.

Tabela 5: Estimadores das estatísticas descritivas dos coeficientes de sustentabilidade econômico-financeira (CFA)– OSC apoiadas pelo Fundo Amazônia – 2015 a 2017

CONCLUSÕES

A pesquisa apresentada neste artigo avaliou o equilíbrio econômico-financeiro, a adesão aos processos de *compliance* e *accountability* e o cumprimento da responsabilidade socioambiental de OSCs, apoiadas com recursos do Fundo Amazônia, com atividades no *Bioma Amazônia Legal*. Os dados analisados foram limitados às demonstrações financeiras padronizadas disponíveis, de onde foram extraídas as observações primárias, avaliadas pelo modelo positivista não paramétrico especificado com as variáveis de interesse.

Os resultados obtidos sinalizam que nenhuma das OSCs da amostra aderiu integralmente ao *compliance* orientado pela ITG 2002/2012 e que em função dessa adesão parcial o cumprimento da *accountability* também foi parcial e não permite avaliar o cumprimento da responsabilidade socioambiental. Estes resultados, ainda que possam ter atendido as exigências do gestor do Fundo Amazônia, o BNDES, não foram suficientes para o cumprimento da norma de contabilidade.

Com relação à sustentabilidade econômico-financeira das atividades, os resultados aportam indícios de que parte significativa das OSCs, em mais de 2/3, financia ativos fixos e parte do capital de trabalho total com recursos de geração própria, como sinalizado pelo *quantum* do CFA maior do que 1. Os indícios são pertinentes porque não foram localizadas informações disponíveis que permitam avaliar o cumprimento da responsabilidade socioambiental. Com efeito, em mais de 2/3, as OSCs se mostram autossustentáveis no quesito econômico-financeiro, mas não se pode avaliar o cumprimento do objeto.

Assim, as respostas obtidas com uso do modelo positivista, não paramétrico, mostraram-se adequadas para avaliar o *compliance*, *accountability* e o equilíbrio econômico-financeiro das atividades das OSCs, e contribuem com a literatura para subsidiar estudos subsequentes em apoio a professores, pesquisadores e gestores.

Conclusivamente, reconhece-se que a não disponibilização das demonstrações financeiras padronizadas, em maior quantidade de OSC, limita a generalização dos resultados ao total dos projetos apoiados pelo Fundo Amazônia, mas em que pese essa limitação, os resultados são robustos e relevantes para auxiliar pesquisas subsequentes em investigação complementar.

Finalmente, considera-se relevante a informação do gestor do Fundo Amazônia, o BNDES, de que a degradação ambiental registrada em 2019, de pelo menos 30% a mais do que a registrada no ano anterior, pode ser consequência do desmonte da Governança do Fundo que levou à suspensão dos aportes pelos doadores (Nogueira e Alemanha) e de apoio a novos projetos que poderiam manter o compromisso das OSCs na responsabilidade socioambiental do “bioma Amazônia Legal” e, consequentemente, cumprimento dos ODS 13 a 15 propostos pelas Nações Unidas na agenda ESG. Contudo, esclarece-se que a pesquisa não teve como objetivo avaliar o cumprimento da responsabilidade socioambiental e sim de avaliar os requisitos que seriam o passaporte para esse cumprimento de objeto.

REFERÊNCIAS

Abrucio, Fernando Luiz; Loureiro, Maria Rita. (2004). Economia do setor público no Brasil. Capítulo 5. Rio de Janeiro. (Organizadores: BIDERMAN, Ciro e ARVATE, Paulo). Elsevier/Campus/

Arvidson, Malin. (2009). Impact and evaluation in the UK third sector: reviewing literature and exploring ideas. Available at: https://eprints.soton.ac.uk/183217/1/arvidson_working_paper_27.pdf.

BNDES. (2019). Fundo Amazônia: Relatório de atividades 2019. (http://www.fundoamazonia.gov.br/export/sites/default/pt/galleries/documentos/rafa/RAFA_2019_port.pdf).

Brasil. (2002). Código Civil Brasileiro. Lei n. 10.406. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/10406.htm >. Acesso em: 28/02/2020.

Brasil. (2019). **Decreto nº 9.759. Extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal.**

Brasil. (2019). Decreto nº 10.144. Institui a Comissão Nacional para Redução das Emissões de Gases de Efeito Estufa Provenientes do Desmatamento e da Degradação Florestal, Conservação dos Estoques de Carbono Florestal, Manejo Sustentável de Florestas e Aumento de Estoques de Carbono Florestal - REDD+.

Brasil. (2014). Lei 13.019. Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação.

Cairns, B., Harris, M. and Young, P. (2005). Building the capacity of the voluntary nonprofit sector: challenges of theory and practice, *International Journal of Public Administration*, vol. 28, 869–85

Candler, George; Dumont, Georgette. (2010). Non-profit accountability framework. *CAPA*. V. 53, N. 2 pp. 259–279.

CFC. (2012). ITG 2002: entidade sem finalidade de lucros.

De França, J.A.; Pereira, C. P.; Vieira, E. T.; Mendes, P. C. M. Mendes; Cruz, J.H. and Forster, R.P. (2019). The process of accountability in third sector organizations in Brazil: An assessment of accountability in private foundations overseen by the MPDFT. *International Journal of Innovation Education and Research*, v.7 n.5. <https://doi.org/10.31686/ijer.vol7.iss5.1473>.

De França, J.A. (2021). Performance assessment and sustainability of Civil Society Organizations: quanti-qualitative theoretical contributions. *International Journal for Innovation Education and Research*. v.9 n.03-pp. 456-471. DOI: <https://doi.org/10.31686/ijer.vol9.iss3.3004>.

Dolnicar, Sara and Lazarevski, Katie. (2009). Marketing in non-profit organizations : an international perspective. This journal article is available at Research Online: <https://ro.uow.edu.au/commpapers/572>.

Fundo Amazônia. Disponível em <<http://www.fundoamazonia.gov.br/pt/home/>> acesso: 27/02/2020.

Haugh, Helen e Kitson, Michel. (2007). The Third Way and the third sector: New Labour's economic policy and the social economy. *Cambridge Journal of Economics* 2007, v. 31, 973–994

Kendall, J. and Anheier, H. K. (1999). The third sector and the European Union policy process: an initial evaluation, *Journal of European Policy*, vol. 62, no. 2, 283–307.

Kendall. (2000). The mainstreaming of the third sector into public policy in England in the late 1990s: Whys and wherefores. Civil Society Working Paper 2. Available in: <http://eprints.lse.ac.uk/29028/> Access in: fev 28, 2018.

Linzer, Richard. (2008). Cash flow strategies: innovation in nonprofit financial management. São Francisco. Wiley.

O'Donnell, Guillermo. (1998). Accountability horizontal e novas poliarquias. Revista lua nova. n.44.

ONU (2015). In Department of Economic and Social Affairs. Sustainable Development Goals - SDGs. "(<https://www.un.org/sustainabledevelopment/blog/2018/07/un-forum-spotlights-cities-where-struggle-for-sustainability-will-be-won-or-lost-2/>).

Osbourne, S. and McLaughlin, K. (2004). Structuring government: voluntary sector relationships in the implementation of local 'Voluntary Sector Compacts' in England, Public Money and Management, vol. 22, no. 1, 5 1–63.

Renz, David O., Smith Beth K. (2010). The handbook of nonprofit governance. São Francisco. Boardsource.

Schafer, Arthur. (1999). A wink and a nod: A conceptual map of responsibility and accountability in bureaucratic organizations." Canadian Public Administration v.42, n. 1 (Spring) pp. 5–25.

APÊNDICE

ID	Denominação Social	Home page
OSC1	Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio)	https://www.funbio.org.br/
OSC2	Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon)	https://imazon.org.br/
OSC3	WWF-Brasil	https://www.wwf.org.br/
OSC4	Fundação Amazonas Sustentável (FAS)	http://fas-amazonas.org/
OSC5	Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB)	https://iieb.org.br/
OSC6	Pacto das Águas - Elaboração e Desenvolvimento de Projetos Socioambientais	https://www.pactodasaguas.org.br/
OSC7	Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ)	https://www.ipe.org.br/
OSC8	Instituto Floresta Tropical (IFT)	http://www.ift.org.br/
OSC9	Instituto Ouro Verde (IOV)	http://www.ouroverde.org.br/
OSC10	Conservation International do Brasil (CI-Brasil)	https://www.conservation.org/brasil
OSC11	Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM)	https://ipam.org.br/pt/
OSC12	Associação SOS Amazônia	https://www.sosamazonia.org.br/conteudo/
OSC13	Centro de Estudos da Cultura e do Meio Ambiente da Amazônia (Rioterra)	http://rioterra.org.br/
OSC14	Instituto Centro de Vida (ICV)	https://www.icv.org.br/
OSC15	Instituto Brasileiro de Administração Municipal (Ibam)	http://www.ibam.org.br/
OSC16	Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSIM)	https://www.mamiraua.org.br/
OSC17	Instituto Socioambiental (ISA)	https://www.socioambiental.org/pt-br
OSC18	Centro de Estudos Avançados de Promoção Social e Ambiental – CEAPS (Projeto Saúde e Alegria)	https://saudeealegria.org.br/institucional/

Tabela A1: Organizações Sociedade Civil apoiadas com recursos do Fundo Amazônia componentes da amostra

R	Identificação do requerimento
R1	Receita e Despesa por competência
R2	Doações/Subvenções no resultado após aplicadas
R3	Doações/Subvenções no passivo enquanto não aplicadas
R4	Receita e Despesa segregadas por atividade e projeto
R5	Benefícios de gratuidade - renúncia de receita
R6	Estimativa de perda no recebimento de créditos
R7	Redução ao valor recuperável de ativos
R8	Demonstrações contábeis básicas
R9	Notas Explicativas completas

Tabela A2: Requerimentos (R) exigidos pela ITG 2002/12 para as práticas de *compliance* e *accountability*

		Frequências da adesão ao compliance por OSC																		CAR
R/Ano		OSC 1	OSC 2	OSC 3	OSC 4	OSC 5	OSC 6	OSC 7	OSC 8	OSC 9	OSC 10	OSC 11	OSC 12	OSC 13	OSC 14	OSC 15	OSC 16	OSC 17	OSC 18	
R1	2015	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
	2016	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
	2017	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
R2	2015	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
	2016	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
	2017	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
R3	2015	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
	2016	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
	2017	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
R4	2015	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
	2016	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
	2017	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
R5	2015	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0,11
	2016	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0,11
	2017	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0,11
R6	2015	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	1	0	0	0,22
	2016	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	1	0	0	0,22
	2017	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	1	0	0	0,22
R7	2015	1	1	1	1	0	0	1	1	1	1	1	0	0	1	0	1	1	0	0,67
	2016	1	1	1	1	0	0	1	1	1	1	1	0	0	1	0	1	1	0	0,67
	2017	1	1	1	1	0	0	1	1	1	1	1	0	0	1	0	1	1	0	0,67

R/Ano	Frequências da adesão ao compliance por OSC																		CAR
	OSC 1	OSC 2	OSC 3	OSC 4	OSC 5	OSC 6	OSC 7	OSC 8	OSC 9	OSC 10	OSC 11	OSC 12	OSC 13	OSC 14	OSC 15	OSC 16	OSC 17	OSC 18	
2015	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	0	1	1	1	0,89
R8 2016	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	0	1	1	1	0,89
2017	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	0	1	1	1	0,89
2015	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	1	0	1	1	1	0,83
R9 2016	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	1	0	1	1	1	0,83
2017	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	1	0	1	1	1	0,83
CAO	0,78	0,78	0,89	0,89	0,67	0,67	0,78	0,78	0,78	0,89	0,78	0,44	0,56	0,78	0,56	0,89	0,78	0,78	

R=requerimento; FR=frequência.

Tabela A3: Frequências de cumprimento de *compliance* por requerimento e por OSC no horizonte 2015 a 2017

Fonte: os autores com base nas observações divulgadas por cada OSC

OSC	Coeficientes 2015			Coeficientes 2016			Coeficientes 2017		
	CFPP	CFGP	CFA	CFPP	CFGP	CFA	CFPP	CFGP	CFA
OSC1	1,00	1,05	1,05	0,97	29,56	30,47	0,97	40,63	42,06
OSC2	0,90	2,45	2,72	0,97	1,29	1,32	0,94	2,16	2,29
OSC3	0,87	3,66	4,22	0,81	4,57	5,64	0,75	3,56	4,75
OSC4	0,06	22,52	368,73	0,04	27,25	720,94	0,09	15,62	167,87
OSC5	0,84	3,94	4,72	0,88	2,80	3,20	0,98	1,58	1,61
OSC6	1,20	0,68	0,56	1,15	0,70	0,61	1,01	1,00	0,99
OSC7	0,37	16,25	44,39	0,34	16,27	47,99	0,66	6,08	9,24
OSC8	1,50	- 3,29	- 2,19	1,93	- 5,52	- 2,87	1,43	- 32,55	- 22,73
OSC9	1,05	0,62	0,59	1,02	0,73	0,72	1,07	0,37	0,35
OSC10	0,76	16,04	20,98	0,70	26,42	37,55	0,91	6,62	7,30
OSC11	0,93	4,24	4,56	0,92	4,47	4,84	1,03	- 1,41	- 1,36
OSC12	0,25	1,52	6,12	0,13	1,95	14,88	0,05	1,80	35,51
OSC13	1,25	0,80	0,64	0,90	1,10	1,23	0,76	1,26	1,65
OSC14	1,01	0,89	0,88	0,90	1,34	1,48	0,92	2,18	2,37
OSC15	0,32	2,70	8,54	0,56	1,87	3,36	0,54	1,92	3,55
OSC16	2,60	0,18	0,07	1,26	0,61	0,48	1,17	0,67	0,57
OSC17	0,86	2,75	3,21	0,92	2,93	3,19	0,92	2,80	3,03
OSC18	0,97	1,13	1,16	0,97	1,28	1,32	0,92	1,81	1,97

Tabela A4: Coeficientes de equilíbrio econômico-financeiro de 18 OSCs apoiadas pelo Fundo Amazônia de 2015 a 2017

Fonte: os autores

NIKOLAS CORRENT: Doutorando em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Mestre em História pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO). Especialista em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e o Mundo do Trabalho; Linguagens, suas Tecnologias e o Mundo do Trabalho; e Currículo e prática docente nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental pela Universidade Federal do Piauí (UFPI); Trabalho social com famílias e comunidades pela Faculdade Ibra de Brasília; Assistência Social e Saúde Pública, Ética e Serviço Social e Serviço Social e Políticas Públicas pela Faculdade Intervale; Docência do Ensino Superior e Educação a Distância com Ênfase na Formação de Tutores pela Faculdade São Braz/UNINA; Gestão da Educação do Campo pela Faculdade de Administração, Ciências, Educação e Letras; Educação Especial e Inclusiva, Metodologia do Ensino de Filosofia e Sociologia e Ensino Religioso pela Faculdade de Educação São Luís. Bacharel em Serviço Social. Licenciado em Ciências Sociais, Filosofia, História e Pedagogia. Professor de Filosofia e Sociologia do Quadro Próprio do Magistério (QPM) da Secretaria Estadual de Educação do Estado do Paraná (SEED/PR) e professor colaborador do Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO). Pesquisador na área de História, atuando nos seguintes temas: Cultura, História Oral, Identidade, Imigração, Memória e Museus; e na área de Serviço Social, atuando nos seguintes temas: Fundamentos Históricos do Serviço Social, Políticas Sociais e Questão Social.

JULIANE MARTENOVETKO: Mestranda em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Graduada em Fisioterapia pelo Centro Universitário Uniguairacá, História pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO) e Ciências Sociais pela Faculdade Guarapuava. Especialista em História Cultural pela Unicentro, Educação do Campo e Educação de Jovens e Adultos pelas Faculdades Integradas do Vale do Ivaí. Possui experiência como docente na Rede privada de ensino, de 2016 a 2018, e atualmente é professora da Rede Estadual de ensino, desde 2009.

A

Accountability 18, 72, 73, 74, 76, 77, 78, 79, 81, 82, 83, 84, 85, 88, 89, 90, 91

Amazônia 32, 33, 72, 73, 74, 75, 76, 78, 81, 82, 83, 84, 87, 88, 89, 90, 94

Ambientais 33, 38, 41, 52, 59, 72, 73, 74, 78, 84

Aprendizagem 2, 3, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 15, 19

Áreas 3, 7, 11, 13, 16, 19, 22, 23, 25, 32, 33, 39, 40, 42, 47, 52, 57, 58, 59, 60, 72, 73, 74, 76, 78, 84

B

Bibliométrica 39, 46, 48, 49, 51, 53, 54, 55

C

Civil 4, 35, 50, 72, 73, 74, 75, 89, 90

Clínica 20, 21, 22, 25, 26, 27, 28, 29, 30

Compliance 72, 73, 74, 75, 76, 78, 79, 81, 82, 83, 84, 85, 88, 91, 92, 93

Controlador 96

Controladoria 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30

D

Decisão 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 42, 60, 71

Desempenho 2, 17, 18, 19, 21, 22, 24, 27, 28, 29, 30, 50, 52, 57, 58, 62, 74, 76, 78

Desemprego 57, 58, 59, 61, 66, 68, 70, 71

Desenvolvimento 2, 22, 31, 32, 33, 34, 35, 38, 39, 40, 41, 42, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 57, 58, 59, 60, 61, 64, 65, 70, 71, 72, 73, 78, 90

Desigualdade 57, 60, 70, 78

Docente 1, 2, 3, 5, 6, 8, 9, 10, 11, 12, 16, 17, 95

E

Econômico 21, 24, 28, 31, 40, 41, 42, 49, 53, 57, 58, 72, 73, 74, 75, 78, 79, 80, 81, 83, 84, 87, 88, 94

Empresa 22, 23, 24, 26, 27, 28, 29, 47, 48, 51, 76

Ensino 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 46, 54, 55, 61, 95

Epistemologia 39, 42, 43, 44, 45, 46, 53, 54, 55

F

Financeira 5, 23, 72, 73, 74, 75, 79, 80, 84, 87, 88

Financeiro 21, 24, 27, 28, 30, 73, 74, 75, 76, 78, 79, 80, 81, 83, 84, 88, 94

Fiscal 31

Fundo 33, 38, 72, 73, 74, 75, 76, 78, 81, 82, 83, 84, 87, 88, 89, 90, 94

G

Gestão 1, 3, 5, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 42, 46, 54, 55, 73, 74, 95

Gestores 23, 24, 27, 28, 40, 75, 77, 88

H

Humano 31, 43, 44, 61, 63, 65, 67

I

Informações 17, 20, 21, 22, 23, 25, 26, 27, 28, 48, 73, 74, 83, 84, 88

M

Marajó 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38

Metodologias 1, 2, 3, 4, 6, 8, 9, 10, 13, 14, 16, 17, 19, 47

N

Nordeste 5, 32, 33, 35, 38, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 65, 66, 67, 68, 70, 71

O

Organização 20, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 41, 42, 44, 55, 56, 73, 76, 78, 84, 87

P

Pesquisa 1, 2, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 19, 20, 22, 23, 25, 26, 29, 30, 39, 40, 46, 47, 48, 49, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 75, 78, 81, 84, 88, 90

Política 24, 29, 31, 32, 38, 41, 52, 53, 77, 78

Práticas 6, 7, 8, 13, 16, 24, 27, 29, 50, 51, 52, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 85, 91

Processo 2, 6, 7, 10, 12, 15, 19, 22, 23, 24, 25, 27, 28, 29, 36, 40, 41, 45, 51, 77, 79, 82, 84

R

Regional 32, 33, 38, 48, 57, 58, 59, 60, 61, 66, 70, 71

Responsabilidade 28, 51, 72, 73, 74, 76, 78, 80, 81, 82, 83, 84, 88

Resultados 1, 4, 8, 9, 10, 11, 13, 14, 17, 21, 23, 24, 25, 27, 28, 29, 38, 39, 44, 45, 48, 49, 52, 73, 75, 77, 81, 82, 83, 84, 88

S

Setores 21, 28, 29, 50, 58, 59, 73

Social 7, 21, 31, 33, 40, 41, 42, 44, 47, 48, 50, 51, 53, 54, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 68, 72, 73, 75, 77, 78, 89, 90, 95

Sociedade 2, 16, 35, 40, 42, 47, 48, 50, 52, 55, 72, 73, 74, 75, 76, 89, 90, 92, 93

Socioambiental 72, 73, 74, 78, 80, 81, 82, 83, 84, 88, 90

Socioeconômica 34, 57

Sustentável 38, 39, 40, 41, 42, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 57, 58, 59, 64, 68, 70, 76, 78, 89, 90

T

Temáticas 72, 73, 74, 76, 78, 84

Tomada 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30

CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS:

desafios e perspectivas para
a sociedade contemporânea



www.atenaeditora.com.br



contato@atenaeditora.com.br



[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)



www.facebook.com/atenaeditora.com.br

CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS:

desafios e perspectivas para
a sociedade contemporânea



www.atenaeditora.com.br



contato@atenaeditora.com.br



[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)



www.facebook.com/atenaeditora.com.br